

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

WELINTON CAMARGO FERREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL: A EFICÁCIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2016**

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

WELINTON CAMARGO FERREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL: A EFICÁCIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

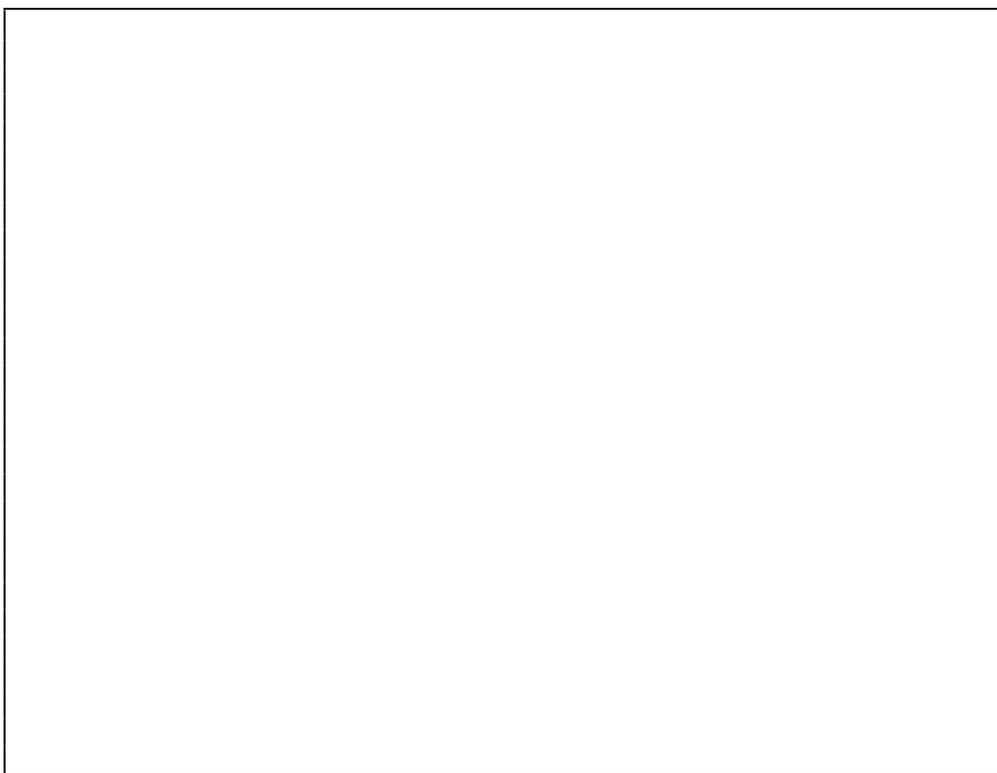
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural.

Prof. Dr. Nardel Luiz Soares da Silva – Orientador
Prof(a). Dr. Sandra Maria Coltre – Coorientadora

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)



Ficha catalográfica elaborada por _____

WELINTON CAMARGO FERREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL: A EFICÁCIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável, Área de Concentração “Desenvolvimento Rural Sustentável”, para a obtenção do título de “Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável”, **aprovada** pela seguinte Banca Examinadora:

Marechal Cândido Rondon, PR, 09 de dezembro de 2016.

Prof. Dr. Nardel Luiz Soares da Silva- Orientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa. Dra. Sandra Maria Coltre - Coorientadora
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Wilson João Zonin - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Pesquisador. Dr. Arlindo Fabrício Corrêia- Membro
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

AGRADECIMENTOS

Ao Pai Oxalá pela oportunidade de viver esta existência convivendo com pessoas maravilhosas, com as quais tenho aprendido muito.

Aos meus pais, Orlando dos Anjos Ferreira e Leontina de Paula Camargo, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A minha esposa Raquel Nunes Spacov Ferreira, pela paciência, compreensão e apoio ao longo de todos estes anos.

Ao Professor Dr. Nardel Luiz Soares da Silva, amigo e orientador, por todo seu apoio desde o primeiro dia em que o conheci, pela sua paciência e dedicação em suas orientações.

A Professora Dra. Sandra Maria Coltre, amiga e coorientadora, por aceitar meu convite e pelas suas contribuições no planejamento deste trabalho.

Aos amigos Professores Dr. Armin Feiden e Dr. Wilson João Zonin pelas excepcionais contribuições no desenvolvimento deste trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, pelos ensinamentos e amizade.

A Lizete Maria Eckstein Fredo, por todo o apoio durante minha estada neste programa.

Ao amigo Professor Adilson Pasini, pelo apoio, ensinamentos e incentivo ao longo desta caminhada.

Ao meu grande amigo Professor Tercio Vieira de Araújo, por ter me apresentado este caminho e por todo o auxílio, amizade e apoio nesta existência.

Aos meus amigos professores Fabíola Graciele Besen, Marcos Andrade e Valdir Serafim Júnior pelo apoio e companheirismo durante o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores, servidores e alunos do Curso de Ciências Contábeis da Unioeste Campus de Foz do Iguaçu, o qual iniciei minha caminhada acadêmica e hoje me sinto honrado por compor seu quadro docente, por todo apoio e incentivo, o meu mais sincero muito obrigado.

“Uma longa caminhada começa com um primeiro passo”.

Lao-Tsé

RESUMO GERAL

FERREIRA, Welinton Camargo, M.Sc. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Dezembro – 2016. **Políticas Públicas voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável: A eficácia na gestão orçamentária.** Orientador: Doutor Nardel Luiz Soares da Silva. Coorientadora: Doutora Sandra Maria Coltre

Com a construção da barragem da Usina Hidroelétrica de Itaipu, a Região Oeste do Paraná passou por uma grande reestruturação social, política, econômica e ambiental. Um dos maiores desafios impostos a região foi desenvolver seu potencial agrário de maneira sustentável, frente ao impacto que a Itaipu provocou. O estudo investigou as estruturas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável da região nos 12 municípios lindeiros ao lago de Itaipu do lado brasileiro. Foram realizadas entrevistas com os gestores das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e levantou-se os dados sobre a produção da agricultura familiar; os principais problemas ambientais enfrentados e as necessidades destes gestores para o desenvolvimento de suas ações. Os resultados, apresentados em porcentagem, apontaram que a contaminação da água e do solo e carência de recursos financeiros foram os problemas ambientais prioritários, seguidos pela contratação de pessoal e a aquisição de equipamentos como necessidades destas secretarias para o desenvolvimento de suas ações. Na sequência foi realizado um estudo no período de 2010 a 2013, que analisou a eficácia das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, na gestão deste orçamento. Os dados foram coletados de fontes secundárias com tratamento estatístico por meio índices. A eficácia foi medida, em primeiro momento, no Estado do Paraná. Na sequência posteriormente comparou-se a eficácia do Governo Federal com o Estado do Paraná e por último comparou-se o Governo Federal, o Estado do Paraná e os Municípios Lindeiros. Os resultados indicaram que os gestores dos Municípios Lindeiros foram mais eficazes na gestão de seus orçamentos relativos as das funções voltadas ao desenvolvimento rural do que o Governo Federal e o Estado do Paraná juntos.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Recursos Públicos. Eficácia. Municípios Lindeiros

OVERVIEW

*FERREIRA, Welinton Camargo, M. Sc. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, December - 2016. **Public Policies for Sustainable Rural Development: Effectiveness in budget management.** Advisor: Dr. Nardel Luiz Soares da Silva. Coordination: Dr. Sandra Maria Coltre*

With the construction of the Itaipu Hydroelectric Power Plant dam, the West Region of Paraná underwent a major social, political, economic and environmental restructuring. One of the greatest challenges imposed on the region was to develop its agrarian potential in a sustainable manner, in view of the impact that Itaipu has caused. The study investigated the structures aimed at the sustainable rural development of the region in the 12 municipalities bordering the lake of Itaipu on the Brazilian side. Interviews were carried out with the managers of the Secretariats of Agriculture and Environment and the data on the production of family agriculture were collected; The main environmental problems faced and the needs of these managers for the development of their actions. The results, treated in percentage, showed that contamination of water and soil and lack of financial resources were the priority environmental problems, followed by the hiring of personnel and the acquisition of equipment as the needs of these departments for the development of their actions. In the next stage a study was carried out in the period from 2010 to 2013, which analyzed the effectiveness of public policies aimed at sustainable rural development in the management of this budget. Data were collected from secondary sources with statistical treatment by means of indices. Efficacy was first measured in the State of Paraná. The Federal Government, the State of Paraná and the Municipalities of Lindeiros were compared with the State of Paraná. The results indicated that the managers of the Lindeiros Municipalities were more effective in managing their budgets relative to functions for rural development than the Federal Government and the State of Paraná together.

Keywords: *Sustainability. Public policy. Efficiency. Lindeiros Municipalities*

DESCRIPCIÓN GENERAL

*FERREIRA, Welinton Camargo, M.Sc. Universidad del Estado de Oeste de Paraná - UNIOESTE Octubre - 2015. **Las políticas públicas dirigidas al desarrollo rural sostenible: la eficacia en la gestión del presupuesto.** Asesor: Dr. Nardel Luiz Soares da Silva. Coorientador: Dra. Sandra María Coltre*

Con la construcción de la represa hidroeléctrica Itaipú en la región oeste de Paraná sufrió una importante reestructuración social, político y económico, uno de los mayores desafíos que la región está desarrollando su potencial agrícola de una manera sostenible. Con el fin de analizar las estructuras específicas para el desarrollo rural sostenible en la región, se realizaron entrevistas en la agricultura y las Secretarías de Medio Ambiente 12 municipios que bordean el lago de Itaipú, además de analizar las estructuras de investigación han solicitado información sobre la producción de la agricultura familiar, los principales problemas ambientales que enfrentan y las necesidades de estos departamentos para el desarrollo de sus acciones, después de esta fase, se realizó un estudio en 2010 y 2013, el análisis de los presupuestos públicos para el sector y su eficacia en la gestión de este presupuesto, mejor comprensión de los resultados generados se llevó a cabo un estudio comparativo entre el Gobierno Federal, el Estado de Paraná y los municipios encuestados. Se observó que la contaminación del agua y el suelo son los más recordados problemas ambientales y de recursos financieros; la contratación de personal y la compra de equipos figuraba como las mayores necesidades de estos departamentos para el desarrollo de sus acciones. En el análisis de los presupuestos se reveló que las ciudades de los alrededores han invertido más en términos porcentuales que el Gobierno Federal y el Estado de Paraná juntos. La creación de un índice de efectividad en la ejecución del Presupuesto de funciones destinadas a Desarrollo Rural reveló que las ciudades de los alrededores superan el Gobierno Federal y el Estado de Paraná.

Palabras clave: sostenibilidad. Políticas públicas. Efectividad. municipios limítrofes

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LOA	Lei Orçamentária Anual
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
PPA	Plano Plurianual
DOU	Diário Oficial da União
IEOF	Indicador de execução orçamentária das funções
IEOFa	Indicador de execução orçamentária das funções anual
IEGO	Indicador de execução global do orçamento
IEGOa	Indicador de execução global do orçamento anual
IPFFO	Indicador de participação orçamentária final funções
IPFFOa	Indicador de participação orçamentária final funções anual
IPOIF	Indicador de participação orçamentária inicial funções
IPOIFa	Indicador de participação orçamentária inicial funções anual
IEEOF	Índice de Eficácia da Execução Orçamentária das Funções
IEMEOFM	Índice de Eficácia Média na Execução Orçamentária das Funções Municipais
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOG	Ministério do Orçamento e Gestão
RREO	Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Rota dos Municípios pesquisados	26
FIGURA 2 - Tipos de estrutura administrativa de Agricultura e Meio Ambiente encontradas nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.....	30
FIGURA 3 - Formação dos gestores das áreas de Agricultura e Meio Ambiente encontradas nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.....	30
FIGURA 4 - Ações desenvolvidas das áreas de Agricultura e Meio Ambiente encontradas nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.....	31
FIGURA 5 - Atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu	31
FIGURA 6 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.....	32
FIGURA 8 Composição do orçamento das áreas de Agricultura e Meio Ambiente nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu	34
FIGURA 10 - Produção da agricultura familiar nos municípios pesquisados em ordem de relevância.....	38
FIGURA 12 - Demandas e dificuldades das secretarias de Agricultura e Meio Ambiente	42
FIGURA 13 - Apresentação do período da análise do estudo	55
FIGURA 14 - Variações Orçamentárias do Estado do Paraná no período de 2010 a 2013	64
FIGURA 15 - Apresentação do período de Análise do Estudo.....	76
FIGURA 16 - Representação gráfica do indicador de participação inicial das funções 18; 20 e 21 no orçamento do Governo Federal e do Estado do Paraná	85
FIGURA 18 - Representação gráfica do indicador de execução do orçamento do Governo Federal e do Estado do Paraná.....	87
FIGURA 19 - Representação gráfica do indicador de execução das funções 18; 20 e 21 do orçamento do Governo Federal e do Estado do Paraná	88
FIGURA 20 - Representação gráfica do índice de execução das funções 18; 20 e 21 do orçamento do Governo Federal e do Estado do Paraná	89
FIGURA 21 - Apresentação do período de Análise do Estudo.....	101
FIGURA 22 - Representação gráfica dos indicadores de participação final das funções; indicadores de execução global do orçamento e os indicadores de participação das funções 18; 20 e 21 no orçamento dos Municípios pesquisados.	108
FIGURA 23 - Indicador de participação final das funções 18; 20 e 21 no orçamento	109
FIGURA 24 - Indicadores de execução do orçamento geral x execução das funções 18; 20 e 21.	110
FIGURA 25 - Índice de eficácia da execução orçamentária das funções 18; 20 e 21 – IEEOF dos Municípios Lindeiros.	112
FIGURA 26 - Indicador de eficácia da execução orçamentária das funções 18; 20 e 21 – IEEOF do Governo Federal, Estado do Paraná e Municípios pesquisados. ...	112

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Etapas do trabalho de pesquisa	57
QUADRO 2 - Etapas do trabalho de pesquisa	79
QUADRO 3 - Etapas do trabalho de pesquisa	104

LISTA DE TABELAS

TABELA 2 - Área alagada pela formação do Lago de Itaipu nos municípios lindeiros do lado brasileiro	28
TABELA 3 - Royalties pagos aos Municípios lindeiros ao Lago de Itaipu no Brasil ..	29
TABELA 4 - Infraestrutura e equipamentos disponíveis para as áreas de Agricultura e Meio Ambiente nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.....	33
TABELA 5 - Necessidades de estudos áreas de Agricultura e Meio Ambiente nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu	36
TABELA 6 - Produção da agricultura familiar nos municípios em ordem de relevância	37
TABELA 7 - Problemas ambientais lembrados pelas Secretarias.....	39
TABELA 8 - Necessidades das secretarias de Agricultura e Meio Ambiente.....	41
TABELA 9 - Classificação funcional da despesa das áreas analisadas.....	56
TABELA 10 - Órgãos responsáveis pelas funções pesquisadas.....	56
TABELA 11 - Valores previstos nos Planos Plurianuais do Governo do Estado do Paraná.....	59
TABELA 12 - Nomenclatura dos programas voltados ao ambiente rural de 2008 a 2015 do Governo do Estado do Paraná	59
TABELA 13 - Indicadores anuais e média de participação das funções 18, 20 e 21 no Plano Plurianual do Estado do Paraná.....	60
TABELA 14 - Indicadores anuais e a média de participação das funções 18, 20 e 21 no orçamento final do Estado do Paraná	61
TABELA 15 - Indicadores anuais e a média de execução do orçamento global do Estado do Paraná.....	62
TABELA 16 - Indicadores anuais e a média de execução das funções 18, 20 e 21 no orçamento do Estado do Paraná.....	62
TABELA 17 - Indicadores e médias gerados com base nos PPAs, LOAs e RREOs do Estado do Paraná.....	63
TABELA 18 - Classificação funcional da despesa das áreas analisadas.....	77
TABELA 20 - Indicador de participação orçamentária inicial das funções 18; 20 e 21 do Governo Federal	80
TABELA 21 - Indicador de participação orçamentária inicial das funções 18; 20 e 21 do Estado do Paraná.....	80
TABELA 22 - Indicador de participação final das funções 18; 20 e 21 no orçamento do Governo Federal	81
TABELA 23 -	81
TABELA 24 -	82
TABELA 26 - Indicador de execução orçamentária das funções 18; 20 e 21 do Governo Federal	83
TABELA 27 -	83
TABELA 28 -	84
TABELA 29 - Classificação funcional da despesa das áreas analisadas.....	102
TABELA 30 - Órgãos responsáveis pelas funções pesquisadas.....	102
TABELA 31 - Indicador de participação das funções 18; 20 e 21 no orçamento final do Governo Federal, do Estado do Paraná e dos municípios pesquisados	105
TABELA 32 - Indicador de execução global do orçamento do Governo Federal, do Estado do Paraná e dos municípios pesquisados.....	106

TABELA 33 - Indicador de execução das funções 18; 20 e 21 no orçamento dos municípios.	107
TABELA 34 - Índice de Eficácia da Execução Orçamentária das Funções 18; 20 e 21 e o Índice de Eficácia Média da Execução Orçamentária das Funções 18; 20 e 21 nos Municípios Lindeiros.	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	15
CAPÍTULO I - ESTRUTURAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DA USINA HIDROELÉTRICA DE ITAIPU	18
1 INTRODUÇÃO	19
2 DESENVOLVIMENTO RURAL E SUSTENTABILIDADE.....	21
2.1 GESTÃO DAS ESTRUTURAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL.....	23
3 MATERIAL E MÉTODOS.....	25
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	27
5. CONCLUSÕES	43
REFERÊNCIAS.....	44
CAPÍTULO II - EFICÁCIA DAS POLITICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARANÁ.....	47
2.1 INTRODUÇÃO	48
2.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	50
2.3 MATERIAL E MÉTODOS.....	55
2.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	58
2.5 CONCLUSÕES	65
REFERÊNCIAS.....	67
CAPÍTULO III - EFICÁCIA DAS POLITICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL:UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE GOVERNO FEDERAL E O ESTADO DO PARANÁ	70
3.1 INTRODUÇÃO	71
3.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	72
3.3 MATERIAL E MÉTODOS.....	76
3.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	80
3.5 CONCLUSÕES	90
REFERÊNCIAS.....	91
CAPÍTULO IV - EFICÁCIA DAS POLITICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: UM COMPARATIVO ENTRE O GOVERNO FEDERAL, O ESTADO DO PARANÁ E OS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU	94
4.1 INTRODUÇÃO	95
4.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	96
4.3 MATERIAL E MÉTODOS.....	100
4.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	104
4.5 CONCLUSÕES	113
REFERÊNCIAS.....	115
CONCLUSÕES GERAIS	120
APÊNDICE A FORMULÁRIO DA PESQUISA	122
APÊNDICE B MODELO DE PEDIDO DE ACESSO A INFORMAÇÃO.....	127
ANEXO A – QUADROS SINTETIZADOS DOS RELATORIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	128

INTRODUÇÃO GERAL

Comumente, associa-se desenvolvimento a crescimento econômico. Todavia, o desenvolvimento que confere pouca ou nenhuma preocupação com as fontes de energia utilizadas e recursos naturais fica condenado ao insucesso. Esta visão de crescimento emergiu após a Segunda Guerra Mundial e originou um mundo rico, porém ameaçado pelo esgotamento dos recursos não renováveis e destinado ao empobrecimento face a falta de atenção dos gestores públicos.

Em meados da década de 60 o governo brasileiro passou a instituir políticas públicas em busca de alterar o padrão tecnológico da agricultura vigente, que até então, era tido como baixo e este período ficou conhecido como “revolução verde”. Este modelo de política pública seguia os padrões norte-americanos de produção e a justificativa para sua adoção era nobre: aumentar a produção e erradicar a fome no planeta. Este modelo gerou significativo aumento da produção, porém, a falta de alimento aos mais carentes não era o real objetivo, e este problema persiste até o momento.

Para Capra (2002) o conceito de sustentabilidade foi criado por Lester Brown nos anos 80. Entendia que sociedade sustentável é aquela que seria capaz de satisfazer suas necessidades sem comprometer as condições de sobrevivência das próximas gerações. Mais tarde este conceito seria a base para o Conceito de Desenvolvimento sustentável apresentado no Relatório intitulado de “Nosso Futuro Comum”, comumente conhecido como Relatório de Brundtland, em 1987.

Neste sentido, cabe tanto aos Governos Federal e Estaduais, estabelecer políticas públicas, e esta competência está determinada na Constituição Federal de 1988. As políticas públicas são as ações ou decisões que a administração pública toma no uso dos recursos financeiros, com o objetivo de responder a uma demanda imposta pelos atores sociais. Ao estabelecer uma política pública a um determinado setor, o Estado descreve sua visão para o tema e tão importante quanto a política pública é o alinhamento entre as visões dos entes da federação com relação a esta política. Por isso, a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável impõe aos entes da federação um complexo alinhamento de políticas públicas para buscar o equilíbrio entre o homem e a natureza.

No Estado do Paraná nas últimas décadas, a Região Oeste passou por diversas transformações com a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu e a formação de seu lago em 1982, que alterou sua configuração territorial e populacional, já que 101.093 hectares do território paranaense foram submersos pelas águas do reservatório, e afetou a vida dos moradores da região lindeira. Com isso, muitos foram obrigados a desocupar suas terras e abandonar a região, já outros foram atraídos pelas oportunidades geradas pela grande obra.

A região atualmente conhecida como Costa Oeste, por meio das técnicas de modernização agrícola tornou-se referência em quantidade e produtividade nas culturas de exportação, principalmente soja, milho e trigo. Em vista disso, outras cadeias produtivas se instalaram na região como a bovinocultura de leite, a suinocultura e avicultura de corte, o que potencializou a região como importante polo de produção de alimentos do Estado.

Entender como a região lindeira ao Lago de Itaipu se coordena para colocar em prática suas políticas públicas voltadas ao Desenvolvimento Rural sustentável na região é sobretudo mostrar seu grau de comprometimento com as gerações futuras.

A presente pesquisa está estruturada em quatro capítulos: Capítulo I – Análise das estruturas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável nos 12 municípios lindeiros ao lago de Itaipu, onde o objetivo principal é apresentar as principais características das estruturas públicas voltadas a gestão dos planos e programas relacionados a agricultura e meio ambiente; Capítulo II – Eficácia das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável no Estado do Paraná, o objetivo deste capítulo foi revelar a eficácia das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado do Paraná para as funções voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, no período de 2010 a 2013, para tanto, foi desenvolvido um índice que revela a eficácia da execução orçamentária das funções analisadas; Capítulo III – Comparativo entre a eficácia das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural do Governo Federal e do Estado do Paraná, com o objetivo de comparar o desempenho do Governo Federal e do Estado do Paraná na execução das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, para tanto, foi utilizado um índice que revela a eficácia da execução orçamentária das funções analisadas. Capítulo IV - Comparativo entre a eficácia das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural do Governo Federal, o Estado do Paraná e os Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, onde buscou-se comparar o desempenho do Governo Federal e do Estado do

Paraná e de um grupo de 12 municípios lindeiros ao Lago de Itaipu na execução das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, para tanto, foi utilizado um índice que revela a eficácia da execução orçamentária das funções analisadas. Ao final deste trabalho são apresentadas as conclusões, limitações e estudos futuros.

CAPÍTULO I - ESTRUTURAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DA USINA HIDROELÉTRICA DE ITAIPU

RESUMO: Este estudo analisou as estruturas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável nos municípios lindeiros ao lago da Usina Hidroelétrica de Itaipu, seus problemas ambientais e suas necessidades. Trata-se de um trabalho de cunho descritivo de abordagem qualitativa. Os dados de fonte primária foram coletados por meio de entrevista estruturada aplicada aos gestores das secretarias de agricultura e meio ambiente dos doze municípios lindeiros ao lago da usina. Os dados foram apresentados em porcentagem e analisados de maneira descritiva. Os resultados da pesquisa revelam que os municípios lindeiros pesquisados evidenciam como principais problemas ambientais a contaminação da água, do solo e o descarte irregular de lixo rural, com relação as suas necessidades para o desempenho das funções 92% dos gestores das secretarias revelam que seriam necessários aportes de recursos financeiros, para sanar estes problemas.

Palavras-chave: Municípios Lindeiros; Sustentabilidade; Políticas Públicas; Problemas ambientais.

Resumen: Este estudio analiza las estructuras públicas dirigidas al desarrollo rural sostenible en los municipios que bordean el lago de la hidroeléctrica de Itaipú, sus problemas ambientales y sus necesidades. Se trata de un carácter descriptivo de enfoque cualitativo trabajo. fuente primaria de datos se recolectaron a través de entrevistas estructuradas con los gerentes de los departamentos de agricultura y medio ambiente de los doce municipios limítrofes. Los datos se analizaron en porcentaje y se analizaron de manera descriptiva. Los resultados de la encuesta revelan que los encuestados ciudades circundantes muestran cómo los principales problemas ambientales de contaminación del agua, el suelo y la disposición irregular de basura rural, con respecto a sus necesidades para las tareas 90% de los departamentos muestran que se necesitarían contribuciones de recursos financieros.

Palabras clave: desarrollo rural sostenible; Ciudades de alrededor; Políticas públicas; Problemas ambientales.

Abstract: This study analyzed public structures aimed at sustainable rural development in the municipalities bordering the lake of the Itaipu hydroelectric power plant, their environmental problems and their needs. This is a descriptive work with a qualitative approach. The primary source data were collected through a structured interview applied to the managers of the agriculture and environmental departments of the twelve municipalities bordering the lake of the Itaipu plant. The data were treated in percentage and analyzed in a descriptive way. The results of the research show that the surveyed municipalities show that the main environmental problems are contamination of water, soil and the irregular disposal of rural waste, in relation to their needs for the performance of the functions. 92% of the managers of the secretariats show that they would be necessary Resources to address these problems.

Key words: Sustainable Rural Development; Lindeiros Municipalities; Public policy; Environmental problems.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem se destacado como um dos grandes produtores de alimentos mundial e com a demanda cada vez maior, o setor busca continuamente o desenvolvimento de tecnologias e métodos para aumentar a produção destes alimentos. O modelo adotado atualmente tem causado forte impacto na natureza, pois é tratado como uma simples mercadoria, sem preocupação com sua preservação ou regeneração ambiental.

Nazzari (2012) considera que ao longo da história as diferentes formas que as sociedades se estruturaram e geraram impactos negativos no meio ambiente. Desta forma, se faz necessário buscar o equilíbrio já que esta busca não é somente importante para a garantia de qualidade de vida, mas também para a sustentabilidade econômica.

Capra (2002 p. 237) afirma que “o conceito de sustentabilidade foi criado no começo da década de 1980 por Lester Brown, fundador do Instituto Worldwatch, que definiu a sociedade sustentável como aquela que é capaz de satisfazer suas necessidades sem comprometer as chances de sobrevivência das gerações futuras”. De acordo com Capra (2002), este conceito foi a base para o conceito de desenvolvimento sustentável apresentado no Relatório intitulado de “Nosso Futuro Comum” comumente conhecido como Relatório de Brundtland, de 1987.

Neste contexto, o desenvolvimento rural sustentável insere-se no ambiente para participar da formulação de estratégias e políticas públicas que conduzam ao desenvolvimento territorial em regiões rurais. Sepulveda (2008) esclarece que o desenvolvimento sustentável das zonas rurais depende de vários fatores desenvolvidos pelas políticas e ações públicas por parte da sociedade organizada. Estas políticas devem consolidar a formação de infraestrutura social e econômica, para criar acesso aos serviços públicos essenciais e de assistência técnica qualificada, além de estabelecer mecanismos de desenvolvimento e proteção social.

A Região do Oeste de Estado do Paraná passou por diversas mudanças nas últimas décadas, com a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu e a formação de seu lago em 1982, a região passou a ter uma nova configuração. Com sua construção, 101.093 hectares do território paranaense foram invadidos pelas águas do reservatório. Esta gigantesca obra que iniciou em 1974 impactou a vida dos moradores da região, onde muitos se viram obrigados a sair das terras para a

formação do lago da usina. Em Foz do Iguaçu o movimento era inverso, grandes contingentes de pessoas foram atraídos pelas oportunidades criadas pela construção da barragem.

Com a consolidação do lago de Itaipu, iniciou-se o desmembramento dos municípios pois, inicialmente a região contava com oito Municípios, após este período o número saltou para quinze. Em 1985, a Itaipu começou a gerar energia, como compensação por suas terras alagadas, os 15 municípios começaram a receber *royalties*. Estes recursos são definidos por lei e repassados mensalmente aos municípios limítrofes ao lago.

Estes recursos são de grande importância para os municípios, os royalties em sua essência, são recursos sem vinculação direta a uma determinada finalidade, cabe aos municípios definir quais serão as áreas financiadas por este recurso para não somente manter, como também promover o desenvolvimento rural sustentável.

Entretanto, o desenvolvimento rural da região lindeira ao lago de Itaipu trouxe consigo uma gama de ameaças para o meio ambiente, como contaminação da água, contaminação do solo, descarte de resíduos de forma irregular, uso excessivo de agrotóxicos etc. Os municípios necessitam se mapeados para identificar os riscos encontrados em seu ambiente rural e desenvolver programas e ações que os mitiguem. As metas propostas pela administração pública têm o objetivo de desenvolver o ambiente rural sustentável para aumentar a renda e a rentabilidade, preservar o meio ambiente, melhorar a qualidade de vida e promover assim a segurança alimentar e nutricional da população rural e urbana.

Entender como a região lindeira ao Lago de Itaipu possibilita determinar quais práticas e políticas públicas voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável na região devem ser melhoradas. Neste contexto, o estudo se justifica por gerar informações úteis aos agricultores, comunidade em geral e para os gestores públicos, para que possam ter mais comprometimento no cumprimento das políticas relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável para melhorar suas ações em busca de resultados em prol de um ambiente mais equilibrado.

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar as principais características das estruturas públicas voltadas a gestão dos planos e programas relacionados a agricultura e meio ambiente em 12 municípios lindeiros ao Lago de Itaipu. A pesquisa também apresentou dados referentes aos problemas ambientais; a

produção da agricultura familiar e as demandas e dificuldades enfrentadas por estas estruturas públicas.

Em vista destes argumentos, o estudo procurou responder a seguinte questão: Quais são as estruturas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável nos doze municípios limieiros ao lago da Usina hidroelétrica de Itaipu?

Este capítulo encontra-se estruturado em cinco seções incluindo a introdução, na seção dois estão os fundamentos teóricos que auxiliam analisar os estruturas e necessidades dos executores das políticas voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável. Na terceira seção são apresentados os aspectos metodológicos utilizados. Na seção quatro encontram-se os resultados e discussões gerados pelo trabalho e por fim as considerações e recomendações finais.

2 DESENVOLVIMENTO RURAL E SUSTENTABILIDADE

O tripé da sustentabilidade envolve o aspecto social, econômico e ambiental. Para Sachs (2008), a sustentabilidade envolve o conceito de desenvolvimento que se amplia para além do social, econômico e ambiental. Envolve os aspectos territorial, cultural, ecológico e política nacional e internacional. Para o autor, o desenvolvimento sustentável deve reduzir a pobreza e as desigualdades por meio do aumento das oportunidades. Neste contexto, a governança pública de forma democrática e eficiente é fundamental para que o desenvolvimento sustentável se estabeleça.

Segundo Caporal (2007), o desenvolvimento sustentável gera uma transformação progressiva da economia e da sociedade e aumenta o potencial produtivo e assegura oportunidades iguais a todos.

Sachs (2009) considerou que a igualdade, a equidade e a solidariedade também devem estar inclusas no conceito de desenvolvimento. Isso possibilitaria ter uma sociedade menos egoísta e competitiva, que não vise somente o lucro a todo custo, que traz como resultado a exploração humana e ambiental.

O desenvolvimento includente requer a garantia do exercício dos direitos civis, e inspirando-se em Amartya Sen, esclarece que: “A democracia é um valor verdadeiramente fundamental e garante também a transparência e a

responsabilização (*accountability*) necessárias para o processo de desenvolvimento” (SACHS, 2008, p.39).

O desenvolvimento rural sustentável por sua vez, comporta em seu conceito, a gestão do desenvolvimento sob uma visão territorial. Esta análise é dinâmica já e integra as dimensões econômica, sociocultural, ambiental e político-institucional, e busca promover o bem-estar da sociedade rural, para potencializar sua contribuição estratégica ao desenvolvimento sustentável da sociedade (SEPULVEDA, 2008).

Para Saquet (2009), a territorialidade como as interações momentâneas ocorridas diariamente entre os homens e a natureza orgânica e inorgânica, necessários para a sobrevivência, é o acontecer de todas as atividades no cotidiano criando o território.

Com a assinatura da “Ata do Iguazu”, em 1966, Brasil e Paraguai deram o primeiro passo para explorar o potencial hidráulico do Rio Paraná. Oito anos depois iniciaram-se as obras de construção da maior usina hidroelétrica do mundo a Usina de Itaipu.

Sua construção alterou a configuração da mesorregião Oeste do Paraná pelas inundações causadas pelo represamento para a formação do lago da Usina de Itaipu, que alteraram os limites territoriais dos municípios limítrofes, bem como reconfiguraram suas paisagens e características (SOUZA, 2012).

Deste modo, entende-se que a construção da Usina de Itaipu e os movimentos migratórios originados pela construção e o alagamento de áreas dos municípios reconfigurou a costa oeste do Estado do Paraná.

A discussão sobre o modelo de desenvolvimento adotado até então pela maioria das nações firmou o conceito de desenvolvimento sustentável, no sentido de conciliar o crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais e a preservação dos recursos naturais (SACHS, 2009).

A gestão deste desenvolvimento requer a formação e estruturas físicas, recursos e principalmente de gestores públicos preparados para tomar decisões eficazes para cumprir os orçamentos públicos destinados ao desenvolvimento rural de forma sustentável. Sem tais estruturas, o campo, que subsidia a cidade, pode colapsar e a amplitude de seu impacto, afetará as gerações futuras.

2.1 GESTÃO DAS ESTRUTURAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Para Silva (2015, p.158), “novas perspectivas surgem no Brasil para a gestão das políticas públicas e dos recursos naturais, as quais primam pela participação conjunta dos diferentes setores da sociedade na discussão, articulação e, conseqüentemente, na ação conjunta com os órgãos de gestão.”

Souza (2003) indicava que para a formulação de políticas públicas os gestores públicos deveriam diagnosticar o ambiente, identificar as oportunidades para determinar o caminho com maior chance de sucesso e com base nisto, colocar em andamento, acompanhar e avaliar o seu processo para o desenvolvimento sustentável.

As políticas públicas têm papel fundamental para o desenvolvimento sustentável, pois, elas podem atuar como elementos de mitigação dos problemas encontrados e atender os anseios da sociedade. E, cumprir o que está determinado no artigo 225 da Constituição Federal de 1988: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sua qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Para garantir a transparência nos atos praticados pelos agentes públicos, o Governo Federal criou a Lei n.º 12.527 de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988, conforme seu artigo 5º: “É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”. Desta maneira, todo o órgão público, seja ele federal, estadual ou municipal está obrigado a garantir o acesso a informação.

A região conhecida como Costa Oeste, por meio de técnicas de modernização da agricultura, tornou-se uma referência em quantidade e produtividade nas culturas de exportação, principalmente soja, milho e trigo.

Outras cadeias produtivas se instalaram na região como a bovinocultura de leite, a suinocultura e avicultura de corte, o que potencializou ainda mais a região como importante centro de produção de alimentos do Estado. Para Silva (2006), a comercialização da produção regional fez surgir uma infraestrutura de beneficiamento, armazenagem e transporte para o seu escoamento.

Schneider (2014) considera que nas últimas décadas a produção de alimentos tem aumentado consideravelmente, motivada principalmente pela evolução do agronegócio, que emprega em seus processos insumos químicos como fertilizantes e agrotóxicos. Este tipo de produção provoca forte impacto na natureza, pois esta é tratada apenas como mera mercadoria e não há a preocupação com a preservação e a regeneração do ambiente. O objetivo é apenas o lucro, o que torna, portanto, um modelo insustentável. Beck (2011) alertava que no que se refere a agricultura houve aumento de produção, mas os efeitos colaterais ao meio ambiente são diversos; como a redução de animais e plantas nativos, contaminação de pessoas por agentes tóxicos, redução da fertilidade do solo, aumento de erosão do solo, entre outros. A globalização da economia tem gerado cada vez mais problemas sociais e ambientais, os acordos de livre comércio propostos pela Organização Mundial do Comércio – OMC tem aumentado significativamente o comércio global, e ao contrário dos discursos políticos estes, acordos tem agravado a desigualdade.

Alertava Castells (1999), que o capitalismo global não diminui a pobreza e a exclusão social, pois, os modelos concebidos pelos economistas empresariais não levavam em conta os custos sociais da atividade econômica. Beck (2011) corrobora ao alertar que na modernidade tardia a produção social da riqueza é acompanhada inerentemente pela produção social de riscos, neste modelo o processo de modernização converte-se a si mesmo em problema.

Capra (2002) reitera que a busca do crescimento econômico sem limites é claramente insustentável. Pensar em crescimento infinito em um planeta finito só pode levar a um caminho, a ruína. Se este modelo não for revisto em pouco tempo os danos ao planeta se tornarão irreversíveis.

A região da Costa Oeste do Paraná tem sua economia lastreada no agronegócio, a estrutura fundiária da região é caracterizada por pequenas e médias propriedades rurais, este padrão tem se mantido desde a colonização da região (NASCIMENTO, 2009).

Contraditório a atividade industrial a produção agrícola não resulta de um sistema fabril, mas de um sistema orgânico que se reproduz num processo que integra aspectos físicos, químicos, biológicos, culturais e humanos, chamado de ecossistema.

Assim, como forma de reflexão ao sistema produtivo, cabe destacar que a ideia de sustentabilidade está lastreada na organização sócio espacial da formação econômica, ambiental e social (BRANDEMBURG et al. 2012).

Portanto, a criação de estruturas que facilitem a resolução dos problemas ambientais bem como manter a sustentabilidade produtivo perpassa pela ação eficaz dos gestores públicos a frente as secretarias de agricultura meio ambiente.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo abrange o levantamento de abordagem qualitativa, de acordo com Richardson et al., (1999) apud Beuren (2009, p. 91), “empregam uma metodologia qualitativa para descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Em outras palavras a pesquisa qualitativa, é fundamental pois visualiza o fenômeno a partir de uma dinâmica e complexidade que lhe é específica para decifrar o entendimento necessário, sem pretender chegar a um entendimento rigidamente estruturado, a intenção é estimular novos estudos que explorem outros enfoques (GODOY, 1995).

A população pesquisada foram os gestores das secretarias ou diretorias responsáveis pelas pastas de Agricultura e Meio Ambiente das prefeituras em 12 municípios lindeiros ao Lago de Itaipu do lado brasileiro, -esses municípios encontram-se na Mesorregião do Oeste paranaense. Como critério de seleção estabeleceu-se uma rota entre o Município de Foz do Iguaçu e o Município de Guaíra, conforme a seguir na Figura 1.

Ao todo são reconhecidos como municípios lindeiros ao lago da Usina Hidroelétrica de Itaipu 24 municípios, do lado brasileiro 16 municípios, 15 no Estado do Paraná e um no Estado de Mato Grosso do Sul, do lado paraguaio 8 municípios, o critério de escolha dos 12 entre os 15 municípios no Estado do Paraná foram os que margeiam o lago da Usina Hidroelétrica de Itaipu que mais sofreram com os impactos ambientais. Os municípios Lindeiros excluídos da população pesquisada foram os municípios de Medianeira; Diamante do Oeste, Terra Roxa e Mundo Novo (MS).

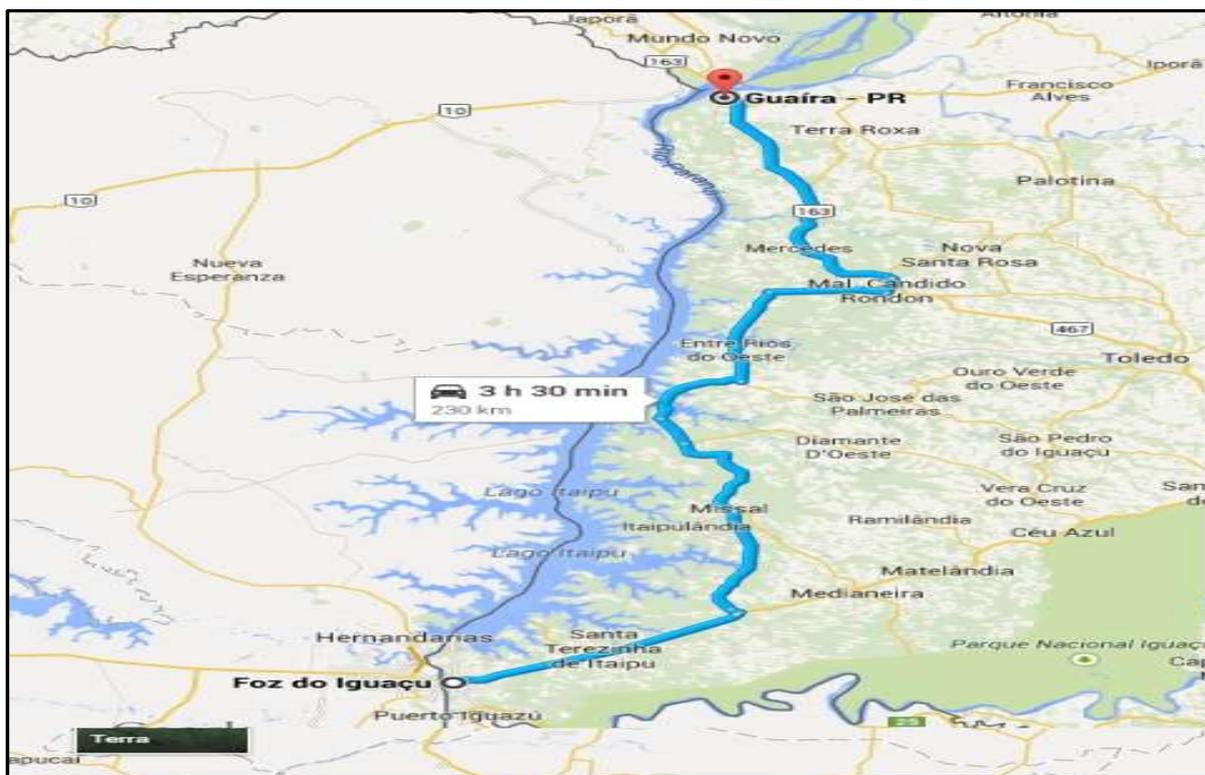


FIGURA 1 - Rota dos Municípios pesquisados
Fonte: Google Maps, (2016)

Conforme Figura 1 a rota inicia-se pelo Município de Foz do Iguaçu e encerra no Município de Guaíra, percorrendo um total de 230 quilômetros. Portanto, dos 15 municípios limítrofes 12 que atenderam o critério acima que foram: Foz do Iguaçu; Santa Terezinha do Itaipu; São Miguel do Oeste; Itaipulândia; Missal, Santa Helena; São José das Palmeiras; Entre Rios do Oeste; Pato Bragado; Marechal Cândido Rondon; Mercedes e Guaíra.

A coleta dos dados, realizou-se mediante a aplicação de questionário estruturado no período de agosto a setembro de 2016.

O questionário elaborado continha 66 perguntas fechadas, três perguntas de palavras chaves e uma pergunta de resposta aberta. Os dados foram organizados em porcentagem e apresentados em gráficos e tabelas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um importante fator a ser explorado é a população residente na região lindeira ao Lago de Itaipu, a quantidade de pessoas e onde residem é um fator determinante para a formulação de políticas públicas nestes municípios.

TABELA 1 - População urbana e população rural nos Municípios lindeiros ao Lago de Itaipu no Brasil

Município	População (2010)	%	População Urbana	% Urbana	População Rural	% Rural	Urbana x Rural
Foz do Iguaçu	256.088	49,12%	253.950	55,47%	2.131	3,36%	0,83%
Santa Terezinha de Itaipu	20.841	4,00%	18.832	4,11%	2.002	3,15%	9,61%
São Miguel do Iguaçu	25.769	4,94%	16.476	3,60%	9.279	14,61%	36,01%
Itaipulândia	9.026	1,73%	4.742	1,04%	4.285	6,75%	47,47%
Missal	10.474	2,01%	5.420	1,18%	5.054	7,96%	48,25%
Santa Helena	23.413	4,49%	12.596	2,75%	10.829	17,06%	46,25%
São José das Palmeiras	3.830	0,73%	2.412	0,53%	1.419	2,23%	37,05%
Entre Rios do Oeste	3.926	0,75%	2.641	0,58%	1.281	2,02%	32,63%
Pato Bragado	4.822	0,92%	2.991	0,65%	1.832	2,89%	37,99%
Marechal Cândido Rondon	46.819	8,98%	39.134	8,55%	7.665	12,07%	16,37%
Mercedes	5.046	0,97%	2.439	0,53%	2.607	4,11%	51,66%
Guaíra	30.669	5,88%	28.176	6,15%	2.493	3,93%	8,13%
* Medianeira	41.830	8,02%	37.403	8,17%	4.427	6,97%	10,58%
* Diamante do Oeste	5.027	0,96%	2.561	0,56%	2.466	3,88%	49,06%
* Terra Roxa	16.763	3,22%	12.802	2,80%	3.961	6,24%	23,63%
* Mundo Novo (MS)	17.043	3,27%	15.281	3,34%	1.762	2,78%	10,34%
Total Municípios Lindeiros	521.386	100,00%	457.856	87,82%	63.493	12,18%	12,18%
Municípios Pesquisados	440.723	84,53%	389.809	88,45%	50.877	11,55%	11,55%

Fonte: Censo 2010 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

* Municípios que não foram pesquisados.

Na Tabela 1 apresenta os Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, são 16 municípios, dos quais 15 municípios são paranaenses e um sul mato-grossense. A população total é de 521.386 habitantes, dos quais 87,82% vivem na zona urbana e 12,18% na zona rural.

Os 12 Municípios pesquisados correspondem a 84,53% da população lindeira, dos quais 88,45% vivem na zona urbana e 11,55% na zona rural.

Os municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Marechal Cândido Rondon e Guaíra são os que apresentam menores percentuais de população rural.

No outro extremo encontram-se os municípios de Mercedes, Missal, Itaipulândia e Santa Helena com maior percentual de população rural. Dos municípios pesquisados, apenas Mercedes apresenta população rural superior a população urbana.

TABELA 2 - Área alagada pela formação do Lago de Itaipu nos municípios lindeiros do lado brasileiro

Município	Área alagada (Km ²)	% Área Alagada	% Acumulado
Santa Helena	263,76	25,16%	25,16%
Foz do Iguaçu	201,84	19,25%	44,41%
Itaipulândia	179,73	17,14%	61,55%
São Miguel do Iguaçu	90,91	8,67%	70,23%
Marechal Cândido Rondon	56,04	5,35%	75,57%
Guaira	51,01	4,87%	80,44%
Pato Bragado	47,07	4,49%	84,93%
Santa Terezinha de Itaipu	41,9	4,00%	88,92%
Missal	40,07	3,82%	92,74%
Entre Rios do Oeste	32,9	3,14%	95,88%
Mercedes	19,32	1,84%	97,73%
São José das Palmeiras	1,94	0,19%	97,91%
* Diamante do Oeste	5,62	0,54%	98,45%
* Terra Roxa	1,58	0,15%	98,60%
* Mundo Novo	14,71	1,40%	100,00%
Total	1.048,40		

Fonte: ITAIPU (2016)

* Municípios que não fazem parte da pesquisa

A Tabela 2 apresenta a área alagada pela formação do Lago de Itaipu nos municípios lindeiros. Os municípios de Foz do Iguaçu, Santa Helena e Itaipulândia foram os que mais tiveram áreas alagadas e juntos estes municípios representam 61,55% do total.

Os 12 municípios pesquisados compreendem 97,91% do total de área alagada. Os governos brasileiro e paraguaio recebem uma compensação financeira por suas terras alagadas chamada de *royalties*, esta compensação é calculada pela proporção de área alagada em cada município e a quantidade de energia gerada pela usina mensalmente.

TABELA 3 - Royalties pagos aos Municípios lindeiros ao Lago de Itaipu no Brasil

Município	Repasse Atual Agosto de 2016 (em Mil US\$)	Acumulado (em Milhões US\$)	Percentual
Foz do Iguaçu	724,4	339,3	19,24%
Santa Terezinha de Itaipu	150,4	70,4	3,99%
São Miguel do Iguaçu	326,3	165,2	9,37%
Itaipulândia	645,1	289,6	16,42%
Medianeira	4,2	1,9	0,11%
Missal	143,8	67,3	3,82%
Santa Helena	946,6	443,3	25,14%
Entre Rios do Oeste	118,1	53	3,01%
São José das Palmeiras	7	3,2	0,18%
Marechal Cândido Rondon	201,1	101	5,73%
Mercedes	69,3	31,1	1,76%
Pato Bragado	168,9	75,8	4,30%
Guaíra	183,1	85,7	4,86%
Diamante do Oeste	20,2	9,4	0,53%
Terra Roxa	5,7	2,6	0,15%
Mundo Novo (MS)	52,8	24,6	1,40%
Total		1.763,40	100,00%

Fonte: ANEEL -Agência Nacional de Energia Elétrica (2016)

A partilha dos *royalties* é determinada pela Lei n.º 8.001, de 13 de março de 1990 da seguinte forma: 45% aos Estados, 45% aos municípios e 10% para órgãos federais (Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Dos 45% destinados aos Municípios 85% do valor repassado é distribuído proporcionalmente aos municípios lindeiros e os outros 15% são distribuídos entre municípios indiretamente atingidos pelo reservatório da usina (ITAIPU, 2016).

De acordo com os dados da Tabela 2, dividindo o valor repassado no mês de agosto pelo número de habitantes o Município de Itaipulândia é o que mais recebeu recursos no montante de US\$ 75,35 por habitante, anualmente este valor se aproxima de US\$ 80 por habitante mês.

A seguir são apresentadas as estruturas que são responsáveis pelas atividades voltadas ao desenvolvimento rural nos municípios, inicialmente.

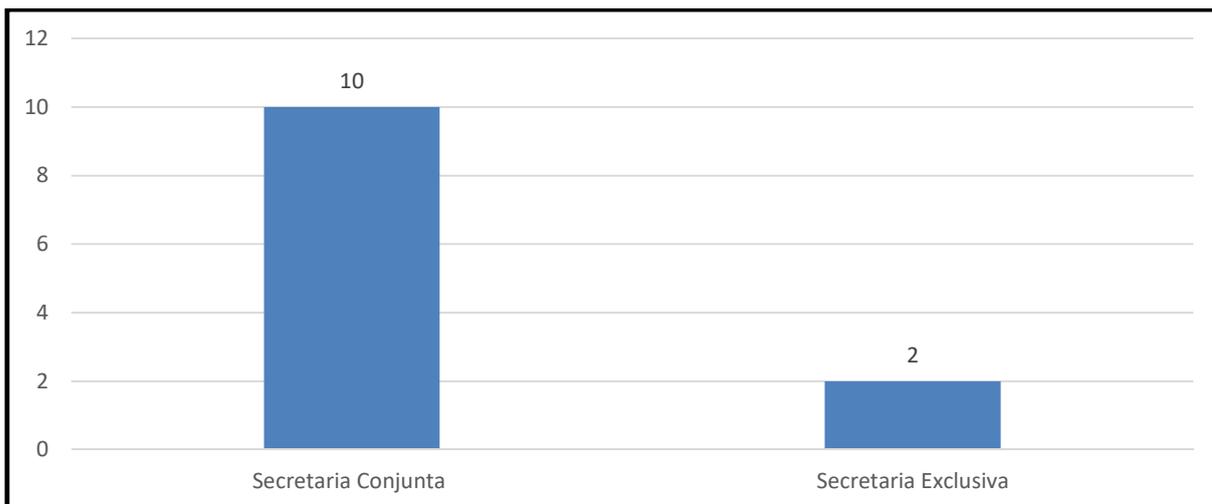


FIGURA 2 - Tipos de estrutura administrativa de Agricultura e Meio Ambiente encontradas nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu
Fonte: O autor, 2016

Nos 12 municípios analisados as estruturas que executam as funções ligadas ao meio rural e o meio ambiente são as Secretarias. Apenas os Municípios de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu apresentam estruturas exclusivas para Agricultura e Meio Ambiente, as demais trabalham com secretarias conjuntas, apenas dividindo as funções em Diretorias.

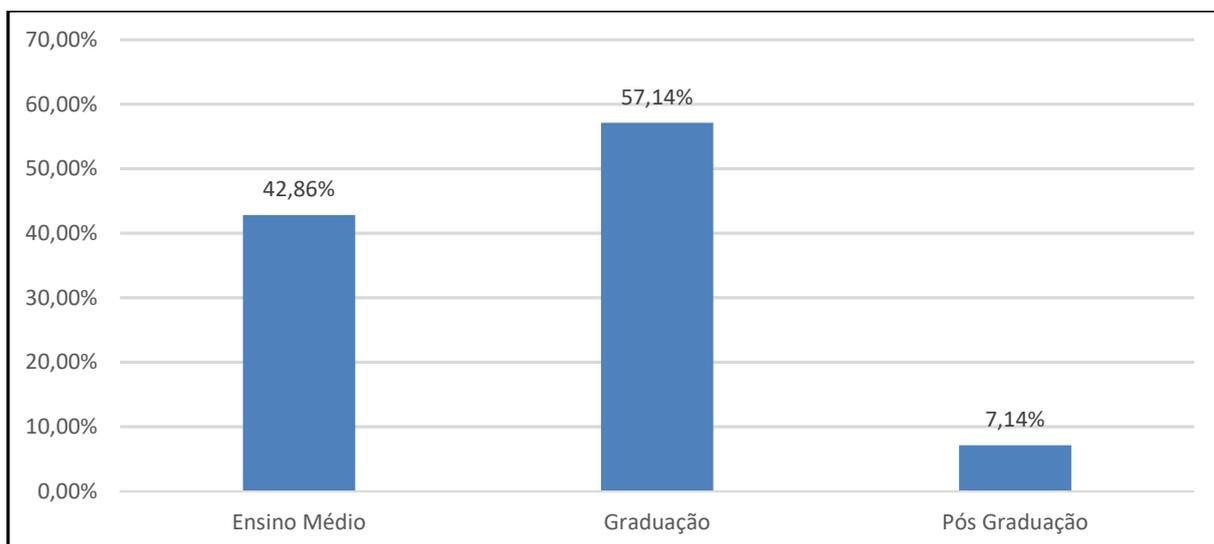


FIGURA 3 - Formação dos gestores das áreas de Agricultura e Meio Ambiente encontradas nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu
Fonte: O autor, 2016

Na Figura 3, quanto a escolaridade dos 14 secretários, 42,86% possuem ensino médio, 57,14% são graduados e apenas 7,14% possuem pós-graduação.

Quando analisados as áreas de formação nota-se que 64,29% tem formação em áreas ligadas a atividade da secretaria.

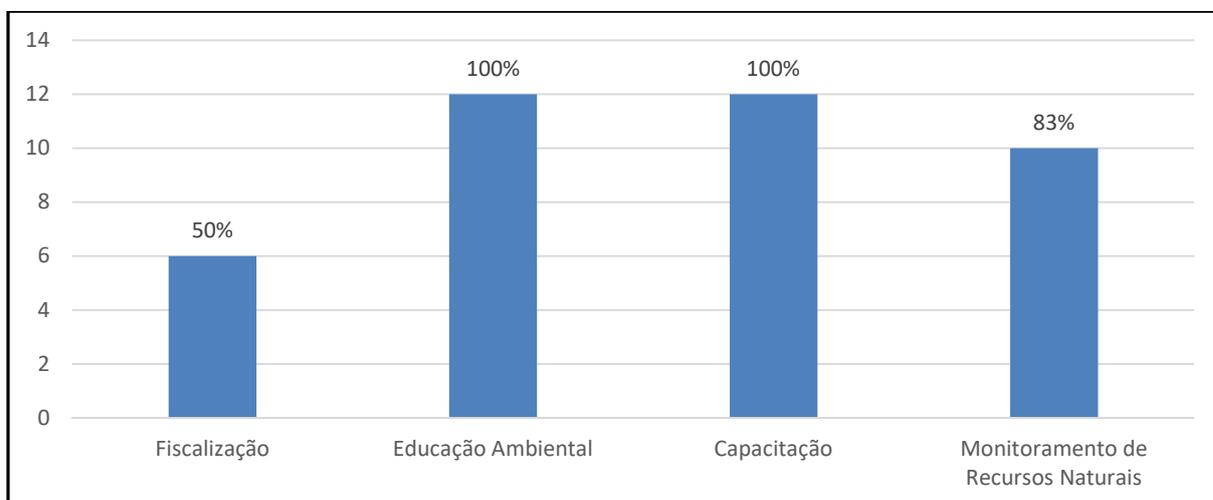


FIGURA 4 - Ações desenvolvidas das áreas de Agricultura e Meio Ambiente encontradas nos Municípios Linieiros ao Lago de Itaipu
Fonte: O autor, 2016

Pela Figura 4, todas as secretarias desenvolvem ações de educação ambiental e capacitação, 80% desenvolve ações de monitoramento de recursos naturais e apenas 50% exercem atividades de fiscalização.

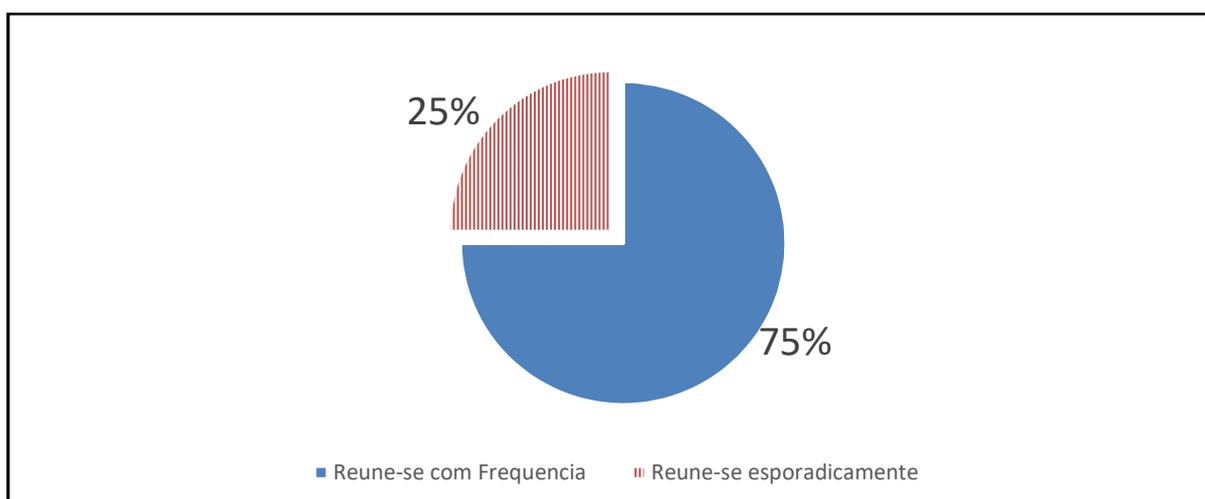


FIGURA 5 - Atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural nos Municípios Linieiros ao Lago de Itaipu
Fonte: O autor, 2016

Todos os municípios pesquisados instituíram o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR. Porém, 3 gestores declararam que o conselho não é atuante, pois, nestes municípios o CMDR reúne-se apenas esporadicamente e a

participação popular é insignificante. Silva (2015) considera que os CMDR são um importante espaço para o pequeno agricultor, onde é possível articular, discutir e decidir o desenvolvimento rural regional.

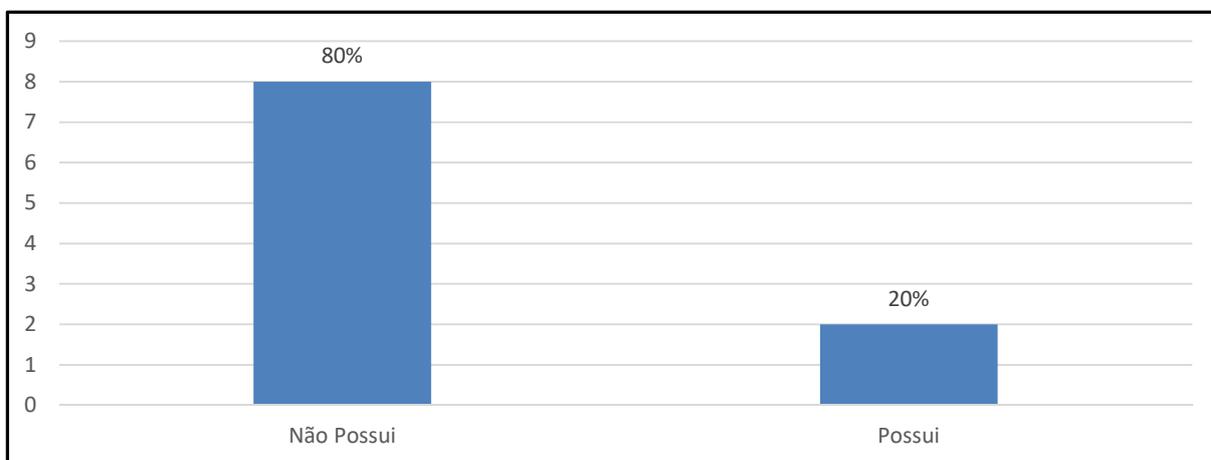


FIGURA 6 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

Fonte: O autor, 2016

Apenas 20% dos municípios, Marechal Cândido Rondon e Missal possuem Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural.

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural é um mecanismo de captação de recursos financeiros para implementação de ações ligadas ao setor rural, os programas e projetos fomentados através do fundo podem contar com a participação de outras instituições. O Município de Missal instituiu o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural há mais de 20 anos, os recursos do FMDR representam 25% dos royalties do Tratado Itaipu recebidos pelo município.

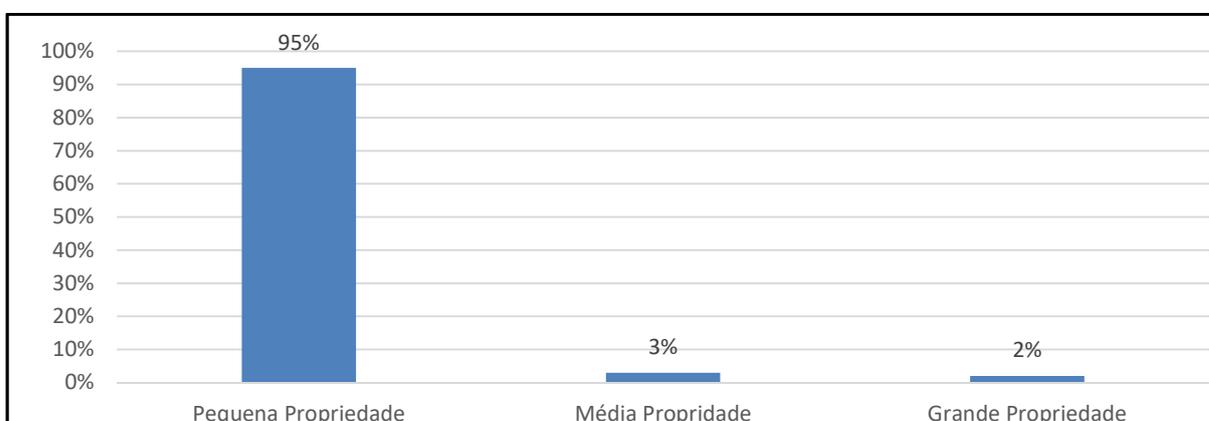


FIGURA 7 - Percentual de Propriedades rurais nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

Fonte: O autor, 2016

De acordo com os gestores, 95% das propriedades rurais dos municípios estudados são enquadradas como pequenas; 3% como média propriedade e apenas 2% são grandes propriedades. Esta classificação é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que estabelece o módulo fiscal, como unidade de medida agrária usada no Brasil, as propriedades com áreas de até um módulo fiscal são classificadas como minifúndios; aquelas que possuem entre 1 e 4 módulos fiscais são consideradas pequenas propriedades e aquelas que possuem entre 4 e 15 e as maiores que 15 módulos fiscais são classificadas respectivamente como médias e grandes propriedades.

TABELA 4 - Infraestrutura e equipamentos disponíveis para as áreas de Agricultura e Meio Ambiente nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

Municípios	Sede	Veículos			GPS	Máquina Fotográfica
		Leves	Computadores	Motos		
Foz do Iguaçu	Própria	6	15	Não	Não	1
Santa Terezinha de Itaipu	Própria	6	11	Não	Não	1
São Miguel do Iguaçu	Própria	1	4	Não	1	Não
Itaipulândia	Própria	5	10	Não	1	1
Missal	Alugada	3	5	1	1	1
Santa Helena	Própria	5	8	Não	1	2
São José das Palmeiras	Própria	Não	2	Não	Não	Não
Entre Rios do Oeste	Própria	2	5	Não	1	1
Pato Bragado	Própria	1	3	Não	1	1
Marechal Cândido Rondon	Própria	7	14	Não	Não	1
Mercedes	Própria	3	7	Não	1	1
Guaíra	Própria	5	8	Não	Não	2

Fonte: O autor, 2016

A Tabela 4 apresenta as estruturas e equipamentos a disposição das secretarias, 92% das secretarias estão instaladas em sede própria e a média de veículos a disposição das secretaria é de 3,41 veículos por município. Todos os municípios pesquisados tem computadores com acesso a internet de boa qualidade. O Município de São José das Palmeiras não possui veículo para uso exclusivo da secretaria, apenas o município de Missal possui moto e 33% dos municípios não possuem equipamento GPS e apenas os municípios de São Miguel do Iguaçu e São José das Palmeiras não possuem máquina fotográfica.

A justificativa por não possuir determinados equipamentos, é que estes quando necessários para o desempenho dos trabalho são emprestados de outras secretarias, estes empréstimos acabam sujeitos a disponibilidade do equipamento.

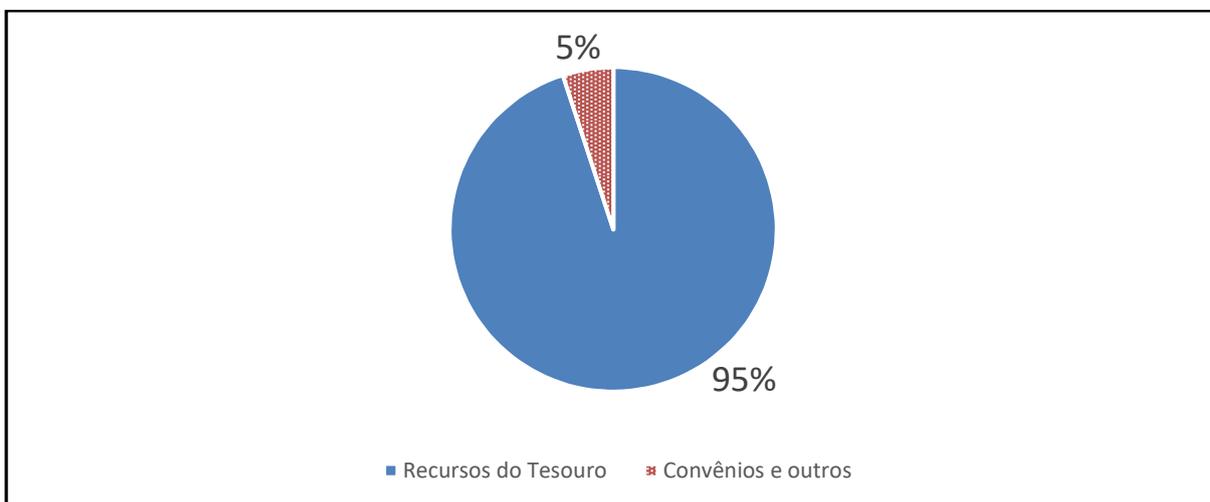


FIGURA 8 Composição do orçamento das áreas de Agricultura e Meio Ambiente nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

Fonte: O autor, 2016

De acordo com os dados obtidos 95% dos recursos utilizados pela secretaria são oriundos do tesouro municipal e apenas 5% são obtidos através de convênios. Dois gestores alegaram que perderam recursos conveniados nos últimos anos por falta de certidões negativas, já que a maior parcela dos recursos tem origem no tesouro municipal.

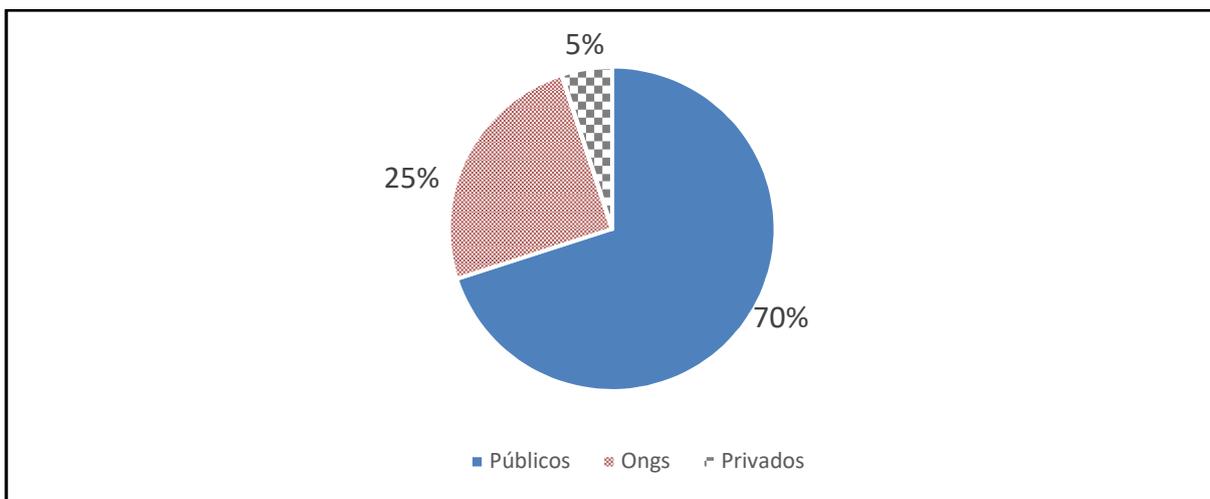


FIGURA 9 - Percentual de parcerias das áreas de Agricultura e Meio Ambiente nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

Fonte: O autor, 2016

A Figura 9 apresenta o percentual de parcerias que os municípios tem, 70% são com entidades pública, deste grupo as parcerias mais lembradas foram com a Itaipu Binacional e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, 25% são Organizações Não Governamentais - ONGs, as mais lembradas neste segmento foram o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia - CAPA e a Biolabore e os outros 5% são parceiros privados, os mais citados foram a Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária - Cressol, a Lar Cooperativa Agroindustrial e os laticínios da região.

A Usina Hidroelétrica de Itaipu de acordo com sua missão institucional desenvolve iniciativas socioambientais nos municípios lindeiros ao lago, estas iniciativas são fomentadas através do programa Cultivando Água Boa, este programa ambiental estabelece uma rede de proteção aos recursos naturais da Bacia Hidrográfica do Paraná 3, atualmente estão em desenvolvimento 20 programas e 65 ações, estas ações vão desde a recuperação de microbacias, a proteção das matas ciliares e da biodiversidade, até a disseminação de valores e saberes que contribuem para a formação de cidadãos dentro da concepção da ética do cuidado e do respeito com o meio ambiente. O programa conta com aproximadamente 2.000 parceiros, dentre os quais órgão governamentais, Organizações Não Governamentais, instituições de ensino, cooperativas, associações comunitária e empresas privadas (ITAIPU 2016). Desta forma todos os municípios pesquisados destacam a importância das ações desenvolvidas pela Usina de Itaipu.

Portanto, em resposta a pergunta do estudo, nas estruturas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável nos 12 municípios lindeiros ao lago da Usina hidroelétrica de Itaipu, constatou-se a predominância de secretarias conjuntas, secretários com graduação; ações direcionadas à educação ambiental e capacitação; conselhos municipais atuantes; não possuem fundo municipal para o desenvolvimento rural; orçamentos subsidiados pelo tesouro municipal; suas articulação contemplam parcerias com entidades públicas; onde 95% são pequenas propriedades; sede própria, com veículos, computadores e máquina fotográficas.

A Tabela 5 corresponde a uma questão aberta onde cada gestor destacou que tipo de estudos são necessários para melhorar seu desenvolvimento rural.

TABELA 5 - Necessidades de estudos áreas de Agricultura e Meio Ambiente nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

Municípios	Estudos necessários
Foz do Iguaçu	Assistência técnica ao produtor rural
Santa Terezinha de Itaipu	Incremento da exploração de aquicultura, viabilidade de mercado, e processamento e comercialização da produção.
São Miguel do Iguaçu	Agricultura familiar e as oportunidades na região
Itaipulândia	Novas parcerias
Missal	Análises de solo Banco de projetos
Santa Helena	Possui um centro de estudos
São José das Palmeiras	Diagnóstico sobre a ruralidade no município
Entre Rios do Oeste	São supridas através da parceria com a Unioeste.
Pato Bragado	Palestras e Cursos de capacitação para produtores
Marechal Cândido Rondon	Pesquisas relacionadas a legislação ambiental, rural e sanidade agropecuária; Divisão da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Mercedes	Avaliação e melhoramento de pastagens
Guaíra	Palestras e Cursos de capacitação para produtores

Fonte: O autor, 2016

No Município de Foz do Iguaçu são necessários estudos sobre a assistência técnica ao produtor rural. O Município de Santa Terezinha de Itaipu destacou a necessidade de estudos em relação ao incremento da exploração e a viabilidade da aquicultura, tendo em vista seu potencial hidrográfico, outro tema para estudo no município é a formação de associação de produtores rurais para a comercialização.

O gestor do Município de São Miguel do Iguaçu apontou a necessidade de desenvolvimento de pesquisas sobre as oportunidades para a agricultura familiar na região.

No Município de Itaipulândia evidenciou a importância de se buscar novas possibilidades de parcerias, no Município de Missal destacou que vários estudos são realizados no município pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (análise de solo, melhoramento genético de aves e outros), como colaboração ao estudo, o gestor de Missal sugere que seja criado um banco de

projetos para a região, que possibilitará a troca de experiências com os demais municípios da região.

O gestor do Município de Santa Helena relatou que dispõe de um centro de pesquisas municipais e que este supre suas demandas. No Município de São José das Palmeiras se faz necessário um diagnóstico completo sobre o meio rural.

No Município de Entre Rios do Oeste suas demandas por pesquisas no meio rural são supridas pela Unioeste, pois a universidade dispõe de um centro de pesquisas no município. Nos municípios de Pato Bragado e Guaíra há necessidade de Cursos e palestras aos produtores rurais.

No Município de Marechal Cândido Rondon são necessários estudos sobre a legislação aplicável ao meio rural e a Divisão de atribuições da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e por final no Município de Mercedes há necessidade de um estudo sobre as pastagens utilizadas e seu possível melhoramento.

As próximas questões apresentam informações referentes a produção agrícola da agricultura familiar, aos problemas ambientais e as demandas e necessidades das secretarias.

TABELA 6 - Produção da agricultura familiar nos municípios em ordem de relevância

	1º	2º	3º	4º	5º
Foz do Iguaçu	Horticultura	Cultivo de Mandioca	Agroindústria	Piscicultura	Bovinocultura Leiteira
Santa Terezinha de Itaipu	Cultivo de Soja	Cultivo de Milho	Bovinocultura a Leiteira	Avicultura de corte	Horticultura
São Miguel do Iguaçu	Bovinocultura Leiteira	Avicultura de corte	Suinocultura	Horticultura	Cultivo de Milho
Itaipulândia	Suinocultura	Avicultura de corte	Cultivo de Soja	Cultivo de Milho	Bovinocultura Leiteira
Missal	Cultivo de Soja	Cultivo de Milho	Bovinocultura a Leiteira	Suinocultura	Avicultura de corte
Santa Helena	Avicultura de corte	Suinocultura	Cultivo de Soja	Cultivo de Milho	Bovinocultura Leiteira
São José das Palmeiras	Bovinocultura Leiteira	Cultivo de Milho	Cultivo de Mandioca	Fruticultura	Horticultura
Entre Rios do Oeste	Cultivo de Soja	Cultivo de Milho	Suinocultura	Bovinocultura a Leiteira	Avicultura de corte
Pato Bragado	Bovinocultura Leiteira	Suinocultura	Avicultura de corte	Cultivo de Soja	Cultivo de Milho
Marechal Cândido Rondon	Suinocultura	Bovinocultura Leiteira	Avicultura de corte	Cultivo de Soja	Cultivo de Milho
Mercedes	Bovinocultura Leiteira	Cultivo de Mandioca	Cultivo de Fumo	Horticultura	Agroindústria
Guaíra	Cultivo de Soja	Cultivo de Milho	Bovinocultura a Leiteira	Horticultura	Cultivo de Mandioca

Fonte: O autor, 2016

A Tabela 6 apresenta a produção da agricultura familiar em cada município por ordem de relevância, na sequência os dados das produções municipais foram agrupados e apresentados por ordem de relevância.

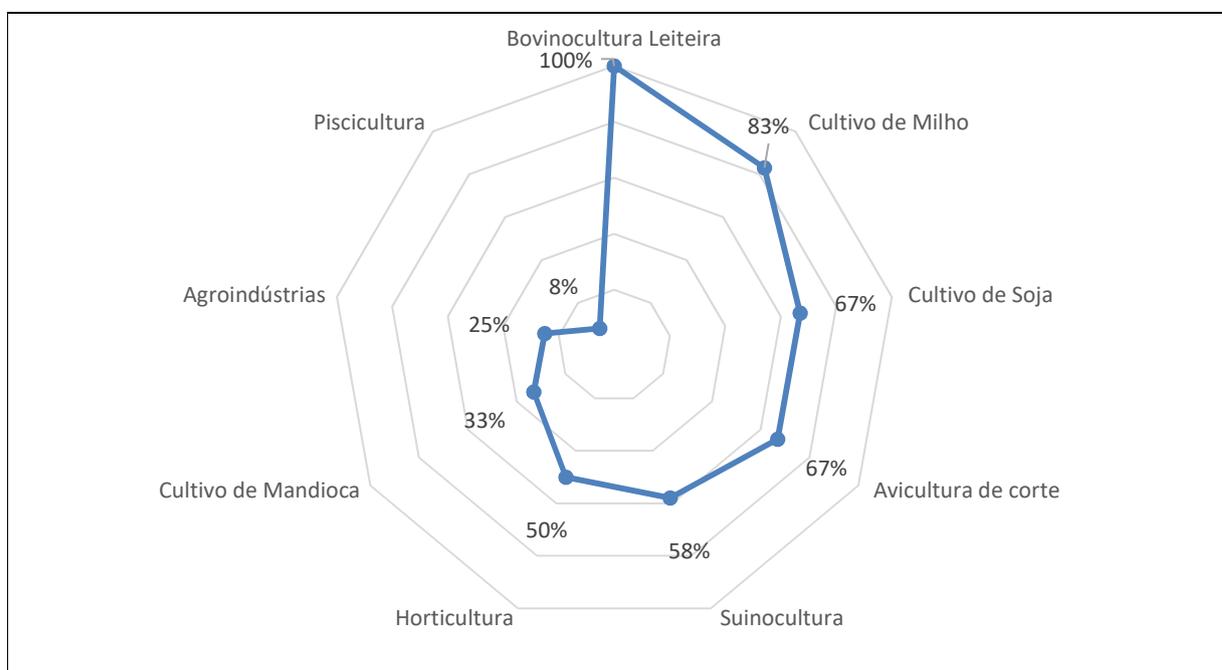


FIGURA 10 - Produção da agricultura familiar nos municípios pesquisados em ordem de relevância

Fonte: O autor, 2016

A Figura 10 sintetiza os dados sobre a produção da agricultura familiar nos municípios pesquisados, em todos os municípios está presente a bovinocultura de leite. De acordo com Departamento de Economia Rural - DERAL (2016) entre 2005 a 2014 a produção de leite no Estado do Paraná elevou-se em 76%, e alcançou em 2014 a quarta posição na produção de leite no país.

Segundo os dados de 2014 do IBGE, a região Oeste do Paraná ocupa o primeiro lugar no estado e o aumento da demanda mundial e os programas de apoio a produção e as boas condições ambientais tem favorecido o setor leiteiro.

Em segundo lugar, com 83% o cultivo de milho que possui um importante papel no agronegócio paranaense, pois, em grande parte é utilizado como alimentação para a produção de suínos e aves no Estado. Mesmo assim em 2014, o Paraná exportou mais de três milhões de toneladas de milho (DERAL, 2016).

Em terceiro e quarto lugar houve um empate entre a avicultura de corte e o cultivo de soja com 63% de participação nos municípios, segundo dados do DERAL (2016), a soja é a cultura de maior importância econômica do estado. Seu Valor

Bruto da Produção em 2014 foi de 15,04 bilhões de reais, o que corresponde a 21% dos 70,6 bilhões de reais produzidos nos campos paranaenses em 2014, a região Oeste do Paraná responde por 20% da área plantada no Estado.

De acordo com a ABPA (2016) o Estado do Paraná é o principal produtor avícola do país, e no ano de 2014 foi responsável por 32,26% do total produzido no país. Em quinto lugar figurou a suinocultura presente em 60% dos municípios pesquisados.

TABELA 7 - Problemas ambientais lembrados pelas Secretarias

	1º	2º	3º	4º	5º
Foz do Iguaçu	Contaminação da água	-----	-----	-----	-----
Santa Terezinha de Itaipu	Contaminação da água	Contaminação do solo	Descarte ilegal de lixo rural	Descarte ilegal de resíduos líquidos	Uso de agrotóxico ilegal
São Miguel do Iguaçu	Descarte ilegal de lixo rural	Deriva de Agrotóxicos	Reservas indígenas não demarcadas	Recuperação de Áreas Desmatadas	Contaminação da água
Itaipulândia	-----	-----	-----	-----	-----
Missal	Uso de agrotóxico ilegal	Contaminação do solo	Contaminação da água	Desmatamento de áreas protegidas	Desmatamento de APPs
Santa Helena	Contaminação da água	Contaminação do solo	Descarte ilegal de lixo rural	Descarte ilegal de resíduos líquidos	-----
São José das Palmeiras	Contaminação da água	Descarte ilegal de lixo rural	Descarte ilegal de resíduos líquidos	Contaminação do solo	Uso de agrotóxico ilegal
Entre Rios do Oeste	Contaminação da água	Contaminação do solo	Uso de agrotóxico ilegal	Descarte ilegal de resíduos líquidos	Descarte ilegal de lixo rural
Pato Bragado	Uso de agrotóxico ilegal	Contaminação do ar	Descarte ilegal de lixo rural	-----	-----
Marechal Cândido Rondon	Erosão do solo	Contaminação da água	Desmatamento de APPs	-----	-----
Mercedes	Contaminação da água	Contaminação do solo	Contaminação do ar	Descarte ilegal de resíduos líquidos	Descarte ilegal de lixo rural
Guaira	Reservas indígenas não demarcadas	Uso de agrotóxico ilegal	Contaminação do solo	Contaminação da água	Contaminação do ar

Fonte: O autor (2016)

A Tabela 7 apresenta os problemas ambientais em cada município por ordem de relevância. Cabe ressaltar que o gestor no Município de Itaipulândia não assinalou nenhuma das questões ambientais ligadas ao desenvolvimento rural que

necessitasse de maior atenção. O gestor de Foz do Iguaçu apenas marcou a contaminação da água. Os municípios de Pato Bragado e Marechal Cândido Rondon assinalaram apenas 3 itens. O gestor de São Miguel do Iguaçu destacou em segundo lugar a deriva de agrotóxicos e em quarto lugar a recuperação de áreas desmatadas e o gestor de Marechal Cândido Rondon destacou em primeiro lugar a erosão de solo.

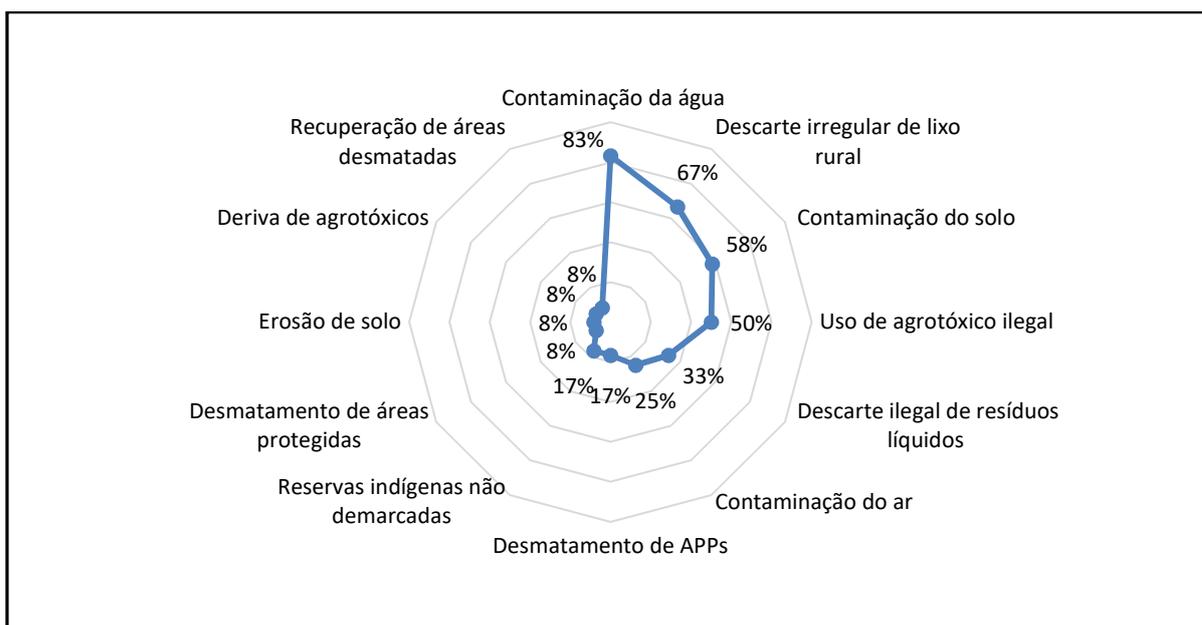


FIGURA 11 - Problemas ambientais que recebem mais atenção nos municípios pesquisados

Fonte: O autor, 2016

A Figura 11 agrupa os dados sobre os problemas ambientais que merecem **mais atenção** nos municípios. Cerca de 83% dos municípios pesquisados apresentaram a contaminação da água, embora várias ações sejam desenvolvidas na região com vistas a preservação dos recursos hídricos, grande parte dos municípios apontam este como um dos seus principais problemas. Em segundo lugar, com 67% foi indicado a contaminação do solo, e, em terceiro lugar o uso de agrotóxico ilegal com 50%. O uso de defensivos agrícolas em larga escala tem preocupado os agentes públicos. Em quarto lugar com 33% o descarte ilegal de resíduos líquidos e em quinto lugar ficou a contaminação do ar.

Neste contexto, a Usina Hidroelétrica de Itaipu tem se destacado como um importante parceiro no desenvolvimento de ações que mitigam os problemas ambientais na região, como a conservação de solo, a construção de terraços,

adequação de estradas da região, a instalação e manutenção de abastecedouros comunitários, reciclagem de embalagens de agrotóxicos e incentivo às boas práticas ligadas a agricultura e saneamento rural. Para a realização destas ações, a Itaipu envolve uma rede 1.247 instituições parceiras, entre universidades, órgãos públicos, organizações não governamentais e associações da região (ITAIPU, 2016).

TABELA 8 - Necessidades das secretarias de Agricultura e Meio Ambiente

	1º	2º	3º	4º	5º
Foz do Iguaçu	Recursos Financeiros	Recursos Humanos	Participação Popular	Parcerias com Governo do Estado	Estrutura Física (prédio/salas)
Santa Terezinha de Itaipu	Recursos Financeiros	Legislação de apoio	Recursos Humanos	Parcerias com Institutos de Pesquisa	Máquinas e Equipamentos
São Miguel do Iguaçu	Recursos Financeiros	Máquinas e Equipamentos	Participação Popular	Parcerias com Governo Federal	Parcerias com Governo do Estado
Itaipulândia	Máquinas e Equipamentos	Recursos Financeiros	Participação Popular	Parcerias com Governo do Estado	Parcerias com Governo Federal
Missal	Máquinas e Equipamentos	Parcerias com Governo Federal	Parcerias com Governo do Estado	Recursos Financeiros	Recursos Humanos
Santa Helena	Máquinas e Equipamentos	Recursos Financeiros	Legislação de apoio	Recursos Humanos	-----
São José das Palmeiras	Recursos Financeiros	Recursos Humanos	Máquinas e Equipamentos	Parcerias com Governo do Estado	Parcerias com Institutos de Pesquisa
Entre Rios do Oeste	Máquinas e Equipamentos	Recursos Financeiros	Participação Popular	Parcerias com Governo do Estado	Legislação de apoio
Pato Bragado	Parcerias com Institutos de Pesquisa	Parcerias com Governo do Estado	Parcerias com Governo Federal	Máquinas e Equipamentos	Legislação de apoio
Marechal Cândido Rondon	Recursos Financeiros	Recursos Humanos	Máquinas e Equipamentos	Legislação de apoio	Estrutura Física (prédio/salas)
Mercedes	Recursos Financeiros	Máquinas e Equipamentos	Parcerias com Institutos de Pesquisa	Parcerias com Governo do Estado	Parcerias com Governo Federal
Guaira	Recursos Humanos	Recursos Financeiros	Parcerias com Governo do Estado	Parcerias com Governo Federal	Legislação de apoio

Fonte: O autor (2016)

A Tabela 8 apresenta as necessidades das secretarias ligadas ao desenvolvimento rural em cada município por ordem de relevância, na sequência os dados foram agrupados e apresentados na mesma ordem.

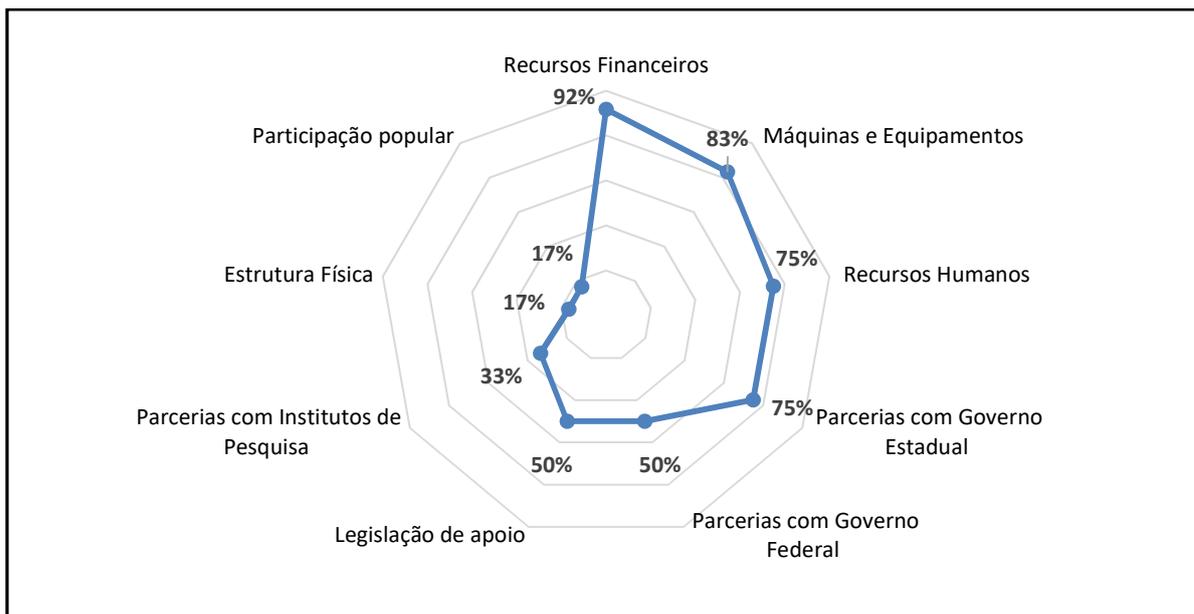


FIGURA 12 - Demandas e dificuldades das secretarias de Agricultura e Meio Ambiente

Fonte: O autor, 2016

Na Figura 12 observa-se os dados sobre as necessidades enfrentadas pelas secretarias de agricultura e meio ambiente, 92% apresentaram como principal necessidade os recursos financeiros, 95% dos recursos empregados nas áreas de agricultura e meio ambiente tem origem no orçamento municipal (Figura 8), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2013, p.18), revela que em 2010, o Governo Federal respondeu por mais de 67% da arrecadação direta, relegando aos Estados e Municípios apenas 33% do total. Assim, muitos gestores municipais enfrentam dificuldades na arrecadação tributária, seja por motivos econômicos, administrativos ou políticos, pois, os governos municipais são os executores das políticas nacionais, o que gera desequilíbrio nas finanças municipais.

Em segundo lugar com 80% a necessidade de máquinas e equipamentos, os municípios necessitam deste maquinário para prestação de serviços e empréstimo a associação de agricultores. Grande parte dos municípios tem obtido estes maquinários através de convênios federais e estaduais. Empatados em terceiro lugar, com 75%, estão as parcerias com o Governo do Estado e os recursos humanos. A necessidade de pessoal é um dos elementos mais importantes em um órgão público destaca (GEMELLI, 2010). O planejamento na gestão de pessoal deve considerar os ambientes interno e externo, em busca da, maior atuação e inserção dos agentes públicos, para que deste modo possam alcançar os objetivos da instituição e a satisfação da coletividade.

A falta de pessoal nos municípios tem relação direta com a falta de recursos, pois, para se aumentar o quadro de pessoal é necessário que o município disponha de capacidade financeira, do mesmo modo, a aquisição de máquinas e equipamentos.

5. CONCLUSÕES

Os municípios lindeiros tem uma forte vocação agrária, o processo de construção da Usina de Itaipu alterou significativamente suas configurações territoriais e populacionais, desde a década de 80 os municípios lindeiros vivenciam uma nova realidade. Esta pesquisa buscou atingir seu objetivo ao apresentar as características gerais das estruturas públicas votadas ao Desenvolvimento Rural e suas necessidades para o desenvolvimento das ações futuras. Na visão dos gestores públicos entrevistados, as maiores necessidades se originam pela falta de recursos financeiros.

O tema, entretanto, não está esgotado, sua contribuição vai no sentido de servir como referência para novas abordagens sobre o tema, já que abordou apenas o lado brasileiro dos municípios lindeiros.

Para estudos futuros sugere-se que seja investigado qual o valor do orçamento público destinado para as funções voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável e se estes orçamentos são devidamente aplicados, uma vez que a pesquisa revelou como necessidade precípua o aporte de recursos financeiros. Sugere-se ainda que esta pesquisa seja aplicada ao Governo Federal e ao Estado do Paraná, para verificar a eficácia destes entes públicos responsáveis pelo desenvolvimento rural.

Entender como a região estrutura suas ações voltadas ao desenvolvimento rural é fazer uma análise da situação atual e a partir dela poder identificar ajustes a serem feitos e as novas oportunidades de ação pública, e assim escolher um rumo com maior chance de sucesso para o desenvolvimento rural sustentável bem como a sustentabilidade do planeta.

REFERÊNCIAS

ABPA - Associação Brasileira Proteína Animal. **Mercado Mundial**. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/setores/avicultura/mercado-mundial>>. Acesso em: 11 de outubro de 2016.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos 'Royalties' pagos pela Itaipu Binacional**. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/CMPF_Royalties/ROY_Municipio.s.cfm>. Acessado em 21 de setembro de 2016.

BID - Banco Interamericano de desenvolvimento. **Avaliação da estrutura e do desempenho do sistema tributário Brasileiro**: Livro branco da tributação Brasileira. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/5706/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20estrutura%20e%20do%20desempenho%20do%20sistema%20tribut%C3%A1rio%20Brasileiro%200130.pdf?sequence=1>> Acesso em: 11 setembro de 2016.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade**. 2 ed. São Paulo, Editora 34. 2011

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRANDEMBURG, Alfio. **Agricultores Ecológicos e o Ambiente Rural: Visões Interdisciplinares**. 1 ed. São Paulo. Annablume, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Portal do Planalto**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, **Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm> Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. Lei n.º 12.527 de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acessado em 01 de outubro de 2016

_____. Lei n.º 8.001, de 13 de março de 1990. **Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências**. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8001.htm> Acessado em 22 de setembro de 2016

CAPRA, Fitjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-2007

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8 Ed, São Paulo, Paz e Terra, 1999

DERAL - Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná. **LEITE - Análise da Conjuntura Agropecuária Ano 2015/16**. Disponível em:< http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/2016/bovinocultura_de_leite_2016.pdf>. Acessado em 22 de setembro de 2016.

_____. **Milho - Análise da Conjuntura Ano 2015/16**. Disponível em:< <http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=240>>. Acessado em 22 de setembro de 2016.

_____. **Soja - Análise da Conjuntura Ano 2015/16**. Disponível em:< http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/2016/Soja_2015_16.pdf>. Acessado em 22 de setembro de 2016.

GEMELLI, Inês Maria Picoli; FILIPPIM, Eliane Salete. *Gestão de pessoas na administração pública: o desafio dos municípios*. RACE, Unoesc, v.9, n.1-2, p. 153-180, jan a dez 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

GOOGLE MAPS. **[Rota dos Municípios pesquisados]**. 2016. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/dir/Foz+do+Igua%C3%A7u+-+PR/Gua%C3%ADra,+PR/@-24.7988367,-54.8941691,9z/data=!3m1!4b1!4m13!4m12!1m5!1m1!1s0x94f6983de5db79bb:0x920b68c585cac349!2m2!1d-54.5854238!2d-25.5162467!1m5!1m1!1s0x94f4a561bf44c975:0xa1906998ba525f7d!2m2!1d-54.256534!2d-24.0840184> >. Acessado em 22 de setembro de 2016

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em:< <http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acessado em 22 de setembro de 2016.

ITAIPU. **Cultivando Água Boa**. Disponível em:< <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/o-programa/sobre-o-programa>>. Acessado em 22 de setembro de 2016.

ITAIPU. **Royalties**. Disponível em:< <https://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>>. Acessado em 22 de setembro de 2016.

NAZZARI, Rosana Katia; ROSIN, Franciele. **Exploração de madeira e manejo florestal sustentado no Paraná.** In **Políticas de Sustentabilidade: Responsabilidade Social e corporativa das questões ecológicas.** 1 Ed, Cascavel – Pr, Edunioeste, p. 69-125, 2012.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

SAQUET, Marcos Aurelio. SPOSITO, Eliseu Saverio (organizadores). **Territorios e territorialidades: Teorias processos e conflitos.** 1. ed. Editora Expressão Popular São Paulo, 2009

SEPULVEDA, Sergio Silva; GUIMARÃES, Marcelo Duncan A. **Gestión de territorios rurales en Brasil** – San José, Costa Rica. IICA, 2008

SCHNEIDER, Mauri José; A participação da agricultura familiar na defesa do direito à alimentação escolar saudável no município de Missal – Paraná. (2014). Dissertação (Mestrado) – UNIOESTE/ Campus de Marechal Cândido Rondon, Marechal Cândido Rondon.

SILVA, Christian Luis. **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SILVA, Nardel Luiz Soares; ZAMPIER, Igor Felipe; PASTORIO, Inês Terezinha; WAMMES, Leoní Terezinha; GREGOLIN, Marcos Roberto; SORNBERGER, Neimar Afonso. **Perfil dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável no território Centro-Sul do Paraná.** Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional. Taquara, v. 12, n. 2, p.177-186. Jul/dez 2015.

SOUZA, Edson Belo Clemente de; CASAGRANDE, Adriana Eliane. **O espaço e a demografia: o planejamento regional em perspectiva nas margens paranaenses do Lago de Itaipu.** Sociedade e Território, Natal, v. 24, nº 1, p. 2 – 27, jan./jun. 2012.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa,** Caderno CRH 39, pag.11-24, 2003.

CAPÍTULO II - EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO PARANÁ

Resumo: Este estudo analisou a eficácia das políticas públicas voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável no Estado do Paraná. Trata-se de um trabalho de cunho descritivo e orientação dedutiva, com corte longitudinal de 2010 a 2013. Os dados de origem secundária foram coletados nos portais oficiais do Estado do Paraná, e foram apresentados em porcentagem, com a geração de indicadores e índices que apresentam como o Estado executa seus programas relacionados ao Desenvolvimento Rural Sustentável. Os resultados do estudo revelaram que o Paraná em seu Plano Plurianual (PPA) para o período de 2012 a 2015 projetou um crescimento de 37,67% em comparação ao PPA anterior, enquanto os Programas de Desenvolvimento Rural Sustentável receberam apenas 5,61% de aumento no mesmo período. Na execução do orçamento as ações voltadas para o setor não foram totalmente eficazes, uma vez que não acompanharam o índice de execução global do orçamento.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural Sustentável; Eficácia; Políticas Públicas; Execução Orçamentária; Estado do Paraná.

Abstract: *This study analyzes the efficacy of public policies concerning Sustainable Rural Development in the State of Paraná. It is a paperwork with descriptive and deductive orientation character, with longitudinal cut from 2010 to 2013. The data with secondary origin were collected from the State of Paraná official sites, being treated in percentage generating indicators and indexes that present how the state execute their programs related to Sustainable Rural Development. The study results reveal that Paraná's Pluriannual Plan for 2012 to 2015 period projected a growth of 37,6% in comparison with the previous plan, while the Rural Development Programs received only 5,61% growth in the same time period. At the budget execution, the actions targeted at the sector were not totally efficient, once they did not keep pace with the global budget execution index.*

Key words: *Sustainable Rural Development; Efficacy; Public Policies; Budget Execution; State of Paraná.*

2.1 INTRODUÇÃO

A Administração pública, para Kohama (2010), representa todo o aparelhamento do Estado, com o objetivo de satisfazer as necessidades coletivas, já que é entendida como uma organização com um amplo conjunto de funções. Destaca ainda que, a administração pública trata da governança dos serviços e orçamentos públicos em busca de uma eficácia para obter resultados úteis a sociedade.

Neste sentido, esta eficácia implica no atendimento de regras, limites e discriminação das atividades públicas, para que o orçamento público seja cumprido de acordo com o previsto para o desenvolvimento da sociedade.

A questão ambiental começou a ganhar relevância após a Segunda Guerra Mundial, tomando forma após a Conferência de Estocolmo em 1972. Neste vies ambiental percebeu-se a necessidade em desenvolver estratégias para o desenvolvimento rural para incorporar as dimensões ambientais. Hoje, o desenvolvimento rural vinculado aos impactos ambientais é discutido em escala global. Capra (2002) revela que o conceito de sustentabilidade foi criado pelo analista ambiental Lester Brow nos anos 80, este conceito definia que uma sociedade sustentável é aquela que seria capaz de satisfazer suas necessidades sem comprometer as condições de sobrevivência das próximas gerações.

Sendo assim, o conceito de desenvolvimento sustentável se fortaleceu a partir do relatório de Brundtland, em 1987 (Comisión Mundial Del Medio Ambiente Y Del Desarrollo CMMAD, 1992) e difundiu-se a ideia de que para ser sustentável o desenvolvimento necessita compatibilizar crescimento econômico com distribuição de riqueza e preservação ambiental. Preservar a natureza implica desenvolver sem comprometer o bem-estar das gerações futuras (CAPORAL, 2007).

O desenvolvimento rural sustentável deve ser eficaz e sua eficácia deve estar vinculada a eficácia da governança do orçamento público destinado a este setor, em desenvolver e preservar.

Para Sepulveda (2008), o desenvolvimento rural sustentável deve ser levado em consideração na formulação de estratégias e políticas públicas que conduzam ao desenvolvimento territorial em regiões rurais.

No Brasil, na última década, surgiram políticas públicas, organizações não governamentais, conselhos, grupos de estudos e instituições voltadas a pensar, planejar e promover o desenvolvimento comprometido com a sustentabilidade. O Governo do Estado do Paraná definiu, em seus Planos Plurianuais (PPA) de 2008 a 2011 (Lei n.º 15.757/2007) e 2012 a 2015 (Lei nº 17.013/2011), programas voltados ao desenvolvimento rural e a preservação do meio ambiente. Definiu também, as seguintes premissas básicas para o desenvolvimento sustentável: a mitigação de gases de efeito estufa; ações de conservação e recuperação da biodiversidade; inovação tecnológica; o foco no mercado; a sustentabilidade; a integração com entidades; o desenvolvimento regional e o apoio à agricultura familiar.

As metas propostas pelo Estado têm o objetivo de desenvolver o ambiente rural para aumentar a renda e a rentabilidade, preservar o meio ambiente, melhorar a qualidade de vida e promover, assim, a segurança alimentar e nutricional da população rural e urbana. Daí a importância de entender como o Estado do Paraná trata a questão do desenvolvimento rural sustentável, por meio de suas ações dispostas nos instrumentos de planejamento e de sua execução orçamentária, revela seu comprometimento com a sustentabilidade no meio rural.

Neste sentido, este estudo procurou demonstrar se orçamento público destinado as estas funções, está eficazmente engajado com as políticas relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável. Também contribui para que os agentes formuladores de políticas públicas possam ajustar suas ações e, dessa maneira, com o uso eficaz do orçamento destinado ao desenvolvimento rural sustentável, melhorando significativamente seus resultados.

Esta pesquisa objetivou revelar a eficácia das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado do Paraná para as funções voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, no período de 2010 a 2013, para tanto, foi desenvolvido um índice que revela a eficácia da execução orçamentária das funções analisadas.

Em vista destes argumentos, o estudo procurou responder à seguinte questão: Qual a eficácia das políticas públicas do Estado do Paraná para o Desenvolvimento Rural Sustentável?

Este capítulo encontra-se estruturado em cinco seções, incluindo a introdução. Na segunda seção, portanto, estão os fundamentos teóricos que auxiliam a analisar a eficácia da política pública voltada ao Desenvolvimento Rural

Sustentável. Na terceira são apresentados os materiais e métodos utilizados nesta pesquisa. Na seção quatro têm-se os resultados e discussões gerados pelo trabalho e, por fim, as considerações e recomendações finais.

2.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De modo geral, nos dicionários a palavra sustentável significa “realizado de forma a não esgotar os recursos naturais nem causar danos ambientais”. O termo é originário do latim *sus-tenere* e significa “sustentar, suportar ou manter”.

Em meados da década de 1980 o termo passou a ser empregado com grande frequência, mas as preocupações com os problemas ambientais já existiam e eram debatidos desde os anos 60. Em 1968, o empresário italiano Aurelio Peccei, presidente honorário da FIAT, e o cientista escocês Alexander King se uniram para promover um encontro, no qual seria discutido o futuro das condições humanas no planeta.

A ideia do encontro era convidar personalidades da época para avaliar questões de ordem política, econômica e social com relação ao meio ambiente. A primeira reunião aconteceu em uma pequena vila em Roma. Porém, o trabalho mais importante realizado pelo Clube de Roma ocorreu em 1972, quando o grupo, com o auxílio de pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), elaborou um relatório intitulado “Os Limites do Crescimento”. Este estudo concluiu que se continuassem a ser utilizados os recursos naturais de maneira irresponsável, estes se esgotariam em menos de 100 anos, previsão que gerou grande repercussão na época (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2016).

Ainda em 1972, outro importante evento foi realizado, desta vez em Estocolmo, com o objetivo de conscientizar a sociedade a melhorar a relação com o meio ambiente e assim atender às necessidades da população presente sem comprometer as gerações futuras. Este evento é reconhecido como a primeira mobilização mundial para preservar o meio ambiente e devido a ele surgiu, em 1987, a definição de desenvolvimento sustentável oficializado no Relatório de Brundtland, da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. O documento o define como aquele que atende às necessidades das gerações atuais, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem suas necessidades (CMMAD, 1992).

No Brasil, 27 anos depois de Estocolmo, 1999, criou-se o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que uniu em sua estrutura a política de reforma agrária, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que anteriormente estava atrelado ao Ministério da Agricultura.

Associadas ao MDA e a outros ministérios, são estabelecidas secretarias com a função de traçar novas estratégias para enfrentar os problemas vivenciados no campo brasileiro. Entre elas, cabe ressaltar a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, a Secretaria da Agricultura Familiar, a Secretaria Nacional de Economia Solidária e a Secretaria de Reordenamento Agrário.

De acordo com o MDA (2010), os gestores destas secretarias têm como missão consolidar o conjunto da agricultura familiar e desenvolver os territórios de forma sustentável por meio da valorização humana e da política. Além disso, tais secretarias possuem o compromisso de prezar pelos desejos e anseios das organizações sociais, e nortear-se pelos princípios da descentralização, da democracia e da participação social. Sobre isso, Silva considera que (2015, p.158), “novas perspectivas surgem no Brasil para a gestão das políticas públicas e dos recursos naturais, as quais primam pela participação conjunta dos diferentes setores da sociedade na discussão, articulação e, conseqüentemente, na ação conjunta com os órgãos de gestão.”

Neste contexto, a Administração Pública é entendida como um conjunto de órgãos públicos que objetiva gerenciar os recursos públicos (financeiros, materiais ou serviços) de maneira que atenda à demanda da sociedade. Para Araújo e Arruda (2009, p. 4), “a administração pública é o conjunto coordenado de funções que visam à boa gestão da coisa pública, de modo a possibilitar que os interesses da sociedade sejam alcançados”. E ainda segundo Kohama (2010, p. 9 apud Meireles, 2000, p. 59), “administração Pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”. Ela é, então, responsável por cumprir o papel de realizar o bem comum, através do serviço público, com a finalidade de cumprir as funções básicas do Estado, em atendimento às necessidades coletivas de maneira eficaz, ou seja, gerar resultados positivos que levem ao desenvolvimento, qualidade de vida e gestão adequada dos recursos dos orçamentos públicos.

Por sua vez, o orçamento público é a programação de caráter primordial que estima a receita e fixa a despesa para o mesmo exercício, que é apresentado em

forma de lei por iniciativa do Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo. Pode-se afirmar que o orçamento é um processo pelo qual a administração pública elabora, descreve, executa e avalia o cumprimento do programa de governo, para um período orçamentário (KOHAMA, 2010).

Orçamento público, também conhecido como orçamento-programa, é a materialização do planejamento do Estado, tanto nas ações de rotina quanto nas ações com início, meio e fim, e caracteriza-se como o instrumento do Poder Público para expressar seus programas de atuação (ANDRADE, 2010). O orçamento-programa, quando bem elaborado, se torna um instrumento de planejamento e deixa de ser apenas um documento formal, representando assim, a evolução do controle preventivo dos recursos públicos.

O Planejamento Orçamentário é, portanto, o meio pelo qual a Administração Pública deve buscar a melhor forma para empregar os recursos públicos arrecadados com a finalidade de minimizar eventuais problemas econômicos e sociais existentes.

A elaboração do planejamento deve ser realizada antecipadamente às ações que serão executadas pela Administração Pública. O planejamento envolve a decisão quanto aos objetivos, recursos e políticas sobre aquisição, utilização e disposição desses recursos (ARAÚJO e ARRUDA, 2009). Para Silva (2009, p. 173), “o processo de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento deve ser capaz de expressar com maior veracidade a responsabilidade do Governo para com a sociedade”. No Brasil, os instrumentos de planejamento são estabelecidos através do art. 165 da Constituição Federal de 1988 (CF, 88), são eles: a Lei do Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e a Lei do Orçamento Anual (LOA).

O PPA é um instrumento de planejamento estratégico das ações governamentais para um período de quatro anos. Este instrumento tem em sua gênese o comprometimento com o desenvolvimento sustentável da administração pública, e deve apresentar, claramente, os resultados pretendidos pelo administrador público que o elabora (NASCIMENTO, 2008). Segundo Araújo e Arruda (2009), o PPA consiste em um plano de médio prazo, através do qual se procura ordenar as ações do governo que podem alcançar os objetivos e as metas fixados para um período de quatro anos. O PPA é estruturado em programas que são a base da

organização da ação governamental, estes programas reúnem um conjunto de ações que visam alcançar os objetivos propostos para determinada área.

Para conceber um programa a Administração Pública, deve-se identificar as causas do problema a ser solucionado ou as necessidades sociais a serem atendidas, na sequência é gerado, um conjunto de iniciativas ou ações que combatam aos problemas ou atendam às necessidades anteriormente identificadas (ROSA, 2011).

Por definição, a LDO é o instrumento que orienta a elaboração dos orçamentos anuais, e deve ser adequada às diretrizes, aos objetivos e às metas estipuladas pelo governo, através do PPA. Em seu artigo 4º. a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/00), estabelece que a LDO tratará do equilíbrio entre as receitas e as despesas, dos critérios e das formas de limitação de empenho, e outras providências quanto às normas de controle de custos e exigências para transferências de recursos às entidades públicas e privadas. Portanto, a LDO tem papel fundamental no processo orçamentário brasileiro, e serve como elo entre o PPA e as leis orçamentárias anuais (NASCIMENTO, 2008).

A despesa pública caracteriza-se por toda saída de recurso público ou todo pagamento realizado para quitar os compromissos previstos na Lei Orçamentária ou em lei especial. Saídas, desembolsos ou dispêndios são expressões sinônimas de despesa, e devem ser classificados como despesa orçamentária e despesa extra orçamentária (ANGÉLICO, 1989). Os procedimentos adotados na efetivação da despesa pública são de grande importância para a Administração Pública, pois podem resguardá-la de possíveis erros, fraudes ou desvios (ANGÉLICO, 1989).

A lei que trata das previsões de receita e da fixação das despesas é a Lei Orçamentária Anual (LOA), e deve ser elaborada de acordo com o PPA, com a LDO e com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a finalidade de tornar viável a efetivação das ações planejadas no PPA, assim como de possibilitar a análise e o desempenho da execução orçamentária das administrações públicas. A Constituição Federal de 1988 em seu art. 165, § 3º, estabelece que o poder executivo deverá publicar até 30 dias após o encerramento de cada bimestre o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), no qual são apresentados o balanço orçamentário e o conjunto de três demonstrativos, sendo um de execução da Receita e dois de execução da despesa, conforme as normas previstas na LRF (LC n.º 101/00).

No Estado do Paraná, a Lei n.º 17.013 de 14 de dezembro de 2011 (PPA 2012-2015) conta, em sua estrutura, com 21 Programas Finalísticos, quatro Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, além das Obrigações Especiais, 370 Iniciativas que envolvem 28 órgãos e, por fim, 122 Unidades Orçamentárias, que orientam todas as ações nas diferentes áreas de atuação, para a manutenção e o desenvolvimento estadual.

Os programas descritos no PPA de 2012 a 2015, sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB) e da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), apresentam de forma excepcional as necessidades a serem trabalhadas pelo Estado do Paraná, com vista ao crescimento e o desenvolvimento rural de forma sustentável. Neste contexto, o papel dos gestores públicos é garantir que as políticas públicas sejam executadas de maneira eficaz, pois de acordo com Camargo (2013), a eficácia é instrumental na medida em que através dela é que se mantém a relação com os meios e instrumentos empregados pelos gestores públicos para cumprir o que foi previsto em seus programas. Para medir esta eficácia, faz-se necessário estabelecer indicadores avaliativos vinculados a área pública.

Gomes e Salas (1997) consideram que o uso de indicadores permite avaliar, de maneira simplificada, o desempenho da Administração Pública, mediante o uso da análise de desvios ou percentuais obtidos da diferença entre os objetivos iniciais e os resultados alcançados. Com base nos indicadores gerados é possível construir um índice, que para Shields et al. (2002), revela o estado de um sistema ou fenômeno observado.

Conto (2008) salienta que, no setor público, as metas e objetivos relacionados a prestação de serviços à sociedade devem ser avaliados com base em indicadores, tais como a eficiência, eficácia, legalidade, economicidade e satisfação do usuário. Os indicadores portanto, servem para subsidiar o processo decisório com informações de qualidade ao longo da execução das políticas públicas.

Destarte, acompanhar a eficácia da utilização do dinheiro público em prol da sociedade é fundamental para garantir a sustentabilidade do planeta.

2.3 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo é de cunho descritivo e orientação dedutiva. O corte do estudo foi longitudinal no período de 2010 a 2013 e considerou a evolução dos dados no tempo conforme demonstrado na Figura 13.

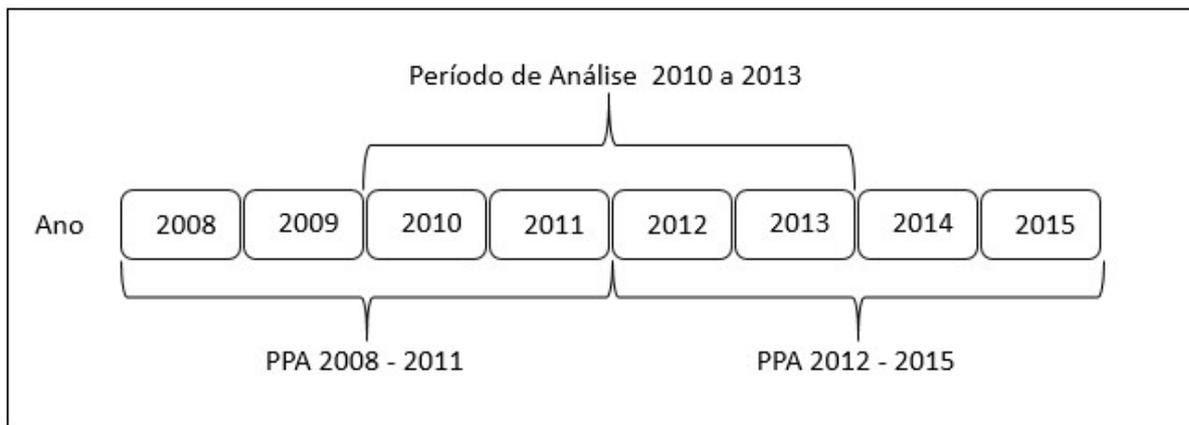


FIGURA 13 - Apresentação do período da análise do estudo
Fonte: O autor, 2016

Para a realização do estudo foi necessário analisar os Planos Plurianuais do Governo do Estado do Paraná de 2008 a 2011 (Lei n.º 15.757 de 27 de dezembro de 2007) e de 2012 a 2015 (Lei n.º 17.013 de 14 de dezembro de 2011). A análise foi desenvolvida no período compreendido entre 2010 a 2013, e utilizou os dois últimos anos da PPA de 2008-2011, bem como os dois primeiros do PPA de 2012-2015.

Os dados utilizados foram todos de fontes secundárias, dados já registrados, que foram retirados de fontes oficiais do governo do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Além disso, foram coletados também nos Planos Plurianuais, nas Leis Orçamentárias Anuais, e nos Demonstrativos da Execução Física e Financeira, dentro do período de 2010 a 2013. Portanto, o estudo é de cunho quantitativo.

De acordo com Richardson (1999) et al. apud Lakatos e Marconi (2010), o método quantitativo revela-se pelo emprego da quantificação tanto na coleta de informações quanto no tratamento. Para Sabino (2004) apud Lakatos e Marconi (2010), a análise quantitativa objetiva dar maior consistência aos resultados. Os dados coletados foram categorizados e tabulados em planilhas eletrônicas e apresentados por estatística descritiva.

Na análise dos dados considerou-se apenas os recursos destinados às funções Gestão Ambiental, Agricultura e Organização Agrária, de acordo com a Portaria no 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão (MOG) em suas funções e subfunções apresentadas na Tabela 9.

TABELA 9 - Classificação funcional da despesa das áreas analisadas

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO
18 - Gestão Ambiental	541 - Preservação e Conservação Ambiental
	542 - Controle Ambiental
	543 - Recuperação de Áreas Degradadas
	544 - Recursos Hídricos
	545 - Meteorologia
20 - Agricultura	605 - Abastecimento
	606 - Extensão Rural
	607 - Irrigação
	608 - Promoção da Produção Agropecuária
	609 - Defesa Agropecuária
21 - Organização Agrária	631 - Reforma Agrária
	632 - Colonização

Fonte: Portaria MOG no 42, de 14 de abril de 1999, publicada no DOU de 15 de abril de 1999

Esta estrutura disposta na Tabela 9 apresenta a soma da execução das despesas referentes a transferências de recursos e gastos diretos do governo. Esta classificação é obrigatória no âmbito dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público. Com esta estrutura definida, foi possível utilizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) para segregar os dados do período de 2010 a 2013 do Governo do Estado do Paraná.

TABELA 10 - Órgãos responsáveis pelas funções pesquisadas

Funções (Portaria nº 42/99)	Órgão Responsável
18 - Gestão Ambiental	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos -SEMA
20 - Agricultura	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento -SEAB
21 - Organização Agrária	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento -SEAB

Fonte: Portaria MOG no 42, de 14 de abril de 1999 e site oficial do Governo do Paraná

A Tabela 10 apresenta as funções pesquisadas e as secretarias responsáveis, sendo que as funções 20 (Agricultura) e 21 (Organização Agrária) estão sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB) e, por sua vez, a função 18 (Gestão Ambiental) está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

A análise dos dados avaliou o proposto através dos Planos Plurianuais, bem como verificou o valor destinado para as funções e os recursos utilizados durante a execução orçamentária no período de 2010 a 2013 pelo Governo do Estado e, por fim, analisou a eficácia de suas políticas ao Desenvolvimento Rural Sustentável.

Foram utilizadas fórmulas matemáticas simples, como razões, para a elaboração dos indicadores. Essas razões são apresentadas junto às etapas do trabalho descritas no Quadro 1.

QUADRO 1 - Etapas do trabalho de pesquisa (Continua)

<p>Etapa 1</p>	<p>Nesta etapa foram selecionados os Planos Plurianuais e, posteriormente, segregados os dados de acordo as funções selecionadas e o corte transversal de 2010 a 2013. Como resultado, esta etapa gerou um indicador de variação do Plano Plurianual no período estudado, conforme a seguinte equação:</p> <p style="text-align: center;">Indicador de Variação do Plano Plurianual</p> $IVPPA = \frac{(PPA\ 2010 + PPA\ 2011)}{(PPA\ 2012 + PPA\ 2013)} - 1$
<p>Etapa 2</p>	<p>Na segunda etapa foram selecionados valores referentes às funções 18, 20 e 21 e sua participação em cada ano no Plano Plurianual, o que gerou o indicador de participação das funções anuais e a média de participação das funções no PPA do período. Para obter estes resultados foram utilizadas as seguintes equações:</p> <p style="text-align: center;">Indicador de Participação das Funções do PPA</p> $IPFPPAa = \frac{PPA\ Funções\ anual}{PPA\ anual} \times 100\%$ <p style="text-align: center;">Média de Participação das Funções do PPA</p> $MPFPPA = \frac{IPFPPA\ 2010 + IPFPPA\ 2011 + IPFPPA\ 2012 + IPFPPA\ 2013}{N^{\circ} Períodos}$
<p>Etapa 3</p>	<p>A terceira etapa iniciou-se com as informações selecionadas nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) do período de análise, nos quais comparou-se o valor final do orçamento geral com os valores finais para as funções 18, 20 e 21. Esta etapa originou o indicador de participação final anual e a média de participação final das funções no orçamento. Para obter estes resultados foram utilizadas as seguintes equações:</p> <p style="text-align: center;">Indicador de Participação Final das Funções no Orçamento</p> $IPFFOa = \frac{Dotação\ Final\ das\ Funções\ anual}{Orçamento\ Final\ anual} \times 100\%$ <p style="text-align: center;">Média de Participação Final das Funções do Orçamento</p> $MPFFO = \frac{IPFFO\ 2010 + IPFFO\ 2011 + IPFFO\ 2012 + IPFFO\ 2013}{N^{\circ} Períodos}$
	<p>A quarta etapa apresenta, de acordo com o RREO, o valor final do orçamento estadual e o valor executado no período. Com estes dados foi possível criar o indicador de execução do orçamento anual e a média de execução global do orçamento. Para obter</p>

Etapa 4	<p>estes resultados foram utilizadas as seguintes equações:</p> <p style="text-align: center;">Indicador de Execução Global do Orçamento</p> $IEGO_a = \frac{\text{Valor Executado anual}}{\text{Orçamento Final anual}} \times 100\%$ <p style="text-align: center;">Média de Execução Global do Orçamento</p> $MEGO = \frac{IEGO\ 2010 + IEGO\ 2011 + IEGO\ 2012 + IEGO\ 2013}{N^{\circ}\text{Períodos}}$
Etapa 5	<p>A quinta etapa segrega os valores relacionados com as funções estudadas no período, de acordo com o RREO. Foram analisados os orçamentos finais em relação às execuções realizadas para as funções 18, 20 e 21. Esta etapa possibilitou a criação do indicador de execução do orçamento anual e a média da execução global das funções no orçamento do Estado do Paraná. Para obter estes resultados foram utilizadas as seguintes equações:</p> <p style="text-align: center;">Indicador de Execução Orçamentária das Funções</p> $IEOF = \frac{\text{Valor Executado p/ Funções anual}}{\text{Orçamento Final das Funções anual}} \times 100\%$ <p style="text-align: center;">Média de Execução Orçamentária das Funções</p> $MEOF = \frac{IEOF\ 2010 + IEOF\ 2011 + IEOF\ 2012 + IEOF\ 2013}{N^{\circ}\text{Períodos}}$
Etapa 6	<p>A sexta etapa agrupou em um quadro os indicadores de participação das funções no PPA, o indicador de participação das funções na LOA, o indicador de execução global do orçamento do estado e o indicador de execução das funções. Neste quadro são apresentados os valores por período e a média do período pesquisado. Com base nas informações geradas pela média da execução global do orçamento e a média da execução orçamentária das funções, foi possível gerar o Índice de eficácia das funções 18, 20 e 21. Para obter este resultado foi utilizado a seguinte equação:</p> <p style="text-align: center;">Índice de Eficácia da Execução Orçamentária das Funções</p> $IEEOF = \frac{MEOF}{MEGO}$
Etapa 7	<p>A sétima etapa apresenta os indicadores de participação, o indicador de execução global e indicador de execução do orçamento de maneira gráfica, no qual se verifica a eficácia da política pública voltada ao Desenvolvimento Rural Sustentável.</p>

Fonte: O autor, 2016

(Conclui)

2.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na primeira etapa do estudo foram selecionados os Planos Plurianuais e, posteriormente, foram segregados os dados de acordo com as funções entre 2010 e 2013. O resultado, desta etapa gerou um indicador de variação no período estudado.

TABELA 11 - Valores previstos nos Planos Plurianuais do Governo do Estado do Paraná

Plano Plurianual	Valor Previsto (R\$)	IVPPA
2010/2011	49.513.706.628,00	
2012/2013	68.164.087.831,33	37,67%

Fonte: Planos Plurianuais do Governo do Estado do Paraná de 2008 a 2011 - Lei n.º 15.757 de 27 de dezembro de 2007 e 2012 a 2015 - Lei n.º 17.013 de 14 de dezembro de 2011

De acordo com a Tabela 11, obteve-se a variação global do PPA de 2012 a 2015 em relação ao PPA de 2008 a 2011. O indicador de variação do PPA no período foi de 37,67%. Vale ressaltar que os valores apresentados pelo PPA refletem uma previsão de longo prazo do Estado do Paraná. Tais planejamentos são realizados nos anos anteriores à publicação da lei, com base na projeção de crescimento da economia do estado. Estes valores apresentados pelo PPA servem como referência para a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Os programas relacionados ao Desenvolvimento Rural Sustentável no Estado do Paraná tiveram sua nomenclatura alterada, mas suas ações descrevem o mesmo rol de atividades nos dois PPAs avaliados, conforme segue apresentado.

TABELA 12 - Nomenclatura dos programas voltados ao ambiente rural de 2008 a 2015 do Governo do Estado do Paraná

PPA	Nome do Programa	Órgão Responsável	Valor Previsto (R\$)	IVPPA
2008 – 2011	Diversificação da Agropecuária e Fortalecimento do Agronegócio Familiar	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento	1.301.117.120,00	
2008 – 2011	Preservação Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	614.776.110,00	
2012 – 2015	Desenvolvimento Rural Sustentável e Abastecimento	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento	1.724.991.091,00	
2012 – 2015	Paraná Sustentável	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	298.402.889,00	5,61%

Fonte: Planos Plurianuais do Governo do Estado do Paraná de 2008 a 2011 - Lei n.º 15.757 de 27 de dezembro de 2007 e 2012 a 2015 - Lei n.º 17.013 de 14 de dezembro de 2011

Os valores agrupados da participação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB) e da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), bem como os dados referentes ao PPA de 2008 a 2011, foram coletados conforme apresentados na Tabela 12. Já os dados referentes ao PPA de 2012 a 2015 (Lei nº 17.013/2011) e seus anexos, não apresentam os valores estimados ano a ano, apenas evidenciaram-se os valores unitários previstos para 2012. Para determinar o valor de 2013, dividiu-se o saldo residual de forma igualitária pelos três anos restantes.

Nesta tabela, os valores globais destinados às funções que são objetos deste estudo, entre o PPA de 2008-2011 e o PPA de 2012-2015, neste período, o indicador de variação do PPA para as funções foi de 5,61%. Todavia, este percentual não acompanha a variação da previsão total do PPA do Governo do Estado do Paraná para o mesmo período, conforme demonstrado na Tabela 11. Na segunda etapa desta pesquisa estão segregados os dados que compõem o objeto da análise, com o objetivo de criar os indicadores anuais de participação das funções em geral, assim como a média de participação das funções (18, 20 e 21), pesquisadas no Plano Plurianual, conforme segue apresentado na Tabela 13.

TABELA 13 - Indicadores anuais e média de participação das funções 18, 20 e 21 no Plano Plurianual do Estado do Paraná

Ano	PPA Paraná (100%) (R\$)	PPA Funções 18; 20 e 21(R\$)	IPFPPA (anual)
2010	24.254.577.258,00	517.509.810,00	2,13%
2011	25.259.129.370,00	500.077.840,00	1,98%
2012	32.449.758.790,00	466.805.700,00	1,44%
2013	35.714.329.041,33	518.862.760,00	1,45%
Média de participação das funções no PPA			1,75%

Fonte: Planos Plurianuais do Governo do Estado do Paraná de 2008 a 2011 - Lei n.º 15.757 de 27 de dezembro de 2007 e 2012 a 2015 - Lei n.º 17.013 de 14 de dezembro de 2011

Os valores apresentados na Tabela 13 foram agrupados de acordo com o período. Nota-se que a maior variação de participação foi verificada em 2010, com o valor de 2,13% em relação ao PPA global do Estado do Paraná. A média de participação das funções no período ficou em 1,75%.

A terceira etapa do estudo inicia-se pela análise da participação das funções pesquisadas na Lei Orçamentária Anual, pois, uma vez apresentados os dados

referentes aos PPAs do Governo do Estado e das funções pesquisadas para o período, faz-se necessário entender como estes valores propostos através do Plano Plurianual foram alocados na LOA anualmente.

Utilizou-se os dados do Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento, de acordo com as regras da Lei Complementar n.º 101/00. O relatório em questão apresenta o orçamento inicial, o orçamento programado, o saldo a programar, o total orçamentário, o valor empenhado, o valor pago e o cálculo do percentual de execução do total orçamentário em relação aos recursos empenhados. Para a realização desta análise foram utilizados como base o orçamento total e os valores empenhados, conforme Tabela 14 a seguir.

TABELA 14 - Indicadores anuais e a média de participação das funções 18, 20 e 21 no orçamento final do Estado do Paraná

Ano	Orçamento (Final) Estado do Paraná (R\$)	Dotação (Final) Funções (18; 20;21) (R\$)	IPFFO (anual)
2010	24.154.724.671,00	517.935.902,00	2,14%
2011	26.423.314.691,00	571.857.232,00	2,16%
2012	31.222.035.681,00	678.341.946,00	2,17%
2013	36.719.289.121,00	755.660.180,00	2,06%
Média de participação final das funções no orçamento			2,13%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO 2010 a 2013

Na Tabela 14 consta o total registrado no orçamento final para o período de 2010 a 2013 do Governo do Estado do Paraná, que foi de R\$ 118.519.364.164,00 (cento e dezoito bilhões, quinhentos e dezenove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e cento e sessenta e quatro reais), assim como o valor de R\$ 2.523.795.260,00 (dois bilhões, seiscentos e quinhentos e vinte e três milhões, setecentos e noventa e cinco mil e duzentos e sessenta reais) das funções 18, 20 e 21. De acordo com os dados apresentados, a média de participação final das funções no orçamento foi de 2,13% no período, indicando que o percentual de participação no orçamento aumentou 21,71% em relação ao previsto no PPA (Tabela 13).

A quarta etapa apresenta, de acordo com o RREO, o valor final do orçamento estadual e o valor executado no período. Com estes dados foi possível criar o indicador anual e a média de execução do orçamento global.

TABELA 15 - Indicadores anuais e a média de execução do orçamento global do Estado do Paraná

Ano	Orçamento (Final) Estado do Paraná (R\$)	Valor Executado (R\$)	IEGO (anual)
2010	24.154.724.671,00	22.177.333.286,00	91,81%
2011	26.423.314.691,00	24.597.278.589,00	93,09%
2012	31.222.035.681,00	28.490.682.393,00	91,25%
2013	36.719.289.121,00	32.047.015.545,00	87,28%
Média de execução global do orçamento			90,86%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do Estado do Paraná

Na tabela 15 evidenciam-se os valores executados pelo Estado do Paraná no período analisado. O ano de 2013 apresentou o menor indicador de execução 87,28%, enquanto a média de execução global do orçamento estadual foi de 90,86%, ou seja, a cada R\$ 100,00 (cem reais) previstos para a despesa geral do estado foram gastos R\$ 90,86 (noventa reais e oitenta e seis centavos).

Na quinta etapa são evidenciados os valores finais e os valores executados para as funções pesquisadas. A tabela 16 apresenta os valores finais destinados na LOA, referente às funções 18, 20 e 21.

TABELA 16 - Indicadores anuais e a média de execução das funções 18, 20 e 21 no orçamento do Estado do Paraná

Ano	Orçamento LOA (Funções 18; 20; 21) (R\$)	Executado LOA (Funções 18; 20; 21) (R\$)	Participação
2010	517.935.902,00	351.372.869,95	67,84%
2011	571.857.232,00	410.220.785,41	71,73%
2012	678.341.946,00	541.700.548,08	79,86%
2013	755.660.180,00	570.358.015,32	75,48%
Média de execução orçamentária das funções			73,73%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do Estado do Paraná

No ano de 2010 constatou-se o menor indicador de execução, 67,84%. Vale ressaltar que a média da execução orçamentária para as funções estudadas foi de 73,73%, isto significa que de cada R\$ 100,00 (cem reais) previstos para as despesas voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável foram executados apenas R\$ 73,73 (setenta e três reais e setenta e três centavos).

A sexta etapa apresenta os indicadores de participação das funções no PPA e na LOA, assim como o indicador de execução global do orçamento do estado e o indicador de execução das funções. Na tabela 17, são apresentados os indicadores anuais e as médias geradas no período de estudo.

TABELA 17 - Indicadores e médias gerados com base nos PPAs, LOAs e RREOs do Estado do Paraná

Indicadores	2010	2011	2012	2013	Média
Indicador de participação das funções 18, 20 e 21 no PPA	2,13%	1,98%	1,44%	1,45%	1,75%
Indicadores de participação das funções 18, 20 e 21 na LOA	2,14%	2,16%	2,17%	2,06%	2,13%
Indicador de execução do orçamento global do Estado Paraná	91,81%	93,09%	91,25%	87,28%	90,86%
Indicador de execução das funções 18, 20 e 21 no orçamento do Estado do Paraná	67,84%	71,73%	79,86%	75,48%	73,73%

Fonte: O autor, 2016 de acordo com os Planos Plurianuais 2008 a 2011; 2012 a 2015 e Leis Orçamentárias Anuais e Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do Estado do Paraná

Com a média de execução global do orçamento (MEGO) e a média de execução orçamentária das funções (MEOF), foi possível encontrar o Índice de Eficácia da Execução Orçamentária das Funções (IEEOF). Quando o quociente deste for superior a 1, significa que a execução orçamentária das funções é superior à execução da despesa global do orçamento. Se o resultado do quociente for igual a 1, haverá equilíbrio, pois, a quantidade executada nas funções objetos deste estudo será igual às executadas no orçamento global. Além disso, se, finalmente, o quociente for menor que 1, significa uma execução abaixo do índice global da execução do orçamento.

No período estudado, este IEEOF apresentou o valor de 0,81, o que significa que o Estado do Paraná tem executado seus orçamentos voltados ao Desenvolvimento Rural Sustentável de maneira pouco eficiente, pois este deveria ser executado, no mínimo, na mesma proporção do orçamento global do Estado.

Na sétima etapa, descrita a seguir, apresenta-se os indicadores de participação, os indicadores de execução global, os indicadores de execução do orçamento (de maneira gráfica) e suas médias, em que se verifica a eficácia da política pública voltada ao Desenvolvimento Rural sustentável. Como demonstrado na Figura 14.

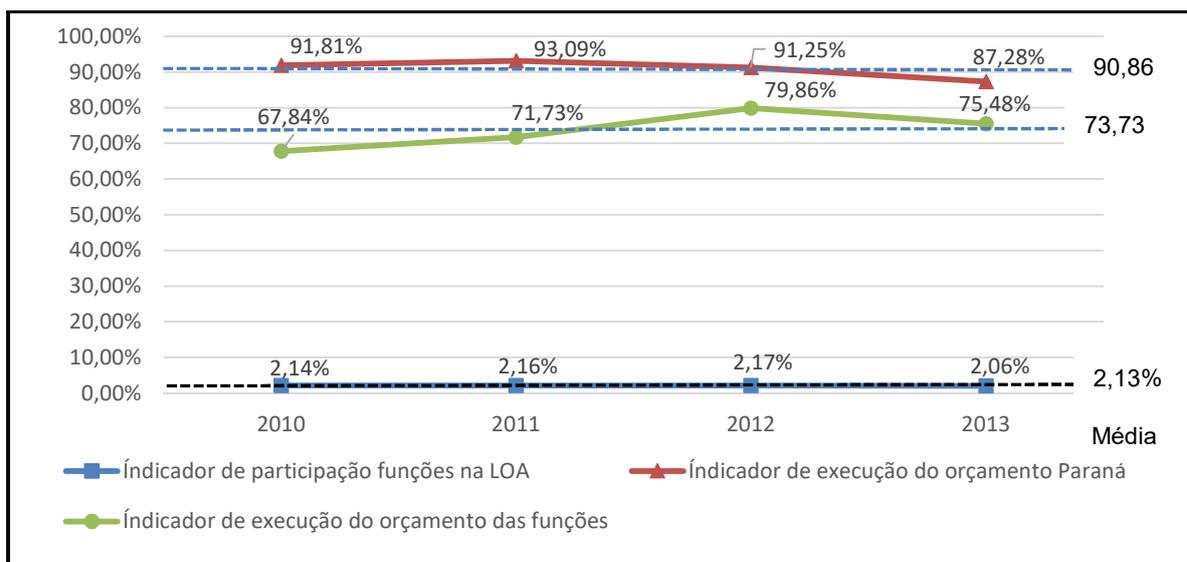


FIGURA 14 - Variações Orçamentárias do Estado do Paraná no período de 2010 a 2013

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO 2010 a 2013

A Figura 14 evidencia que a desproporcionalidade dos valores destinados às funções frente ao valor global não ocorreram somente no campo do planejamento, no qual, de acordo com os dados, constatou-se que os programas descritos no PPA 2012 a 2015, sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB) e da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) - que tratam dos elementos que compõe as políticas públicas voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável (funções 18; 20 e 21), tiveram um aumento de 5,61%.

Os resultados não acompanharam o aumento da previsão global para o Estado do Paraná, que foi estimado em 37,67%, conforme apresentado nas tabelas 11 e 12, mas também na execução orçamentária do período, conforme evidenciado pelo Índice de eficácia da execução orçamentária das funções (IEEOF) de 0,81. A média de execução global do orçamento do Estado ficou em 90,86%, enquanto, a execução orçamentária das funções analisadas apresentou média de 73,73%, o que implicou em uma execução orçamentária do período de 18,85%, a menor em relação ao orçamento global.

Portanto, em resposta à pergunta do estudo, as políticas públicas voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável não têm sido executadas de maneira eficaz, uma vez que, com base nos dados extraídos dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), os indicadores e médias apontam que essas não foram executadas na mesma proporção que o orçamento geral do Estado. O Índice de Eficácia da Execução Orçamentária das Funções (IEEOF) abaixo de 1, evidencia

que o Governo do Estado do Paraná não prioriza em suas execuções orçamentárias os planos projetados e os orçamentos propostos para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

2.5 CONCLUSÕES

O Estado do Paraná tem como um de seus pilares econômicos a agricultura. Em seu Plano Plurianual de 2012 a 2015 é descrito um panorama da economia paranaense e uma breve avaliação de alguns resultados sociais recentes. Tal visão balizou a construção dos programas analisados nesta pesquisa, e durante a execução deste PPA, em 2013, o Estado do Paraná alcançou o posto de quarta maior economia do país.

Os planos do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável têm um papel fundamental na consolidação desta posição, mas somente alcançarão sua eficácia quando os resultados e objetivos almejados pelo Governo do Estado do Paraná forem efetivamente colocados em prática na Lei Orçamentária Anual, e devidamente executados na mesma proporção do orçamento global do Estado, o que evitará o descompasso entre o planejamento e a execução das ações para o setor.

Esta pesquisa abordou um tema relevante para o Desenvolvimento Rural Sustentável, ao demonstrar como o Estado do Paraná trata a questão na dimensão do planejamento e da execução das políticas públicas. Como continuidade ao estudo apresentado, sugere-se que seja investigado o tratamento dado pelo Governo Federal para o Desenvolvimento Rural em seu orçamento anual, deste modo será possível avaliar se as ações do Governo Federal seguem o mesmo padrão do Estado do Paraná.

Destaca-se que ações voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável necessitam de ações coordenadas entre as entidades públicas federais, estaduais e municipais. É primordial que elas apresentem resultados eficazes frente ao crescimento populacional e seu impacto na sustentabilidade do país. Se os agentes públicos envolvidos entenderem sua importância no planejamento, na implantação, na execução e no controle de suas ações frente ao Desenvolvimento Rural Sustentável, o campo subsidiará a sustentabilidade da cidade e vice-versa. Em um mundo onde os recursos naturais vêm diminuindo e a população tende a aumentar cada vez mais, buscar o equilíbrio mantendo a qualidade de vida sustentável

perpassa pela eficaz gestão dos recursos públicos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade pública: Da Teoria à prática**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009

BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Portal do Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acessado em: 28 jul. 2016.

_____. Lei Complementar n.º101, de 04 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Portal do Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acessado em: 28 agosto de 2016.

_____. Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999. Ministério do Orçamento e Gestão. **Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; estabelece conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>> Acessado em: 18 de setembro de 2016.

CAMARGO, Francielle de O; GUIMARÃES, Klicia Maria S. **O Princípio da Eficiência na Gestão Pública**. Revista CEPPG, nº 28, 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER.2007

CAPRA, Fitjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002

CMMAD - COMISIÓN MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DEL DESARROLLO. **Nuestro futuro común**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

CONTO, Angelita Adriane de; GALANTE, Celso; OENNING, Vilmar. **Mensuração da Eficácia na Gestão de Recursos Públicos**. In: 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2008, Gramado – Rs. Anais Gramado: CBC 2008.

GOMES, Josir Simeone; SALAS, Joan Maria Amat. **Controle de Gestão: uma abordagem contextual e organizacional**. São Paulo: Atlas, 1997.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: Teoria e prática**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; **Gestão Pública: tributação e orçamento; lei de responsabilidade fiscal; tópicos em contabilidade pública; gestão pública no Brasil, de JK a Lula; administração financeira e orçamentária; finanças públicas nos três níveis de governo**, 1º Ed. São Paulo, Saraiva, 2008.

NASCIMENTO, Wagner Cipriano do; SCHROEDER, Carla Andrea. **Os desafios regionais da mesorregião geográfica Oeste do Paraná**. IV SIMPGEO - Simpósio Paranaense de Pós-Graduação em Geografia, Marechal Cândido Rondon- Pr, 2009

PARANÁ, Lei n.º 15.757 de 27 de dezembro de 2007. **Institui o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2011**. Palácio do Governo em Curitiba, 2017.

_____, Lei n.º 17.013 de 14 de dezembro de 2011. **Institui o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015**. Palácio do Governo em Curitiba, 2011.

_____. LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2011**. Disponível em

<http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos%20PDF%20AAF/Demonstrativo_AFF_LOA_2011.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2015.

_____. LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2012**. Disponível em

<http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos%20PDF%20AAF/Demonstrativo_AFF_LOA_2012.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2015.

_____. LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2013**. Disponível em

<http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos%20PDF%20AAF/Demonstrativo_AFF_LOA_2013.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2015.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **O Clube de Roma- 1972**. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/20122/o-clube-de-roma-1972>>. Acessado em 16 de setembro de 2016.

SEPL - Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2010**. Disponível em

<<http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Orcamento/AFF/AFF2010.pdf>>. Acessado em 29 de agosto de 2016.

SEPL - Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2011**. Disponível em

<<http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Orcamento/AFF/AFF2011.pdf>>. Acessado em 29 de agosto de 2016.

SEPL - Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2012**. Disponível em <http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Orçamento/AFF/Demonstrativo_AFF_LOA_2012.pdf>. Acessado em 29 de agosto de 2016.

SEPL - Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2013**. Disponível em <http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/responsabilidade_fiscal/publicacoes/2013/20136B/anexo_ii_Funcao_SubFuncao.pdf>. Acessado em 29 de agosto de 2016.

SEPULVEDA, Sergio Silva; GUIMARÃES, Marcelo Duncan A. **Gestión de territorios rurales en Brasil** – San José, Costa Rica. IICA, 2008

SHIELDS, D. SOLAR, S. MARTIN, W. **The role of values and objectives in communicating indicators of sustainability**. *Ecological Indicator*, v. 2, n. 1-2, p. 149-160, nov. 2002.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: Um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 8. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

SILVA, Nardel Luiz Soares; ZAMPIER, Igor Felipe; PASTORIO, Inês Terezinha; WAMMES, Leoní Terezinha; GREGOLIN, Marcos Roberto; SORNBERGER, Neimar Afonso. **Perfil dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável no território Centro-Sul do Paraná**. Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional. Taquara, v. 12, n. 2, p.177-186. Jul/dez 2015.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do setor público**. 1. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2011.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola**. Uma visão histórica. São Paulo, Hucitec, 1991.

CAPÍTULO III - EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE GOVERNO FEDERAL E O ESTADO DO PARANÁ

Resumo: Este estudo analisou a eficácia das políticas públicas voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável no Governo Federal e no Estado do Paraná. Trata-se de um trabalho de cunho descritivo e orientação dedutiva, com corte longitudinal de 2010 a 2013. Os dados de origem secundária foram coletados nos portais oficiais dos governos pesquisados e apresentados em porcentagem, o que gerou indicadores e índices que apresentam como as administrações públicas executam seus programas relacionados ao Desenvolvimento Rural Sustentável. Os resultados do estudo revelaram que o Governo Federal investiu 2,39%, enquanto o Estado do Paraná investiu 2,13%. O Índice de Eficácia na Execução Orçamentária das Funções voltadas ao Desenvolvimento Rural revelou que o Governo Federal supera o desempenho do Estado do Paraná.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural Sustentável; Eficácia; Políticas Públicas; Execução Orçamentária; Governo Federal; Estado do Paraná.

Resumen: Este estudio examina la eficacia de las políticas públicas dirigidas al desarrollo rural sostenible en el Gobierno Federal y el Estado de Paraná. Se trata de una naturaleza descriptiva de trabajo y la orientación deductivo con sección longitudinal, de 2010 a 2013. Se recogieron los datos de origen secundario en el portal oficial de los gobiernos encuestados, que está siendo tratado como un porcentaje, la generación de indicadores e índices que muestran cómo las administraciones públicas ejecutar sus programas relacionados con el desarrollo rural sostenible. Los resultados del estudio muestran que el gobierno federal ha invertido 2,39%, mientras que el estado de Paraná invirtió el 2,13%. El índice de efectividad en la ejecución del Presupuesto de funciones destinadas a desarrollo rural reveló que el gobierno federal supera el rendimiento del Estado de Paraná.

Palabras clave: Desarrollo Rural Sostenible; eficacia; Políticas públicas; La ejecución del presupuesto; Gobierno federal; Estado de Paraná.

Abstract: This study analyzed the effectiveness of public policies aimed at Sustainable Rural Development in the Federal Government and in the State of Paraná. This is a descriptive and deductive guideline, with a longitudinal cut from 2010 to 2013. Data of secondary origin were collected in the official portals of the governments surveyed and treated in percentage, which generated indicators and indexes that show how administrations implement their programs related to Sustainable Rural Development. The results of the study revealed that the Federal Government invested 2.39%, while the State of Paraná invested 2.13%. The Efficiency Index in the Budget Execution of Functions for Rural Development revealed that the Federal Government exceeds the performance of the State of Paraná.

Key words: Sustainable Rural Development; Efficiency; Public policy; Budget Execution; Federal government; State of Parana.

3.1 INTRODUÇÃO

Em meados da década de 60 o governo brasileiro passou a instituir políticas públicas para alterar o padrão tecnológico da agricultura vigente, que até então era tido como baixo, este período ficou conhecido como “revolução verde”. Este modelo de política seguia os padrões norte-americanos de produção, a justificativa para a adoção destas políticas era extremamente nobre: aumentar a produção com o objetivo de acabar com a fome no mundo, este modelo gerou significativo aumento da produção, porém, o problema da falta de alimento aos mais necessitados não foi sanado.

Nas décadas de 80 e 90 mudou-se o foco das políticas públicas para o setor, o estado passou a ter sua atuação reduzida, permitindo assim que a iniciativa privada ampliasse sua atuação, como consequência os problemas sociais no campo aumentaram significativamente.

A partir do ano 2000 emerge uma agricultura voltada ao agronegócio, onde grandes corporações têm intensificado a exploração comercial do ambiente rural, sem grandes preocupações com o impacto de suas ações ao ambiente. De outro lado as comunidades que coabitam neste espaço, se dedicam a agricultura familiar necessitando de apoio e estímulo estatal para se fortalecer. E por fim encontra-se o meio ambiente cada vez mais fragilizado pela falta de ações que o protejam, neste cenário é que as políticas públicas ganham cada vez mais importância. Todavia, o modelo de desenvolvimento até então estabelecido tem provocado um grande desequilíbrio no espaço rural, ou seja, buscar soluções que satisfaçam as necessidades presentes sem comprometer os recursos para as futuras gerações, é antes de mais nada ser sustentável, para alcançar esta sustentabilidade, os Governos buscam entender esta realidade, identificando as oportunidades e desenvolvendo políticas públicas que apresentem respostas aos problemas identificados.

Em seus orçamentos, o Governo Federal e o Estado do Paraná buscam por meio de seus programas, desenvolver o ambiente rural, aumentar a renda e a rentabilidade, preservar o meio ambiente, melhorar a qualidade de vida e principalmente promover a segurança alimentar e nutricional da população urbana e rural.

Este trabalho demonstrou como o Governo Federal e o Estado do Paraná tratam esta questão em seus orçamentos públicos, por meio dos recursos planejados para estas ações e principalmente com base em suas execuções orçamentárias, o que revela qual o grau de comprometimento que cada um tem com o Desenvolvimento Rural Sustentável. O estudo gerou informações a serem usadas pelos mais diversos atores. Com isso, a sociedade civil pode acompanhar melhor o desempenho das Administrações Públicas e aos gestores Públicos, pelas informações que são capazes de medir e avaliar sua eficácia junto ao Desenvolvimento Rural Sustentável.

Esta pesquisa teve por objetivo comparar o desempenho do Governo Federal e do Estado do Paraná na execução das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, para tanto, foi utilizado um índice que revela a eficácia da execução orçamentária das funções analisadas.

Em vista destes argumentos, o estudo procurou responder a seguinte questão: Quem é mais eficaz na gestão orçamentária das políticas públicas voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável, o Governo Federal ou o Estado do Paraná?

Este capítulo apresenta além dessa seção de introdução, a fundamentação teórica, que apresenta os principais conceitos existente acerca do tema, os materiais e métodos que nortearam este estudo, a análise e discussão dos resultados, e como encerramento as considerações finais.

3.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 225 estabelece que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sua qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Nota-se claramente que este artigo está intimamente alinhado com a definição de desenvolvimento sustentável oficializado no Relatório de Brundtland de 1987, da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. O documento o define como aquele que atende às necessidades das gerações atuais, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem suas necessidades (CMMAD,1992). A influência deste conceito tem aumentado significativamente em relação as políticas de desenvolvimento, sendo usado como elemento central para

concepção de programas de governo, agências internacionais e organizações empresariais (GREGOLIN et al, 2014).

Schneider (2014), considera que nas últimas décadas a produção de alimentos tem aumentado consideravelmente, motivada principalmente pela evolução do agronegócio, que emprega em seus processos insumos químicos como fertilizantes e agrotóxicos, este tipo de produção provoca forte impacto na natureza, pois esta é tratada apenas como mera mercadoria e não há a preocupação com a preservação e a regeneração. O objetivo é apenas o lucro, o que torna, portanto, um modelo menos sustentável. Beck (2011) se referindo a agricultura, considera que houve aumento de produção, mas os efeitos colaterais ao meio ambiente são diversos; como a redução de animais e plantas nativos, contaminação de pessoas por agentes tóxicos, redução da fertilidade do solo, aumento de erosão do solo, entre outros.

As políticas públicas têm papel fundamental neste cenário, pois, elas podem atuar como elementos de mitigação dos problemas encontrados, atendendo assim os anseios da sociedade e fazendo cumprir o que está determinado no artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

Silva considera que (2015, p.158), “novas perspectivas surgem no Brasil para a gestão das políticas públicas e dos recursos naturais, as quais primam pela participação conjunta dos diferentes setores da sociedade na discussão, articulação e, conseqüentemente, na ação conjunta com os órgãos de gestão”.

A Administração Pública é entendida como um conjunto de órgãos públicos que objetiva gerenciar os recursos públicos (financeiros, materiais ou serviços) de modo a atender as demandas sociais. Para Araújo e Arruda (2009, p. 4), “a Administração Pública é o conjunto coordenado de funções que visam à boa gestão da coisa pública, de modo a possibilitar que os interesses da sociedade sejam alcançados”. E ainda segundo Kohama (2010, p. 9 apud Meireles, 2000, p. 59), “Administração Pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”. A ela cabe então a responsabilidade de realizar o bem comum, através do serviço público, cumprindo assim com as funções básicas do Estado, em atendimento às necessidades coletivas de maneira eficaz, ou seja, gerar resultados positivos que levem ao desenvolvimento, qualidade de vida e gestão adequada dos recursos geridos.

A despesa pública caracteriza-se por toda saída de recurso público ou todo pagamento realizado para quitar os compromissos previstos na Lei Orçamentária ou em lei especial. Os procedimentos adotados na efetivação da despesa pública são de grande importância para a Administração Pública, pois podem resguardá-la de possíveis erros, fraudes ou desvios (ANGÉLICO, 1989).

Para estabelecer um programa a Administração Pública, deve identificar as causas do problema a ser enfrentado ou as necessidades sociais a serem atendidas, na sequência é idealizado, portanto, um conjunto de iniciativas ou ações que respondam aos problemas ou atendam às necessidades inicialmente identificadas (ROSA, 2011).

O Planejamento Orçamentário é o meio pelo qual a Administração Pública deve buscar a melhor forma para empregar os recursos arrecadados com a finalidade de minimizar eventuais problemas econômicos e sociais existentes. O planejamento envolve a decisão quanto aos objetivos, recursos e políticas sobre aquisição, utilização e disposição desses recursos (ARAÚJO e ARRUDA, 2009). Para Silva (2009, p. 173), “o processo de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento deve ser capaz de expressar com maior veracidade a responsabilidade do Governo para com a sociedade”.

O modelo orçamentário Brasileiro é definido no art. 165 da Constituição Federal de 1988, neste artigo da constituição são definidos os instrumentos orçamentários: a Lei do Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e a Lei do Orçamento Anual (LOA).

O PPA é um instrumento de planejamento das ações governamentais para um período de quatro anos. Segundo Araújo e Arruda (2009), o PPA consiste em um plano de médio prazo, pelo qual o estado ordena as ações do governo visando alcançar os objetivos e as metas fixados para um período de quatro anos. O PPA é alicerçado em programas, estes programas reúnem um conjunto de ações que visam alcançar os objetivos propostos pela administração pública.

A LDO é o instrumento que baliza a elaboração dos orçamentos anuais, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/00), estabeleceu novas atribuições a LDO, estas novas atribuições tratam do equilíbrio entre as receitas e as despesas, dos critérios e das formas de limitação de empenho, e outras providências quanto às normas de controle de custos e exigências para transferências de recursos às entidades públicas e privadas, deste modo, a LDO exerce papel fundamental no

processo orçamentário brasileiro e é o elemento de ligação entre o PPA e as leis orçamentárias anuais (NASCIMENTO, 2008).

A LOA é o elemento orçamentário que viabiliza o alcance dos objetivos descritos no PPA, deve ser elaborada de forma compatível com as normas da Lei de responsabilidade fiscal, com o plano plurianual e com a lei das diretrizes orçamentárias. De acordo com Araújo e Arruda (2009), todas as tarefas a serem executadas no exercício devem ser previstas nela, com vistas a alcançar as metas determinadas pela administração pública.

Ainda no art. 165, em seu parágrafo terceiro é estabelecido que o poder executivo deverá publicar até 30 dias após o encerramento de cada bimestre o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), no qual são apresentados o balanço orçamentário e o conjunto de três demonstrativos, sendo um de execução da Receita e dois de execução da despesa, conforme as normas previstas na LRF (LC n.º 101/00).

O Governo Federal estrutura suas ações voltadas ao desenvolvimento rural através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e do MDA Ministério do Meio Ambiente – MMA, em suas páginas oficiais são descritas suas missões e diretrizes que contemplam o desenvolvimento sustentável, evidenciando o claro alinhamento de suas ações com a sustentabilidade.

No Estado do Paraná, os programas voltados ao desenvolvimento rural sustentável estão sob a responsabilidade das Secretarias de Agricultura e Abastecimento (SEAB) e do Meio Ambiente (SEMA), em suas páginas oficiais estas apresentam de forma clara e objetiva as necessidades a serem trabalhadas pelo estado, com vistas ao crescimento e o desenvolvimento rural de forma sustentável. Deste modo, o papel dos gestores públicos é garantir que as políticas públicas sejam executadas de maneira eficaz, pois de acordo com Camargo (2013), a eficácia é instrumental fundamental, pois, através dela é que se mantém a relação com os meios e instrumentos empregados pelos gestores públicos para cumprir o que foi previsto em seus planos. Para medir esta eficácia, faz-se necessário desenvolver instrumentos que permitam avaliar a administração pública.

Gomes e Salas (1997) consideram que o uso de indicadores permite avaliar, de maneira simples, o desempenho do setor público, por meio do uso da análise de desvios ou percentuais obtidos da diferença entre os objetivos inicialmente traçados

e os resultados obtidos. Com base nos indicadores encontrados é possível construir um índice, que para Shields et al. (2002), este revela o estado de um sistema ou fenômeno observado.

Corroborando Conto (2008), que na administração pública as metas e objetivos relacionados aos serviços prestados devem ser avaliados utilizando-se de indicadores, tais como a eficiência, eficácia, legalidade, economicidade e satisfação do usuário. Os indicadores, portanto, servem para auxiliar o processo decisório com informações de qualidade ao longo da execução das políticas públicas.

Portanto, acompanhar a eficácia da utilização dos recursos públicos é fundamental para garantir a eficiência das políticas voltadas a sustentabilidade.

3.3 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo é de cunho descritivo e orientação dedutiva. O corte foi longitudinal no período de 2010 a 2013, considerando a evolução dos dados no tempo.

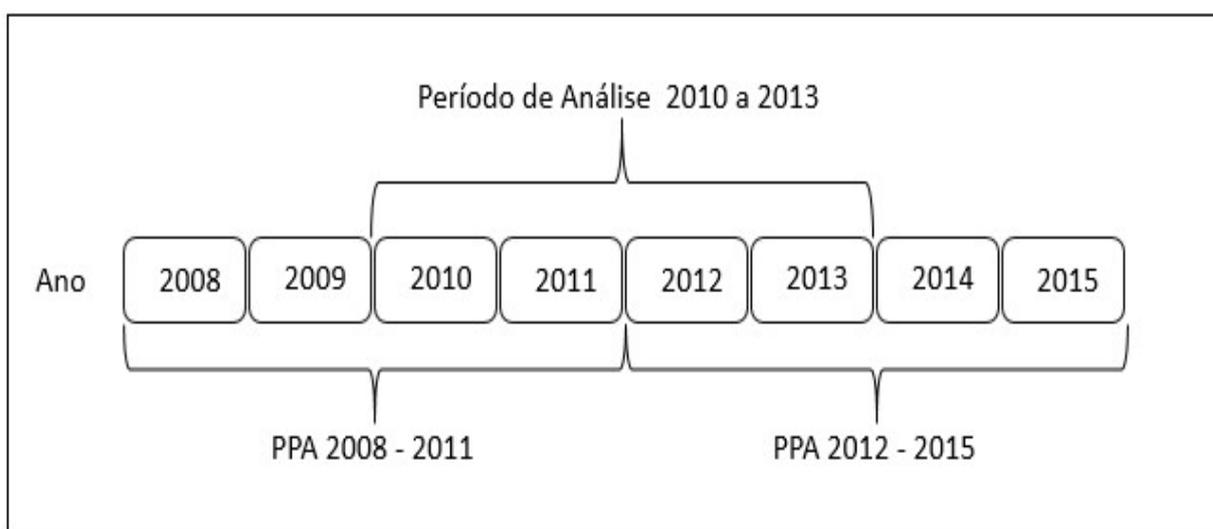


FIGURA 15 - Apresentação do período de Análise do Estudo
Fonte: O autor, 2016

Para a realização do estudo foram analisados as Leis orçamentárias anuais e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, no período compreendido entre 2010 a 2013, inseridos nos dois últimos anos da PPA 2008-2011 e os dois primeiros do PPA 2012-2015 do Governo Federal e do Estado do Paraná.

Os dados foram de fonte secundárias coletados em páginas oficiais do Governo Federal, do governo do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas do

Estado do Paraná, tais como Planos Plurianuais, Leis Orçamentárias Anuais, e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, dentro do período de 2010 a 2013.

Portanto, o estudo é de cunho quantitativo com o uso de métodos matemáticos que possibilitaram a análise dos resultados. Conforme Beuren (2009, p. 92), “[...] a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados [...]”. Corrobora Richardson (1999) *et al apud* Lakatos e Marconi (2010, p. 270), o método quantitativo “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas.”

Os dados coletados foram categorizados e tabulados em planilhas eletrônicas e apresentados por meio de estatística descritiva.

Na análise dos dados considerou-se apenas os recursos destinados para as funções Gestão Ambiental, Agricultura e Organização Agrária, de acordo com definição dada pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão (MOG) que categoriza as funções e subfunções.

TABELA 18 - Classificação funcional da despesa das áreas analisadas

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO
18 - Gestão Ambiental	541 - Preservação e Conservação Ambiental 542 - Controle Ambiental 543 - Recuperação de Áreas Degradadas 544 - Recursos Hídricos 545 - Meteorologia
20 - Agricultura	605 - Abastecimento 606 - Extensão Rural 607 - Irrigação 608 - Promoção da Produção Agropecuária 609 - Defesa Agropecuária
21 - Organização Agrária	631 - Reforma Agrária 632 – Colonização

Fonte: Portaria MOG no 42, de 14 de abril de 1999, publicada no DOU de 15 de abril de 1999.

Na Tabela 18 tem-se as funções e a subfunções analisadas. Esta estrutura apresenta a soma da execução das despesas de transferências de recursos e gastos diretos do governo.

Esta classificação é obrigatória no âmbito dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público. Com esta estrutura definida foi possível utilizar a Lei Orçamentária

Anual – LOA e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária –RREO para segregar os dados do período de 2010 a 2013 do Governo Federal e do Estado do Paraná.

TABELA 19 - Órgãos responsáveis pelas funções pesquisadas

Funções (Portaria nº 42/99)	Órgão Responsável	
	Governo Federal	Estado do Paraná
18 - Gestão Ambiental	Ministério do Meio Ambiente - MMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA
20 - Agricultura	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento -SEAB
21 - Organização Agrária	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento -SEAB

Fonte: Portaria MOG no 42, de 14 de abril de 1999 e site do Governo Federal e site oficial do Governo do Estado do Paraná

A Tabela 19 apresenta as funções selecionadas e os órgãos responsáveis, onde as funções 18 – Gestão Ambiental, 20 – Agricultura e 21 - Organização Agrária no Governo Federal ficam respectivamente sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, já no Estado do Paraná as funções 20 – Agricultura e 21 - Organização Agrária estão sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB e a função 18 – Gestão Ambiental está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA.

A análise dos dados avaliou o proposto pela Lei Orçamentária Anual e confrontou com os dados de execução orçamentária obtidos no Relatório Resumido da Execução Orçamentária durante o período de 2010 a 2013 pelo Governo Federal e o Estado do Paraná, para verificar a eficácia na execução orçamentária dos recursos disponibilizados ao Desenvolvimento Rural Sustentável.

(Continua)

Etapa 1	<p>Nesta etapa foram selecionados os valores globais das leis orçamentárias anuais os valores referentes as funções selecionadas no corte longitudinal de 2010 a 2013, como resultado esta etapa gerou o indicador de participação orçamentária inicial anual e o indicador de participação inicial das funções 18; 20 e 21 no orçamento do Governo Federal e do Estado do Paraná, utilizando as seguintes equações:</p> $IPOIFa = \frac{\text{Orçamento das Funções anual}}{\text{Orçamento anual}} \times 100$ <p>Indicador de Participação Orçamentária Inicial das Funções</p>
----------------	---

	$IPOIF = \frac{IPOIF\ 2010 + IPOIF\ 2011 + IPOIF\ 2012 + IPOIF\ 2013}{N^{\circ} Per\u00edodos}$
Etapa 2	<p>Na segunda etapa foram selecionados os valores globais finais apresentados Relat\u00f3rios Resumidos da Execu\u00e7\u00e3o Or\u00e7ament\u00e1ria- RREO do per\u00edodo de an\u00e1lise e os valores destinados as fun\u00e7\u00f5es selecionadas, como resultado esta etapa originou o indicador de participa\u00e7\u00e3o final anual e o indicador de participa\u00e7\u00e3o final das fun\u00e7\u00f5es 18; 20 e 21 no or\u00e7amento do Governo Federal e do Estado do Paran\u00e1, utilizando as seguintes equa\u00e7\u00f5es:</p> <p style="text-align: center;">Indicador de Participa\u00e7\u00e3o Final das Fun\u00e7\u00f5es no Or\u00e7amento</p> $IPFFO = \frac{Dota\u00e7\u00e3o\ Final\ das\ Fun\u00e7\u00f5es\ anual}{Or\u00e7amento\ Final\ anual} \times 100$ <p style="text-align: center;">Indicador de Participa\u00e7\u00e3o Final das Fun\u00e7\u00f5es do Or\u00e7amento</p> $IPFFO = \frac{IPFFO\ 2010 + IPFFO\ 2011 + IPFFO\ 2012 + IPFFO\ 2013}{N^{\circ} Per\u00edodos}$
Etapa 3	<p>Na terceira etapa apresenta de acordo com o RREO o valor final do or\u00e7amento estadual e o valor executado no per\u00edodo, com estes dados foi poss\u00edvel criar o indicador de execu\u00e7\u00e3o do or\u00e7amento anual e o indicador de execu\u00e7\u00e3o global do or\u00e7amento do Governo Federal e do Estado do Paran\u00e1, utilizando as seguintes equa\u00e7\u00f5es:</p> <p style="text-align: center;">Indicador de Execu\u00e7\u00e3o Global do Or\u00e7amento</p> $IEGOa = \frac{Valor\ Executado\ anual}{Or\u00e7amento\ Final\ anual} \times 100$ <p style="text-align: center;">Indicador de Execu\u00e7\u00e3o Global do Or\u00e7amento</p> $IEGO = \frac{IEGO\ 2010 + IEGO\ 2011 + IEGO\ 2012 + IEGO\ 2013}{N^{\circ} Per\u00edodos}$
Etapa 4	<p>A quarta etapa segrega os valores relacionados com as fun\u00e7\u00f5es estudadas no per\u00edodo de acordo com o RREO, foram analisados nesta etapa os or\u00e7amentos finais em rela\u00e7\u00e3o as execu\u00e7\u00f5es realizadas para as fun\u00e7\u00f5es 18; 20 e 21, esta etapa possibilitou a cria\u00e7\u00e3o do indicador de execu\u00e7\u00e3o do or\u00e7amento anual e o indicador de execu\u00e7\u00e3o global das fun\u00e7\u00f5es no or\u00e7amento do Governo Federal e do Estado do Paran\u00e1, utilizando as seguintes equa\u00e7\u00f5es:</p> <p style="text-align: center;">Indicador de Execu\u00e7\u00e3o Or\u00e7ament\u00e1ria das Fun\u00e7\u00f5es</p> $IEOFa = \frac{Valor\ Executado\ p/\ Fun\u00e7\u00f5es\ anual}{Or\u00e7amento\ Final\ das\ Fun\u00e7\u00f5es\ anual} \times 100$ <p style="text-align: center;">Indicador de Execu\u00e7\u00e3o Or\u00e7ament\u00e1ria das Fun\u00e7\u00f5es</p> $IEOF = \frac{IEOF\ 2010 + IEOF\ 2011 + IEOF\ 2012 + IEOF\ 2013}{N^{\circ} Per\u00edodos}$
Etapa 5	<p>A quinta etapa agrupou em um quadro os indicadores de participa\u00e7\u00e3o das fun\u00e7\u00f5es na LOA, os indicadores de execu\u00e7\u00e3o global do or\u00e7amento e os indicadores de execu\u00e7\u00e3o das fun\u00e7\u00f5es, neste quadro s\u00e3o apresentados os valores por per\u00edodo e a m\u00e9dia do per\u00edodo pesquisado. Com base nas informa\u00e7\u00f5es geradas pelos indicadores da execu\u00e7\u00e3o global do or\u00e7amento e os indicadores de execu\u00e7\u00e3o or\u00e7ament\u00e1ria das fun\u00e7\u00f5es, foi poss\u00edvel gerar os \u00cdndices de efic\u00e1cia das fun\u00e7\u00f5es 18; 20 e 21 do Governo Federal e do Estado do Paran\u00e1, utilizando as seguintes equa\u00e7\u00f5es:</p> <p style="text-align: center;">\u00cdndice de Efic\u00e1cia da Execu\u00e7\u00e3o Or\u00e7ament\u00e1ria das Fun\u00e7\u00f5es</p> $IEEOF = \frac{IEOF}{IEGO}$
Etapa 6	<p>A sexta etapa apresenta graficamente o comparativo entre os indicadores e \u00cdndices do Governo Federal e do Estado do Paran\u00e1, nesta etapa s\u00e3o apresentados os indicadores de participa\u00e7\u00e3o inicial das fun\u00e7\u00f5es 18; 20 e 21 no or\u00e7amento; os indicadores de participa\u00e7\u00e3o final das fun\u00e7\u00f5es 18; 20 e 21 no or\u00e7amento; os indicadores de execu\u00e7\u00e3o do or\u00e7amento global; os indicadores de execu\u00e7\u00e3o das fun\u00e7\u00f5es e os \u00cdndices de efic\u00e1cia da execu\u00e7\u00e3o or\u00e7ament\u00e1ria das fun\u00e7\u00f5es do Governo Federal e do Estado do Paran\u00e1.</p>

QUADRO 2 - Etapas do trabalho de pesquisa

(Conclui)

Fonte: O autor, 2016

3.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na primeira etapa pelas Lei Orçamentárias Anuais, extraiu-se o valor inicial destinado às funções 18; 20 e 21 anualmente. Gerou-se com isso, o indicador de participação orçamentária inicial anual e o indicador de participação orçamentária inicial das funções 18; 20 e 21 no orçamento do Governo Federal e do Estado do Paraná, conforme a Tabela 20.

TABELA 20 - Indicador de participação orçamentária inicial das funções 18; 20 e 21 do Governo Federal

Ano	Orçamento	Dotação (Inicial)	IPOIF (anual)
	Governo Federal (R\$)	Funções (18; 20;21) (R\$)	
2010	1.177.561.636.000,00	28.817.538.000,00	2,45%
2011	1.285.877.681.000,00	28.822.410.000,00	2,24%
2012	1.601.465.918.000,00	31.092.013.000,00	1,94%
2013	1.446.750.539.000,00	37.706.986.000,00	2,61%
Indicador de participação orçamentária inicial para as funções – IPOIF			2,31%

Fonte: Leis Orçamentárias Anuais-LOA do Governo Federal.

Na Tabela 20 constam os dados relacionados ao Governo Federal, onde nota-se que o indicador inicial das funções vem se mantendo estável, com exceção de 2012 onde foi registrado o menor indicador de participação para as funções analisadas 1,94%, o indicador de participação orçamentária inicial para as funções no período foi de 2,31%.

TABELA 21 - Indicador de participação orçamentária inicial das funções 18; 20 e 21 do Estado do Paraná

Ano	Orçamento	Dotação (Inicial)	IPOIF (anual)
	Estado do Paraná (R\$)	Funções (18; 20;21) (R\$)	
2010	23.577.381.540,00	429.709.840,00	1,82%
2011	25.303.415.059,00	483.445.878,00	1,91%
2012	29.687.505.410,00	561.830.470,00	1,89%
2013	35.314.509.310,00	681.535.150,00	1,93%
Indicador de participação orçamentária inicial para as funções - IPOIF			1,89%

Fonte: Leis Orçamentárias Anuais - LOA do Governo do Estado do Paraná.

A Tabela 21 apresenta os dados referentes ao Estado do Paraná, constatou-se que os indicadores de participação orçamentária inicial das funções estudadas estão estáveis no período de análise. Neste período a variação percentual

apresentada foi de apenas 0,11 pontos percentuais e o indicador de participação orçamentária inicial do Estado do Paraná foi de 1,89%.

A segunda etapa do estudo inicia-se pela análise dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO, onde verificou-se o valor final do orçamento no período o que foi possível segregar os valores finais das funções objetos do estudo, esta etapa gerou o indicador de participação final anual e o indicador de participação final das funções 18; 20 e 21 no orçamento do Governo Federal e do Estado do Paraná.

TABELA 22 - Indicador de participação final das funções 18; 20 e 21 no orçamento do Governo Federal

Ano	Orçamento (Final)	Dotação (Final)	IPFFO (anual)
	Governo Federal (R\$)	Funções (18; 20;21) (R\$)	
2010	1.259.739.725.000,00	30.329.646.000,00	2,41%
2011	1.335.157.590.000,00	30.592.505.000,00	2,29%
2012	1.707.724.288.000,00	38.578.904.000,00	2,26%
2013	1.636.329.938.000,00	42.570.938.000,00	2,60%
Indicador de participação final das funções no orçamento - IPFFO			2,39%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO Governo Federal.

A Tabela 22 apresenta uma variação em relação ao valor orçado inicialmente para as funções 18; 20 e 21, as dotações finais das funções apresentadas pelos RREO's mostram que a variação inicial que era de 0,67 pontos percentuais (Tabela 20), diminuiu para 0,34pp no período, o indicador de participação final das funções no orçamento do Governo Federal foi de 2,39%.

TABELA 23 - Indicador de participação final das funções 18; 20 e 21 no orçamento final do Estado

Ano	Orçamento (Final)	Dotação (Final)	IPFFO (anual)
	Estado do Paraná (R\$)	Funções (18; 20;21) (R\$)	
2010	24.154.724.671,00	517.935.902,00	2,14%
2011	26.423.314.691,00	571.857.232,00	2,16%
2012	31.222.035.681,00	678.341.946,00	2,17%
2013	36.719.289.121,00	755.660.180,00	2,06%
Indicador de participação final das funções no orçamento - IPFFO			2,13%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do Estado do Paraná.

A Tabela 23 apresenta o indicador de participação das funções 18; 20 e 21 no orçamento do Estado do Paraná. O indicador apresentou uma variação de 0,11pp, esta variação coincidiu com a variação encontrada no indicador de participação inicial apresentado na Tabela 21, o indicador de participação final das funções no

orçamento estadual foi de 2,13%, o que corresponde a um aumento de 12,70% em relação ao indicador de participação inicial.

Na terceira etapa foram segregados do RREO os valores finais dos orçamentos e as execuções da despesa global. De posse destes dados gerou-se o indicador de execução global do orçamento e o indicador de execução global do orçamento do Governo Federal e do Estado do Paraná.

TABELA 24 - Indicador de execução global do orçamento do Governo Federal

Ano	Orçamento (Final)		IEGO (anual)
	Governo Federal (R\$)	Valor Executado (R\$)	
2010	1.259.739.725.000,00	1.131.513.546.000,00	89,82%
2011	1.335.157.590.000,00	1.197.463.002.000,00	89,69%
2012	1.707.724.288.000,00	1.540.805.977.000,00	90,23%
2013	1.636.329.938.000,00	1.471.369.943.000,00	89,92%
Indicador de execução global do orçamento – IEGO			89,91%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do Governo Federal.

A Tabela 24 apresenta o indicador de execução global do orçamento do Governo Federal, que foi de 89,91%, no período estudado a variação entre a maior e a menor execução ficou em 0,54 pontos percentuais, a seguir são apresentados os indicadores da execução global orçamentária do Estado do Paraná.

TABELA 25 - Indicador de execução global do Estado do Paraná

Ano	Orçamento (Final)		IEGO (anual)
	Estado do Paraná (R\$)	Valor Executado (R\$)	
2010	24.154.724.671,00	22.177.333.286,00	91,81%
2011	26.423.314.691,00	24.597.278.589,00	93,09%
2012	31.222.035.681,00	28.490.682.393,00	91,25%
2013	36.719.289.121,00	32.047.015.545,00	87,28%
Indicador de execução global do orçamento - IEGO			90,86%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do Estado do Paraná.

Conforme Tabela 25 o indicador da execução global do orçamento do Estado do Paraná ficou em 90,86%, a variação dos indicadores de execução global dos períodos estudados ficou em 5,81 pontos percentuais.

A quarta etapa, ainda de acordo com os RREO's, apresenta os valores relacionados com as funções estudadas no período, foram analisados nesta etapa os orçamentos finais em relação as execuções realizadas para as funções 18; 20 e 21, o que gerou o indicador de execução orçamentária e o indicador de execução orçamentária das funções do Governo Federal e do Estado do Paraná.

TABELA 26 - Indicador de execução orçamentária das funções 18; 20 e 21 do Governo Federal

Ano	Orçamento (Final)	Valor Executado	IEOF (anual)
	Funções (18; 20;21) (R\$)	Funções (18; 20;21) (R\$)	
2010	30.329.646.000,00	22.707.804.000,00	74,87%
2011	30.592.505.000,00	23.841.694.000,00	77,93%
2012	38.578.904.000,00	27.840.247.000,00	72,16%
2013	42.570.938.000,00	34.645.662.000,00	81,38%
Indicador de execução orçamentária das funções - IEOF			76,59%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do Governo Federal.

A Tabela 26 apresenta os indicadores da execução para as funções 18; 20 e 21 no orçamento do Governo Federal. No período estudado, a variação entre a maior e a menor execução ficou em 9,22 pontos percentuais e o indicador de execução orçamentária para as funções estudadas no Governo Federal foi de 76,59%, este indicador apresentou um percentual menor que o indicador de execução do orçamento global encontrado de 89,91%, ou seja, a execução das funções 18; 20 e 21 apresentaram um desempenho 14,81% menor em relação a execução do orçamento global, a seguir são apresentados os dados referentes ao Estado do Paraná.

TABELA 27 - Indicador de execução orçamentária das funções 18; 20 e 21 do Estado do Paraná

Ano	Orçamento (Final)	Valor Executado	IEOF (anual)
	Funções (18; 20;21) (R\$)	Funções (18; 20;21) (R\$)	
2010	517.935.902,00	351.372.869,95	67,84%
2011	571.857.232,00	410.220.785,41	71,73%
2012	678.341.946,00	541.700.548,08	79,86%
2013	755.660.180,00	570.358.015,32	75,48%
Indicador de execução orçamentária das funções – IEOF			73,73%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO do Estado do Paraná.

No Estado do Paraná os indicadores de execução orçamentária para as funções 18; 20 e 21 revelaram um indicador de execução de 73,73% (Tabela 27) para o período estudado, a variação entre a maior e a menor execução ficou em 12,02 pontos percentuais, este indicador de execução apresentou um percentual menor que o indicador de execução global do orçamento 90,86%, ou seja, a execução das funções 18; 20 e 21 apresentaram um desempenho 18,85% menor em relação a execução do orçamento global.

A quinta etapa agrupou os indicadores de participação inicial das funções; os indicadores de participação final das funções no orçamento; os indicadores de

execução global do orçamento e os indicadores de execução das funções 18; 20 e 21, de acordo com o indicador de execução das funções e o indicador de execução global foi possível gerar os Índices de Eficácia da Execução Orçamentária das Funções – IEEOF do Governo Federal e do Estado do Paraná.

A Tabela 28 sintetiza os dados apresentados anteriormente e apresenta a variação anual e o indicador final do período para cada ponto analisado, possibilitando assim a comparação dos resultados do Governo Federal e do Estado do Paraná no período analisado.

TABELA 28 - Indicadores e Índices gerados com base nas LOAs e RREOs do Governo Federal e do Estado do Paraná.

Ano	2010	2011	2012	2013	Indicador
Indicador de participação das funções 18; 20 e 21 no orçamento da União (Inicial)	2,45%	2,24%	1,94%	2,61%	2,31%
Indicador de participação das funções 18; 20 e 21 no orçamento do Estado do Paraná (Inicial)	1,82%	1,91%	1,89%	1,93%	1,89%
Indicador de participação das funções 18; 20 e 21 no orçamento da União (Final)	2,41%	2,29%	2,26%	2,60%	2,39%
Indicador de participação das funções 18; 20 e 21 no orçamento do Estado do Paraná (Final)	2,14%	2,16%	2,17%	2,06%	2,13%
Indicador de execução do orçamento global da União	89,82%	89,69%	90,23%	89,92%	89,91%
Indicador de execução do orçamento global do Estado do Paraná	91,81%	93,09%	91,25%	87,28%	90,86%
Indicador de execução das funções 18; 20 e 21 no orçamento da União	74,87%	77,93%	72,16%	81,38%	76,59%
Indicador de execução das funções 18; 20 e 21 no orçamento do Estado do Paraná	67,84%	71,73%	79,86%	75,48%	73,73%
Índice de Eficácia da Execução Orçamentária das funções do Governo Federal					0,85
Índice de Eficácia da Execução Orçamentária das funções do Estado do Paraná					0,81

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO do Governo Federal e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO Estado do Paraná.

Com base na Tabela 28 verificou-se que tanto no orçamento inicial quanto no orçamento final o Governo Federal supera o Estado do Paraná em percentual aplicado as funções ligadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável (Tabelas 20, 21, 22 e 23), os dados referentes a execução global do orçamento revelam que apenas em 2013 o Governo Federal superou o percentual de execução orçamentária global do Estado do Paraná. O indicador de execução do orçamento do Estado apresentou 90,86%, enquanto o mesmo indicador do Governo Federal apresentou 89,91% para o mesmo período. A execução orçamentária das funções estudadas indicou que o Governo Federal é o que melhor executa o orçamento destinado para as funções, o

indicador da execução no período ficou em 76,59%, já o Estado do Paraná para o mesmo indicador apresentou 73,73%. Com base nos indicadores da execução global e da execução das funções objetos de estudo foi possível gerar os Índices de Eficácia da Execução Orçamentária do Governo Federal e do Estado do Paraná.

A sexta etapa, apresenta graficamente o comparativo entre os índices do Governo Federal e do Estado do Paraná, nesta etapa são apresentados os índices de participação inicial das funções 18; 20 e 21 no orçamento; os indicadores de participação final das funções 18; 20 e 21 no orçamento; os indicadores de execução do orçamento global; os indicadores de execução das funções e os Índices de Eficácia da Execução Orçamentária das Funções do Governo Federal e do Estado do Paraná.

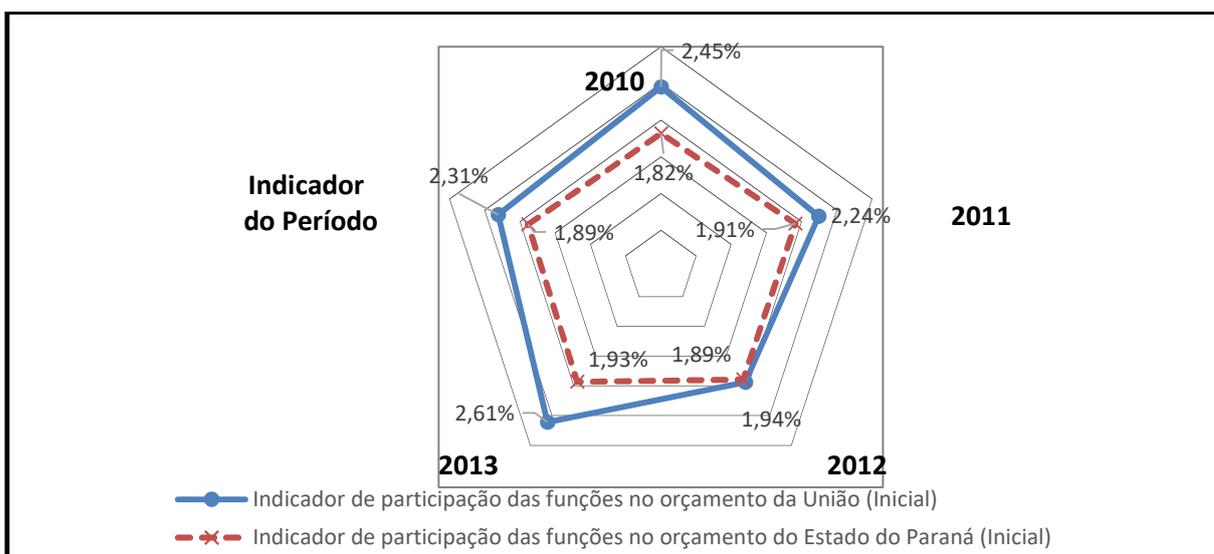


FIGURA 16 - Representação gráfica do indicador de participação inicial das funções 18; 20 e 21 no orçamento do Governo Federal e do Estado do Paraná

Fonte: Leis Orçamentárias Anuais - LOAs do Governo Federal e do Estado do Paraná.

A Figura 16 apresenta o indicador de participação inicial das funções 18; 20 e 21 no orçamento do Governo Federal e do Estado do Paraná, o comparativo demonstra que os maiores percentuais investidos nas funções 18; 20 e 21 pertencem ao Governo Federal, a média apresentada no período foi de 2,31%, o que representa 22,22% a mais que o Estado do Paraná previu em seus orçamentos no mesmo período.

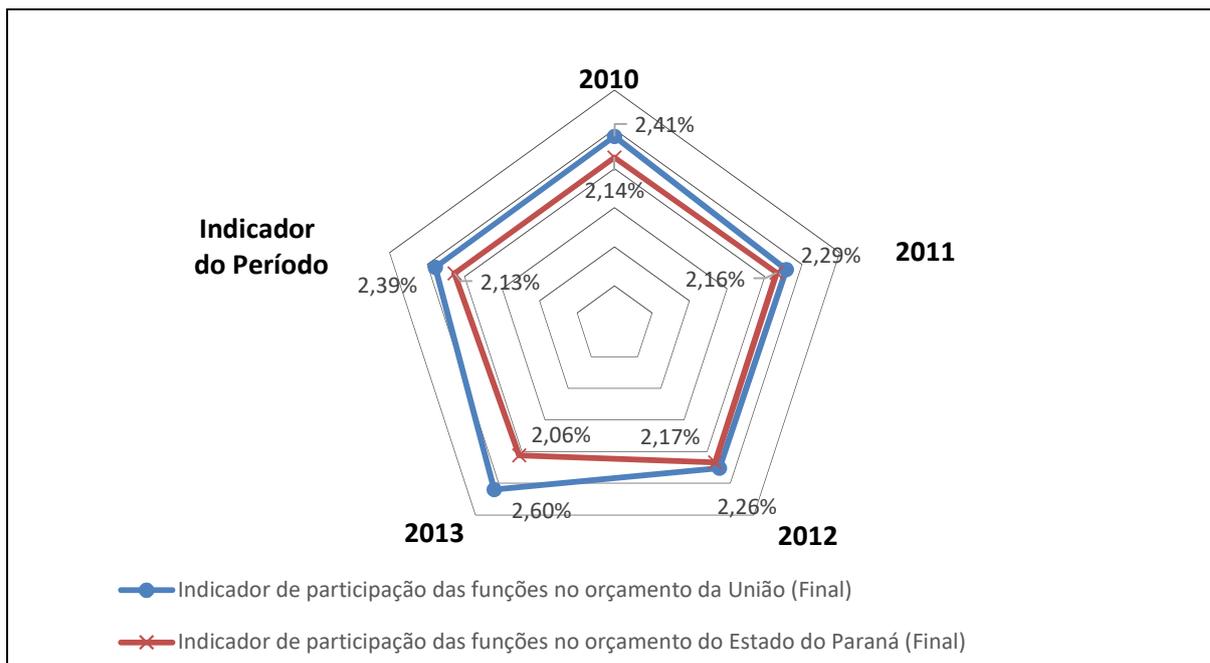


FIGURA 17 - Representação gráfica do indicador de participação final das funções 18; 20 e 21 no orçamento do Governo Federal e do Estado do Paraná

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO do Governo Federal e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO Estado do Paraná.

A Figura 17 apresenta o indicador de participação final das funções 18; 20 e 21 no orçamento do Governo Federal e do Estado do Paraná. O comparativo demonstra que os maiores percentuais foram investidos nas funções 18; 20 e 21. Como no índice de participação inicial, pertencem ao Governo Federal, a média apresentada no período foi de 2,39%, o que representa 12,21% a mais do que o Estado do Paraná previu em seus orçamentos no mesmo período, esta diferença mostra que entre o índice de participação inicial e o índice de participação final, houve uma significativa melhora no desempenho do Estado do Paraná, na sequência são apresentados os índices de execução global.

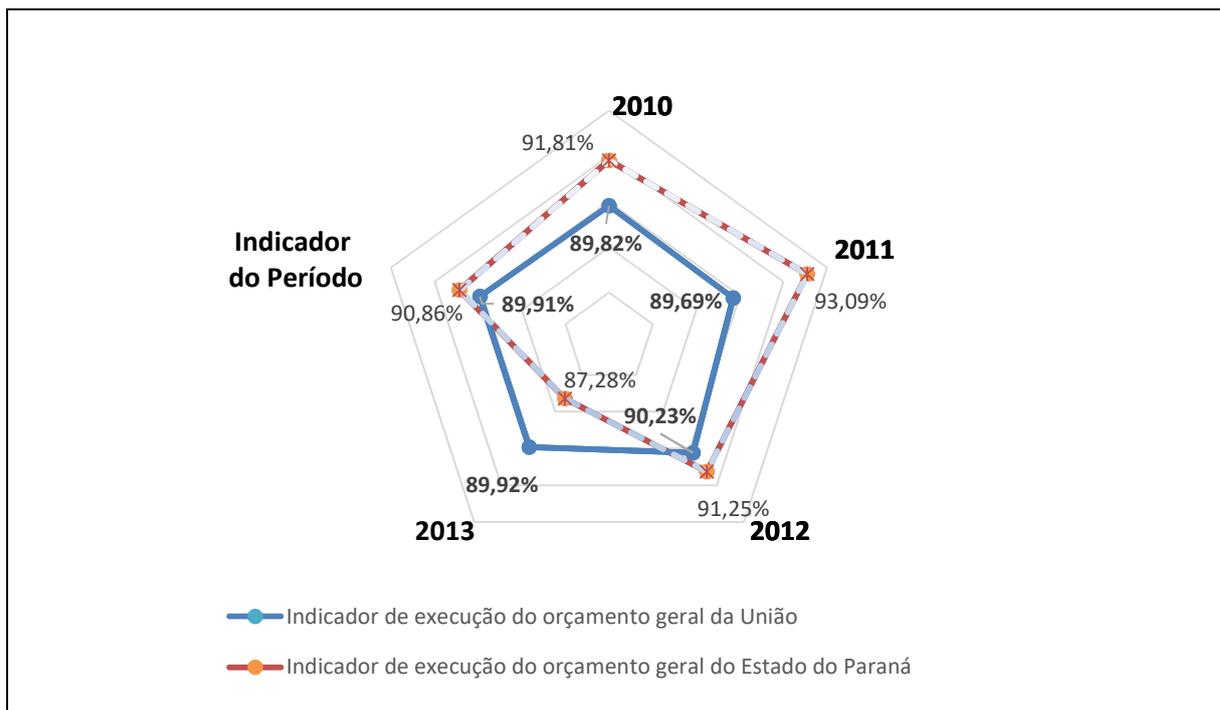


FIGURA 18 - Representação gráfica do indicador de execução do orçamento do Governo Federal e do Estado do Paraná

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO do Governo Federal e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO Estado do Paraná.

A figura 18 evidencia que a melhor média de execução do orçamento pertence ao Estado do Paraná, no período estudado a única exceção foi em 2013 onde o Governo Federal apresentou um desempenho melhor 89,92%, frente aos 87,28% do Estado Paraná, a média apresentada no período pelo estado do Paraná foi de 90,86%, ficando o Governo Federal com uma execução média de 89,92%.

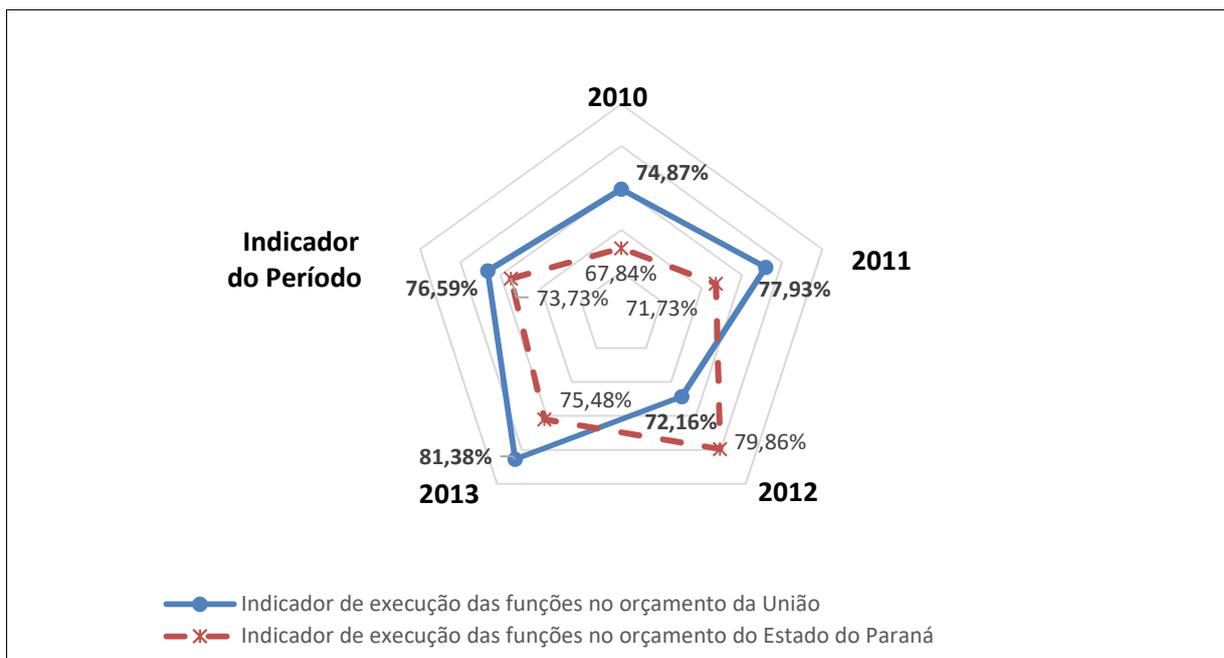


FIGURA 19 - Representação gráfica do indicador de execução das funções 18; 20 e 21 do orçamento do Governo Federal e do Estado do Paraná

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO do Governo Federal e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO Estado do Paraná.

A Figura 19 apresenta o Governo Federal como melhor executor das funções 18; 20 e 21, com média de 76,59% no período, o Estado do Paraná apresentou uma média de 73,73%, ou seja, uma execução de 3,88% menor que a do Governo Federal, embora o Estado do Paraná tenha um melhor índice de execução global, essa melhor execução não se reflete nas funções voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável. A seguir são apresentados os Índices de eficácia da execução orçamentária para as funções do Governo Federal e do Estado do Paraná.

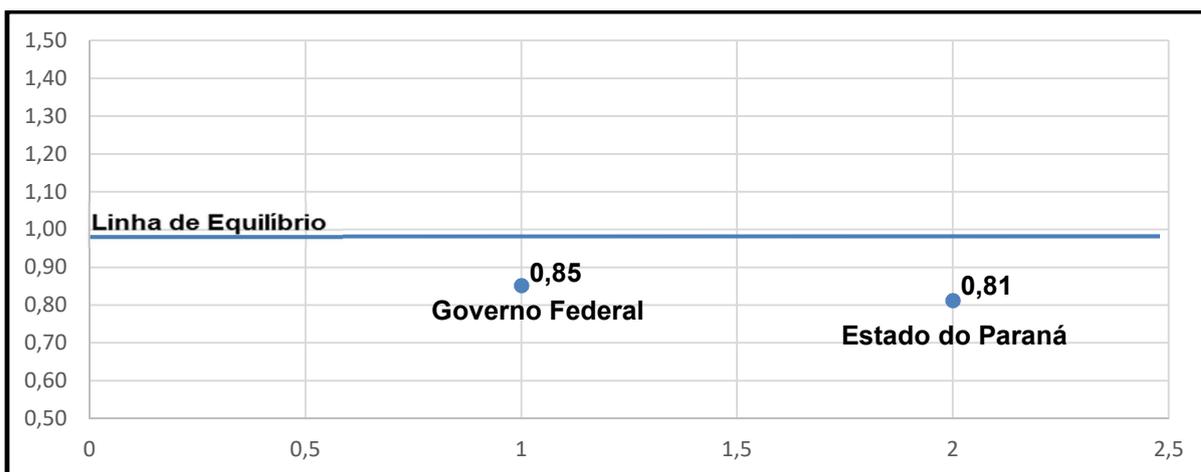


FIGURA 20 - Representação gráfica do índice de execução das funções 18; 20 e 21 do orçamento do Governo Federal e do Estado do Paraná

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO do Governo Federal e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO Estado do Paraná.

De posse do indicador de execução global do orçamento (IEGO) e o indicador de execução orçamentária das funções (IEOF), encontrou-se o Índice de Eficácia da Execução Orçamentária das Funções (IEEOF) do Governo Federal e do Estado do Paraná. Quando o quociente deste índice for superior a 1, significa que a execução orçamentária das funções é superior à execução da despesa global do orçamento. Se o resultado do quociente for igual a 1, haverá equilíbrio, pois, a quantidade executada nas funções objetos deste estudo será igual às executadas no orçamento global, na figura 20 este ponto de equilíbrio está representado por uma linha pontilhada. E, finalmente se o quociente for menor que 1, significa uma execução abaixo da execução do orçamento global.

Portanto, de acordo com os dados apresentados, os indicadores e índices gerados e em resposta à pergunta do estudo, no período de 2010 a 2013, o Estado do Paraná apresentou um índice de 0,81, e o Governo Federal apresentou para o mesmo período um índice de 0,85, o que significa que tanto o Governo Federal, quanto o Estado do Paraná executaram seus orçamentos voltados ao Desenvolvimento Rural Sustentável de maneira pouco eficiente. Estes deveriam ser executados, no mínimo, na mesma proporção do orçamento global. Ao comparar o desempenho constatou-se que o Governo Federal é mais eficaz com relação a execução do orçamento das funções ligadas ao Desenvolvimento Rural sustentável, é importante ressaltar que no período de estudo o Estado do Paraná apresentou um desempenho melhor na execução do orçamento global de 90,86%, contra os

89,91% do Governo Federal (Figura 18). Porém, este desempenho global não se manteve para as funções ligadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável. Nestas funções, o Estado do Paraná registrou apenas 73,73%, já o Governo Federal mostrou-se mais eficaz executando 76,59% das despesas previstas (Figura 19).

3.5 CONCLUSÕES

O Brasil se destaca como um dos maiores produtores de alimentos do mundo, a demanda externa e a interna criam um ambiente propício para o desenvolvimento do meio rural. Neste sentido, a intervenção do Estado por meio de políticas públicas vem se estruturando para dar suporte a este desenvolvimento, tanto o Governo Federal quanto o Estado do Paraná destacam a importância do desenvolvimento aliado a sustentabilidade, esta visão é estruturada em seus orçamentos.

Os planos concebidos para o desenvolvimento rural pelo Governo Federal e pelo Estado do Paraná tem sido executados em proporção menor que os orçamentos globais, para que atinjam sua máxima eficácia os governos devem planejar seus orçamentos e monitorar suas execuções de forma a evitar que estes sejam preteridos.

Esta pesquisa abordou um tema relevante ao Desenvolvimento Rural Sustentável, ao demonstrar que o Governo Federal, embora não tenha atingido o nível ideal de execução do orçamento para as funções ligadas ao desenvolvimento rural sustentável no período de 2010 a 2013, apresentou um índice de eficácia da execução orçamentária melhor que o Estado do Paraná.

Os governos buscam oferecer serviços cada vez melhores e qualidade de vida aos seus cidadãos, o desenvolvimento sustentável por sua vez visa harmonizar a relação entre o homem e o ambiente ao qual encontra-se inserido, o papel fundamental dos agentes públicos é entender a importância de planejar e implantar políticas públicas que possibilitem o atingimento destes objetivos.

Para estudos futuros sugere-se que seja investigado se os municípios adotam as mesmas práticas com relação a execução orçamentária das funções ligadas ao desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

- ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade pública: Da Teoria à prática**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Portal do Planalto**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acessado em: 28 de julho de 2016.
- _____. Lei Complementar n.º101, de 04 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.. Portal do Planalto**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acessado em: 28 de agosto de 2016.
- _____. Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999. Ministério do Orçamento e Gestão. **Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; estabelece conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais e dá outras providências**. Disponível em:
<<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>> Acessado em: 18 de setembro de 2016.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade**. 2 ed. São Paulo, Editora 34. 2011
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade – teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- CAMARGO, Francielle de Oliveira; GUIMARÃES, Klicia Maria S. **O Princípio da Eficiência na Gestão Pública**. Revista CEPPG, nº 28, 2013.
- CMMAD - COMISIÓN MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DEL DESARROLLO. **Nuestro futuro común**. Madrid: Alianza Editorial, 1992.
- CONTO, Angelita Adriane de; GALANTE, Celso; OENNING, Vilmar. **Mensuração da Eficácia na Gestão de Recursos Públicos**. In: 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2008, Gramado – Rs. Anais Gramado: CBC 2008.
- GOMES, Josir Simeone; SALAS, Joan Maria Amat. **Controle de Gestão: uma abordagem contextual e organizacional**. São Paulo: Atlas, 1997.
- GREGOLIN, Marcos Roberto Pires; CORBARI, Fábio; GREGOLIN, Graciela Caroline; ZONIN, Valdecir José; ZONIN, Wilson João. **A Contribuição do projeto “Gestores de Cadeias produtivas Rurais” no programa de desenvolvimento**

regional sustentável – DRS do Banco do Brasil: um estudo de caso no município de Catanduvas, Território Cantuquiriguaçu – PR. Revista Conexão UEPG, V. 10, n. 2, - jul/nov. 2014.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública:** Teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; **Gestão Pública:** tributação e orçamento; lei de responsabilidade fiscal; tópicos em contabilidade pública; gestão pública no Brasil, de JK a Lula; administração financeira e orçamentária; finanças públicas nos três níveis de governo, 1º Ed. São Paulo, Saraiva, 2008.

PARANÁ. LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2011.** Disponível em <http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos%20PDF%20AAF/Demonstrativo_AFF_LOA_2011.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2015.

_____. LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2012.** Disponível em <http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos%20PDF%20AAF/Demonstrativo_AFF_LOA_2012.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2015.

_____. LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2013.** Disponível em <http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos%20PDF%20AAF/Demonstrativo_AFF_LOA_2013.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2015.

SCHNEIDER, Mauri José; **A participação da agricultura familiar na defesa do direito à alimentação escolar saudável no município de Missal – Paraná.** (2014). Dissertação (Mestrado) – UNIOESTE/ Campus de Marechal Cândido Rondon, Marechal Cândido Rondon.

SEPL - Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2010.** Disponível em <<http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Orcamento/AFF/AFF2010.pdf>>. Acessado em 29 de agosto de 2016.

SEPL - Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2011.** Disponível em <<http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Orcamento/AFF/AFF2011.pdf>>. Acessado em 29 de agosto de 2016.

SEPL - Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2012.** Disponível em <http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Orcamento/AFF/Demonstrativo_AFF_LOA_2012.pdf>. Acessado em 29 de agosto de 2016.

SEPL - Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2013**. Disponível em <http://http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/responsabilidade_fiscal/publicacoes/2013/20136B/anexo_ii_Funcao_SubFuncao.pdf>. Acessado em 29 de agosto de 2016.

SHIELDS, D.; SOLAR, S.; MARTIN, W. **The role of values and objectives in communicating indicators of sustainability**. *Ecological Indicator*, v. 2, n. 1-2, p. 149-160, nov. 2002.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do setor público**. 1º. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2011.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: Um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 8. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

SILVA, Nardel Luiz Soares; ZAMPIER, Igor Felipe; PASTORIO, Inês Terezinha; WAMMES, Leoni Terezinha; GREGOLIN, Marcos Roberto; SORNBERGER, Neimar Afonso. **Perfil dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável no território Centro-Sul do Paraná**. Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional. Taquara, v. 12, n. 2, p.177-186. Jul/dez 2015.

TESOURO NACIONAL – **Relatório Resumido da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2010**. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RR0dez2010.pdf/bf2d4387-f962-4691-bc52-851f23af5b14>>. Acessado em 18 de agosto de 2016.

TESOURO NACIONAL – **Relatório Resumido da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2011**. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RR0dez2011.pdf/4acb87ed-ac73-42b8-8c30-5d64bb80c633>>. Acessado em 18 de agosto de 2016.

TESOURO NACIONAL – **Relatório Resumido da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2012**. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/137713/RR0dez2012.pdf>>. Acessado em 18 de agosto de 2016.

TESOURO NACIONAL – **Relatório Resumido da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2012**. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RR0dez2013.pdf/0dfdfc4-70d2-4158-980a-8c763d57f9a9>>. Acessado em 18 de agosto de 2016.

CAPÍTULO IV - EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: UM COMPARATIVO ENTRE O GOVERNO FEDERAL, O ESTADO DO PARANÁ E OS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU

Resumo: Este estudo analisou a eficácia das políticas públicas voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável no Governo Federal, no Estado do Paraná e nos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu. O estudo é de cunho descritivo e orientação dedutiva, com corte longitudinal no período de 2010 a 2013. Os dados foram de fontes secundárias coletados nos portais oficiais dos governos. Os dados foram apresentados em porcentagem, o que gerou indicadores e índices que apresentam como as administrações públicas executam seus orçamentos relacionados ao Desenvolvimento Rural Sustentável. Os resultados revelaram que os Municípios Lindeiros investiram percentualmente mais que o Governo Federal e o Estado do Paraná juntos. O Índice de Eficácia na Execução Orçamentária voltadas ao Desenvolvimento Rural revelou que os Municípios Lindeiros superaram o desempenho do Governo Federal e do Estado do Paraná.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural Sustentável; Eficácia; Políticas Públicas; Execução Orçamentária; Municípios Lindeiros.

Resumen: *El presente estudio examinó la eficacia de las políticas públicas dirigidas al desarrollo rural sostenible en el Gobierno Federal, el Estado de Paraná y las ciudades circundantes al Lago de Itaipú. El estudio es un carácter descriptivo y orientación deductiva con la sección longitudinal en el período de 2010 a 2013. Los datos fueron recogidos a partir de fuentes secundarias en los portales oficiales de los gobiernos. Los datos fueron analizados por porcentaje, la generación de indicadores e índices que muestran cómo las administraciones públicas ejecutar sus presupuestos relacionados con el desarrollo rural sostenible. Los resultados revelaron que las ciudades de los alrededores han invertido más en términos porcentuales que el Gobierno Federal y el Estado de Paraná juntos. El índice de efectividad en la ejecución del Presupuesto dirigió el desarrollo rural reveló que las ciudades de los alrededores superan el Gobierno Federal y el Estado de Paraná.*

Palabras clave: *Desarrollo Rural Sostenible; Eficacia; Políticas públicas; La ejecución del presupuesto; ciudades de los alrededores.*

Abstract: *This study analyzed the efficacy of public policies aimed at Sustainable Rural Development in the Federal Government, in the State of Paraná and in the Lindeiros Municipalities to Lake Itaipu. The study is descriptive and deductive in orientation, with a longitudinal cut from 2010 to 2013. Data were from secondary sources collected at official government portals. The data were treated in percentage, which generated indicators and indexes that show how public administrations execute their budgets related to Sustainable Rural Development. The results showed that the Lindeiros Municipalities invested more percentages than the Federal Government and the State of Paraná together. The Effectiveness Index in Budget Execution for Rural Development revealed that the Lindeiros Municipalities exceed the performance of the Federal Government and the State of Paraná.*

Key words: *Sustainable Rural Development; Efficiency; Public policy; Budget Execution; Lindeiros Municipalities.*

4.1 INTRODUÇÃO

As várias transformações ocorridas entre séculos XVIII e XIX, possibilitaram as bases democráticas que determinaram que as responsabilidades do Estado tomaram novos rumos, principalmente para o bem-estar da sociedade.

A modernização da gestão pública se refletiu na gestão pública estadual e municipal no sentido de gerar informações para tomada de decisões para o eficaz desenvolvimento de seus projetos, no âmbito de suas responsabilidades.

Segundo Abrucio (2005) apesar da necessidade de diagnosticar a situação das ações públicas dos estados de forma fidedigna, poucos estudos fazem esta radiografia com precisão, e isso vale tanto para os municípios e governos estaduais e federal. Neste sentido, hoje é a Constituição Federal de 1988 que determina as competências entre Governo Federal e os Governos Estaduais e Municipais.

Destaca ainda que, os governos estaduais buscam estratégias de regionalização com aumento de parcerias e estabelecer instrumentos que melhorem seus territórios. Os conflitos entre as secretarias e o desenho geográfico destas políticas são constantes desafios, frente aos orçamentos à eles destinados.

Neste contexto, o plano plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento central a administração pública. Ele é um conjunto de ações a serem articuladas, como programas, projetos, atividades ou operações especiais composto por entidades e indivíduos envolvidos em sua execução. O êxito ou não de sua execução, envolve na criação de indicadores que possibilitem avaliar a atuação das entidade pública em nível municipal, regional, estadual e federal na execução de seus orçamentos.

Os Governos Federal, do Estado do Paraná e de seus Municípios, elaboram programas voltados ao desenvolver o ambiente rural, aumentar a renda e a rentabilidade, preservar o meio ambiente, melhorar a qualidade de vida e principalmente promover a segurança alimentar e nutricional da população urbana e rural. E, o cumprimento eficaz destes orçamentos devem ser avaliados, já que o investimento público, sempre deve atender ao que se propõe, a segurança, melhoria da sociedade e garantia do meio ambiente as gerações futuras.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu resolveu a dificuldade energética, todavia o impacto ambiental que gerou foi enorme. A partir daí,

investimentos para a proteção do ambiente sem perder o desenvolvimento regional foi preocupação do governo federal.

Em vista do exposto, o estudo investigou como o Governo Federal, o Estado do Paraná e os Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu tratam esta questão em seus orçamentos públicos, por meio dos recursos planejados para estas ações e principalmente com base em suas execuções orçamentárias, revelando assim qual o grau de comprometimento de cada ente com o Desenvolvimento Rural Sustentável.

O estudo vai gerar informações aos envolvidos para que possam redirecionar suas ações sobre a eficácia do uso que fazem dos orçamentos voltados ao meio ambiente e desenvolvimento rural de forma sustentável. Além de contribuir com informações relevantes para os envolvidos e contribuir para a área de estudo.

Esta pesquisa objetivou comparar o desempenho do Governo Federal e do Estado do Paraná e de um grupo de 12 municípios lindeiros ao Lago de Itaipu na execução das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, para tanto, foi utilizado um índice que revela a eficácia da execução orçamentária das funções analisadas.

Em vista destes argumentos, o estudo procurou responder a seguinte questão: Quem é mais eficaz na gestão orçamentária das políticas públicas voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável, o Governo Federal, o Estado do Paraná ou os Municípios Lindeiros ao Lago da Usina Hidroelétrica de Itaipu?

Este trabalho apresenta além dessa seção de introdução, a fundamentação teórica, que apresenta os principais conceitos existente acerca do tema, os aspectos metodológicos que nortearam este estudo, a análise e discussão dos resultados, e como encerramento as considerações finais.

4.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em um passado não muito distante acreditava-se que os recursos naturais eram inesgotáveis. Hoje a sociedade sabe que os recursos naturais são esgotáveis e alguns já são escassos. Esta realidade obriga que os usos destes recursos sejam executados com racionalidade, pois, se não for adotado um critério racional seu uso indiscriminado colocará em risco a vida das futuras gerações. A discussão sobre o modelo de desenvolvimento adotado até então pela maioria das nações fez surgir o conceito de desenvolvimento sustentável, que busca conciliar o crescimento

econômico com a redução das desigualdades sociais e a preservação dos recursos naturais (SACHS, 2002).

No Brasil, o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 determina que todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, já que é um bem de uso comum e essencial a vida. Neste sentido, cabe ao poder público e a coletividade a responsabilidade de preservá-lo. De acordo com Boff (2008), a sustentabilidade encontra-se apoiada na razão instrumental-analítica que combina o uso de recursos renováveis e não renováveis. Isso deve ser realizado respeitando os ciclos naturais com a distribuição igual dos recursos. Esta ação solidária com as gerações futuras garantirá que as mesmas oportunidades do presente sejam ofertadas no futuro.

O texto do artigo 225 da Constituição Federal, também espelha as ideias expressas no relatório intitulado de “Nosso Futuro Comum” de 1987, também conhecido como Relatório de Brundtland. Neste relatório está expresso o conceito mais difundido atualmente sobre desenvolvimento sustentável definido como “[...] aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1992). A influência deste conceito tem aumentado significativamente em relação as políticas de desenvolvimento e é usado como elemento central para concepção de programas de governo, agências internacionais e organizações empresariais (GREGOLIN et al, 2014).

Na década de 60, a agricultura na América Latina foi marcada pela “revolução verde”, este tipo de agricultura tinha em sua gênese o uso intensivo de agentes químicos, organismos geneticamente modificados, irrigação e alta mecanização do solo, todos estes mecanismos utilizados visavam o aumento da produtividade (ALMEIDA e NAVARRO, 2009). O objetivo era apenas o lucro, o que torna, portanto, um modelo insustentável. Beck (2011) argumentava que houve aumento de produção na agricultura, mas os efeitos colaterais ao meio ambiente foram diversos; como a redução de animais e plantas nativos, contaminação de pessoas por agentes tóxicos, redução da fertilidade do solo, aumento de erosão do solo, entre outros. Beck (2011) cita casos na Ásia e América Latina, que obtiveram aumentos de produtividade em suas culturas com o uso dos “pacotes tecnológicos” trazidos pela revolução verde.

A todo momento, novas perspectivas têm surgido no Brasil para a gestão das políticas públicas dos recursos naturais, as quais prezam pela participação dos

diversos atores da sociedade em suas formulações, articulações e implantações, somando suas forças as dos órgãos de gestão (SILVA et al., 2015). Sua importância se deve ao crescimento populacional, a necessidade de mais alimentos e de práticas agrícolas que promovam o desenvolvimento regional de forma sustentável.

Cabe a Administração Pública, entendida como um conjunto de órgãos públicos que objetiva gerenciar os recursos de modo a atender as demandas sociais, desenvolver programas que atendam estas demandas. Para Araújo e Arruda (2009, p. 4), “a Administração Pública é o conjunto coordenado de funções que visam à boa gestão da coisa pública, de modo a possibilitar que os interesses da sociedade sejam alcançados”. E ainda segundo Kohama (2010, p. 9 apud Meireles, 2000, p. 59), “Administração Pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”. Tais necessidades são atendidas pela composição dos orçamentos destinados a cada ação, determinados pelo PPA de cada governo. E, foi no PPA (2004-2007), que a questão da preservação ambiental foi incorporada. Para Rosa (2011), as necessidades para serem sanadas pelos gestores públicos, devem estar vinculados a elaboração de programas após a identificação dos problemas, para em vista disto, planejar os orçamentos.

Neste contexto, o Planejamento Orçamentário é o meio pelo qual a Administração Pública busca a melhor forma para empregar os recursos arrecadados com a finalidade de minimizar eventuais problemas econômicos e sociais existentes.

De acordo com Jund (2007, p.122), como planejamento é entendido como um processo racional para definir objetivos e determinar os meios para alcançá-los”, o a avaliação da eficácia dos orçamentos anteriores, podem gerar indicadores que fornecerá informações relevantes aos gestores públicos sobre os seus esforços. Nesta dire, o modelo orçamentário Brasileiro no art. 165 da Constituição Federal de 1988, define que os seus instrumentos orçamentários são: a Lei do Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e a Lei do Orçamento Anual (LOA).

O PPA é um instrumento de planejamento das ações governamentais para um período de quatro anos. De acordo com Kohama (2010) é por meio dele que o Estado ordena suas ações para atingir seus objetivos e metas.

A LDO é fruto do planejamento realizado no PPA e serve como orientador na construção da Lei orçamentária, que baliza a elaboração dos orçamentos anuais. A

Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/00), trata do equilíbrio entre as receitas e as despesas, dos critérios e das formas de limitação de empenho, e outras providências quanto às normas de controle de custos e exigências para transferências de recursos às entidades públicas e privadas. Deste modo, a LDO exerce papel fundamental no processo orçamentário brasileiro, pois é o elemento de ligação entre o planejamento descrito no PPA e as leis orçamentárias anuais (NASCIMENTO, 2008).

A LOA é o elemento orçamentário que viabiliza o alcance dos objetivos descritos no PPA, deve ser elaborada de forma compatível com as normas da Lei de responsabilidade fiscal, com o plano plurianual e com a lei das diretrizes orçamentárias. A LOA autoriza as despesas do Estado, de acordo com a previsão da arrecadação (QUINTANA, 2011).

Ainda no art. 165 da Constituição Federal de 1988, em seu parágrafo terceiro é estabelecido que o poder executivo deverá publicar até 30 dias após o encerramento de cada bimestre o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), no qual são apresentados o balanço orçamentário e o conjunto de três demonstrativos, sendo um de execução da Receita e dois de execução da despesa, conforme as normas previstas na LRF. Qww87

O Governo Federal estrutura suas ações voltadas ao desenvolvimento rural através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e do MDA Ministério do Meio Ambiente – MMA, em suas páginas oficiais são descritas suas missões e diretrizes que contemplam o desenvolvimento sustentável, evidenciando o claro alinhamento de suas ações com a sustentabilidade.

No Estado do Paraná, os programas voltados ao desenvolvimento rural sustentável estão sob a responsabilidade das Secretarias de Agricultura e Abastecimento (SEAB) e do Meio Ambiente (SEMA), em suas páginas oficiais estas apresentam de forma clara e objetiva as necessidades a serem trabalhadas pelo estado, com vistas ao crescimento e o desenvolvimento rural de forma sustentável.

Nos Municípios, estas ações ficam sob a responsabilidade das Secretarias de Agricultura e a Secretaria de Meio Ambiente, uma vez que a estrutura dos Municípios tende a ser cada vez mais compacta devido a escassez de recursos. Não é raro encontrar Secretarias compartilhadas, desempenhando as funções relacionadas a Agricultura e Meio Ambiente.

Deste modo, o papel dos gestores públicos é garantir que as políticas públicas sejam executadas de maneira eficaz, pois de acordo com Camargo (2013), a eficácia instrumental é fundamental. Por meio dela, é que se mantém a relação com os meios e instrumentos empregados pelos gestores públicos para cumprir o que foi previsto em seus planos. Para medir esta eficácia, faz-se necessário desenvolver instrumentos e indicadores que permitam avaliar a administração pública. Porque na Administração Pública, o controle é competência legal, sob a forma de avaliação, orientação e correção que exerce sobre a conduta funcional (JUND, 2007).

Gomes e Salas (1997) consideravam que o uso de indicadores permitia avaliar, de maneira simples, o desempenho do setor público, pelo emprego do uso da análise de desvios ou percentuais obtidos da diferença entre os objetivos inicialmente traçados e os resultados obtidos.

Corroboram Shields et al. (2002), que com base nos indicadores encontrados é possível construir um índice que revela o estado de um sistema ou fenômeno observado.

Conto (2008) reforça que, na administração pública as metas e objetivos relacionados aos serviços prestados devem ser avaliados utilizando-se de indicadores, tais como a eficiência, eficácia, legalidade, economicidade e satisfação do usuário.

Os indicadores, portanto, servem para auxiliar o processo decisório com informações de qualidade ao longo da execução das políticas públicas.

Acompanhar a eficácia da utilização dos recursos públicos é fundamental para garantir a eficiência das políticas voltadas a sustentabilidade, o uso eficaz dos seus orçamentos para atender as metas governamentais de melhoria da sociedade.

4.3 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo é de cunho descritivo e orientação dedutiva. O corte foi longitudinal no período de 2010 a 2013, considerando a evolução dos dados no tempo.

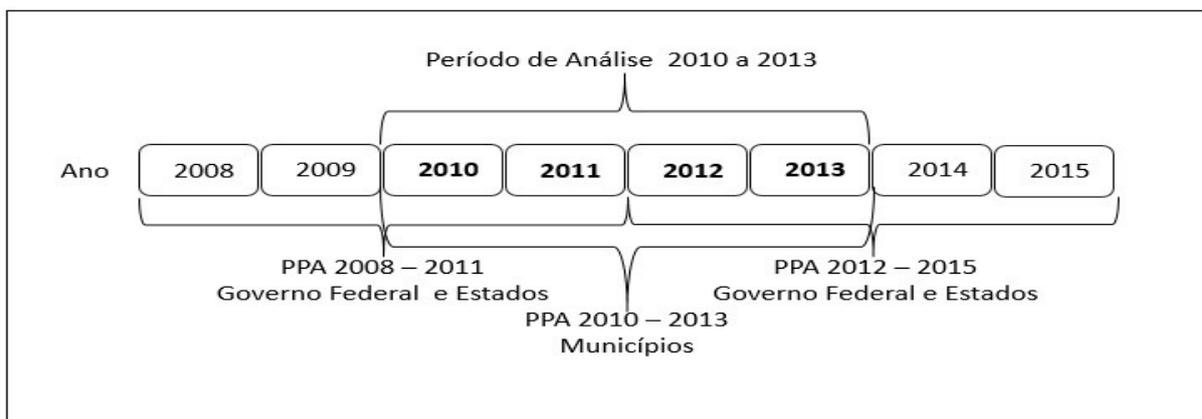


FIGURA 21 - Apresentação do período de Análise do Estudo

Fonte: O autor, 2016

Os dados foram coletados por meio das Leis orçamentárias anuais e nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, no período compreendido entre 2010 a 2013. Estes relatórios compreendem o período de vigência dos dois últimos anos do PPA 2008-2011 e os dois primeiros do PPA 2012-2015 do Governo Federal e do Estado do Paraná. Já os relatórios e as leis orçamentárias dos Municípios pesquisados estão compreendidos em apenas um plano plurianual o PPA 2010 - 2013.

Os dados de fonte secundária, registrados e devidamente publicados, foram coletados em páginas oficiais do Governo Federal, do governo do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dos Municípios pesquisados foram coletados as Leis Orçamentárias Anuais e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, dentro do período de 2010 a 2013. O estudo é de cunho quantitativo. De acordo com Richardson (1999) *et al apud* Lakatos e Marconi (2010, p. 270), o método quantitativo “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas”, e também segundo Gerhardt (2009, p.33. *apud* Fonseca 2002, p. 11-2), a pesquisa quantitativa tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis “recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.” Os dados coletados foram categorizados e tabulados em planilhas eletrônicas e apresentados por meio de estatística descritiva.

Na análise dos dados considerou-se apenas os recursos destinados para as funções 18 - Gestão Ambiental, 20 - Agricultura e 21 - Organização Agrária, de

acordo com a Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão (MOG) em suas funções e subfunções apresentadas a seguir.

TABELA 29 - Classificação funcional da despesa das áreas analisadas

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO
18 - Gestão Ambiental	541 - Preservação e Conservação Ambiental
	542 - Controle Ambiental
	543 - Recuperação de Áreas Degradadas
	544 - Recursos Hídricos
	545 - Meteorologia
20 - Agricultura	605 - Abastecimento
	606 - Extensão Rural
	607 - Irrigação
	608 - Promoção da Produção Agropecuária
	609 - Defesa Agropecuária
21 - Organização Agrária	631 - Reforma Agrária
	632 - Colonização

Fonte: Portaria MOG no 42, de 14 de abril de 1999, publicada no DOU de 15 de abril de 1999.

Na Tabela 29 tem-se as funções e a subfunções analisadas. Esta estrutura apresenta a soma da execução das despesas de transferências de recursos e gastos diretos do governo. Esta classificação é obrigatória no âmbito dos União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público. Com esta estrutura definida foi possível utilizar a Lei Orçamentária Anual – LOA e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO para segregar os dados do período de 2010 a 2013 do Governo Federal, do Estado do Paraná e dos Municípios pesquisados.

TABELA 30 - Órgãos responsáveis pelas funções pesquisadas

Funções(Port.nº42/99)	Órgão Responsável		
	Governo Federal	Estado do Paraná	Municípios
18 - Gestão Ambiental	Ministério do Meio Ambiente - MMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA	Secretaria ou Departamento de Meio Ambiente
20 - Agricultura	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB	Secretaria ou Departamento de Agricultura
21-Organização Agrária	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB	Secretaria ou Departamento de Agricultura

Fonte: Portaria MOG no 42, de 14 de abril de 1999 e portal do Governo Federal e portal do Governo do Estado do Paraná e portais dos Municípios pesquisados

A Tabela 30 apresenta as funções selecionadas e os órgãos responsáveis, onde as funções 18 – Gestão Ambiental, 20 – Agricultura e 21- Organização Agrária no Governo Federal ficam respectivamente sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, no Estado do Paraná as funções 20 – Agricultura e 21- Organização Agrária estão sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento -SEAB e a função 18 – Gestão Ambiental está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA e nos Municípios pesquisados estas funções ficam sob a responsabilidade de Secretarias/Departamentos de Agricultura e Meio Ambiente.

A análise dos dados avaliou o proposto pela Lei Orçamentária Anual - LOA e confrontou com os dados de execução orçamentária obtidos no Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO durante o período de 2010 a 2013 pelo Governo Federal, o Estado do Paraná e os Municípios pesquisados, e analisou a eficácia da execução orçamentária de suas políticas voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável. As etapas seguidas estão apresentadas a seguir.

(continua)

<p>Etapa 1</p>	<p>Nesta etapa foram selecionados os valores globais finais apresentados Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária- RREO do período de análise e os valores destinados as funções selecionadas. Como resultado esta etapa gerou um indicador de participação final das funções 18; 20 e 21 no orçamento Governo Federal, do Estado do Paraná e dos Municípios pesquisados.</p> <p style="text-align: center;">Indicador de Participação Final das Funções no Orçamento</p> $IPFFO = \frac{\text{Dotação Final das Funções anual}}{\text{Orçamento Final anual}} \times 100$ <p style="text-align: center;">Indicador de Participação Final das Funções do Orçamento</p> $IPFFO = \frac{IPFFO\ 2010 + IPFFO\ 2011 + IPFFO\ 2012 + IPFFO\ 2013}{N^{\circ}\text{Períodos}}$
<p>Etapa 2</p>	<p>A segunda etapa apresenta de acordo com o RREO o valor final do orçamento e o valor executado no período, com estes dados foi possível criar o indicador de execução global do orçamento do Governo Federal, do Estado do Paraná e dos Municípios pesquisados.</p> <p style="text-align: center;">Indicador de Execução Global do Orçamento</p> $IEGO = \frac{\text{Valor Executado anual}}{\text{Orçamento Final anual}} \times 100$ <p style="text-align: center;">Indicador de Execução Global do Orçamento</p> $IEGO = \frac{IEGO\ 2010 + IEGO\ 2011 + IEGO\ 2012 + IEGO\ 2013}{N^{\circ}\text{Períodos}}$
	<p>A terceira etapa segrega os valores relacionados com as funções estudadas no período de acordo com o RREO, foram analisados nesta etapa os orçamentos finais em relação as execuções realizadas para as funções, esta etapa possibilitou a criação de um indicador de execução das funções do Governo Federal, do Estado do Paraná e dos Municípios pesquisados.</p> <p style="text-align: center;">Indicador de Execução Orçamentária das Funções</p>

Etapa 3	$IEOFa = \frac{\text{Valor Executado p/ Funções anual}}{\text{Orçamento Final das Funções anual}} \times 100$ <p style="text-align: center;">Indicador de Execução Orçamentária das Funções</p> $IEOF = \frac{IEOF\ 2010 + IEOF\ 2011 + IEOF\ 2012 + IEOF\ 2013}{N^{\circ} \text{Períodos}}$
Etapa 4	<p>A quarta etapa apresenta graficamente o comparativo entre os indicadores do Governo Federal, do Estado do Paraná e dos Municípios pesquisados, nesta etapa são apresentados os indicadores de participação inicial das funções 18; 20 e 21 no orçamento; os indicadores de participação final das funções 18; 20 e 21 no orçamento; os indicadores de execução do orçamento global e os indicadores de execução das funções.</p>
Etapa 5	<p>A quinta etapa agrupou em um quadro os indicadores de execução global do orçamento e os indicadores de execução das funções, com base nestes indicadores foi possível gerar os índices de eficácia das funções 18; 20 e 21 do Governo Federal e do Estado do Paraná e dos Municípios pesquisados, para possibilitar a comparação do desempenho dos municípios foi criado o Índice de Eficácia Média da Execução Orçamentária das Funções nos Municípios utilizando as seguintes equações:</p> <p style="text-align: center;">Índice de Eficácia da Execução Orçamentária das Funções</p> $IEE = \frac{IEOF}{IEGO}$ <p style="text-align: center;">Índice de Eficácia Média na Execução Orçamentária das Funções Municipais</p> $IEME OFM = \frac{\sum IEE OF_n}{12}$

QUADRO 3 - Etapas do trabalho de pesquisa

(conclui)

Fonte: O autor, 2016

4.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na primeira etapa do estudo foram selecionados os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentaria - RREO, de onde foram extraídos os valores globais finais apresentados do período de análise e os valores destinados as funções selecionadas, como resultado esta etapa gerou a Tabela 31 que apresenta os indicadores anuais de participação final e o indicador de participação final das funções 18; 20 e 21 no orçamento do Governo Federal, do Estado do Paraná e dos Municípios pesquisados.

TABELA 31 - Indicador de participação das funções 18; 20 e 21 no orçamento final do Governo Federal, do Estado do Paraná e dos municípios pesquisados

Brasil	2010	2011	2012	2013	IPFFO
Indicadores Governo Federal	2,41%	2,29%	2,26%	2,60%	2,39%
Estado do Paraná	2010	2011	2012	2013	Indicador
Indicadores Estado do Paraná	2,14%	2,16%	2,17%	2,06%	2,13%
Municípios	2010	2011	2012	2013	Indicador
Foz do Iguaçu	0,08%	0,38%	0,15%	0,25%	0,21%
Santa Terezinha de Itaipu	4,14%	4,77%	4,57%	6,07%	4,89%
São Miguel do Iguaçu	4,10%	6,14%	6,51%	6,45%	5,80%
Itaipulândia	7,90%	8,09%	5,16%	5,79%	6,74%
Missal	9,18%	6,91%	5,42%	6,63%	7,03%
Santa Helena	8,92%	8,56%	7,50%	6,10%	7,77%
São José das Palmeiras	9,67%	5,81%	5,60%	7,17%	7,06%
Entre Rios do Oeste	4,76%	5,87%	5,17%	5,37%	5,29%
Pato Bragado	7,08%	8,48%	7,33%	6,17%	7,27%
Marechal Cândido Rondon	7,44%	7,07%	4,55%	4,97%	6,01%
Mercedes	7,27%	7,32%	5,92%	8,26%	7,19%
Guaira	4,81%	4,58%	3,50%	5,00%	4,47%
Média de participação dos Municípios	6,28%	6,16%	5,11%	5,68%	5,81%

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO do Governo Federal, do Estado do Paraná e dos Municípios pesquisados

A Tabela 31 apresenta o indicador de participação das funções 18; 20 e 21 no orçamento do Governo Federal, no Estado do Paraná e nos Municípios objeto da pesquisa, a média das participação das funções no orçamento final dos Municípios para o período ficou em 5,81%, sendo que 7 Municípios (58%) apresentaram percentuais acima da média encontrada, os maiores percentuais foram encontrados nos Municípios de Santa Helena 7,77%, Pato Bragado 7,27% e Mercedes com 7,19%, 5 Municípios (42%) apresentaram valores abaixo da média, os menores percentuais foram registrados nos Municípios de Foz do Iguaçu 0,21%, Guaira 4,47% e Santa Terezinha de Itaipu com 4,89%. No mesmo período o Governo Federal apresentou o percentual de 2,39% e o Estado do Paraná 2,13% para o mesmo indicador.

Na segunda etapa foram segregados do RREO o valor final do orçamento e o valor executado no período. Com estes dados elaborou-se a Tabela 32, onde foram relacionados os indicadores anuais de execução do global do orçamento e o indicador de execução global do orçamento do Governo Federal, do Estado do Paraná e dos Municípios pesquisados no período estudado.

TABELA 32 - Indicador de execução global do orçamento do Governo Federal, do Estado do Paraná e dos municípios pesquisados

Brasil	2010	2011	2012	2013	Média
Indicadores Governo Federal	89,92%	89,69%	90,23%	89,92%	89,91%
Estado do Paraná	2010	2011	2012	2013	Média
Indicadores Estado do Paraná	91,81%	93,09%	91,25%	87,28%	90,86%
Municípios	2010	2011	2012	2013	Média
Foz do Iguaçu	91,56%	96,06%	97,28%	90,03%	93,73%
Santa Terezinha de Itaipu	85,37%	88,23%	91,30%	86,21%	87,78%
São Miguel do Iguaçu	86,32%	89,42%	93,00%	88,66%	89,35%
Itaipulândia	80,74%	86,72%	95,87%	93,53%	89,21%
Missal	89,79%	92,33%	97,28%	92,83%	93,06%
Santa Helena	83,82%	94,45%	92,63%	86,09%	89,25%
São José das Palmeiras	92,19%	92,97%	85,24%	80,25%	87,66%
Entre Rios do Oeste	85,85%	78,51%	87,85%	84,52%	84,18%
Pato Bragado	88,22%	88,81%	89,08%	86,56%	88,17%
Marechal Cândido Rondon	72,70%	76,20%	84,66%	87,24%	80,20%
Mercedes	88,76%	83,25%	92,30%	94,02%	89,58%
Guaíra	68,49%	71,33%	72,58%	70,25%	70,67%
Média	84,48%	86,52%	89,92%	86,68%	86,90%

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO do Governo Federal, do Estado do Paraná e dos Municípios pesquisados

A Tabela 32 apresenta o indicador de execução global do orçamento do Governo Federal, no Estado do Paraná e nos Municípios objeto da pesquisa, a média das execuções do orçamento nos Municípios para o período ficou em 86,90%, sendo que 9 Municípios (75%) apresentaram percentuais acima da média encontrada de 86,90%, os maiores percentuais foram encontrados nos Municípios de Foz do Iguaçu 93,73%, Missal 93,06% e Mercedes com 89,58%, 3 Municípios (25%) apresentaram valores abaixo da média, os menores percentuais foram registrados nos Guaíra 70,67%, Marechal Cândido Rondon 80,20% e Entre Rios do Oeste com 84,18%, no mesmo período o Governo Federal apresentou o percentual de execução global de 89,91% e o Estado do Paraná 90,86% para o mesmo indicador.

Na terceira etapa foram extraídos do RREO o valor final do orçamento e o valor executado no período para as funções 18; 20 e 21, com estes dados foi possível criar a Tabela 33, onde foram relacionados os indicadores anuais de execução das funções no orçamento e o indicador de execução das funções no orçamento do Governo Federal, do Estado do Paraná e dos Municípios pesquisados no período.

TABELA 33 - Indicador de execução das funções 18; 20 e 21 no orçamento dos municípios.

Brasil	2010	2011	2012	2013	Média
Indicadores Governo Federal	74,87%	77,93%	72,16%	81,38%	76,59%
Estado do Paraná	2010	2011	2012	2013	Média
Indicadores Estado do Paraná	67,84%	71,73%	79,86%	75,48%	73,73%
Municípios	2010	2011	2012	2013	Média
Foz do Iguaçu	87,76%	60,27%	98,80%	78,52%	81,34%
Santa Terezinha de Itaipu	87,40%	80,35%	78,25%	70,00%	79,00%
São Miguel do Iguaçu	81,35%	82,60%	87,24%	94,10%	86,32%
Itaipulândia	70,94%	81,86%	88,21%	96,85%	84,46%
Missal	87,13%	89,51%	99,29%	96,69%	93,16%
Santa Helena	88,71%	94,04%	93,00%	82,70%	89,61%
São José das Palmeiras	98,35%	96,96%	73,92%	78,20%	86,86%
Entre Rios do Oeste	91,63%	63,65%	90,12%	79,27%	81,17%
Pato Bragado	84,23%	74,23%	85,94%	80,04%	81,11%
Marechal Cândido Rondon	60,04%	81,39%	86,44%	83,46%	77,83%
Mercedes	91,96%	83,21%	79,64%	95,22%	87,51%
Guaira	38,60%	77,41%	50,91%	58,21%	56,28%
Média	80,67%	80,46%	84,31%	82,77%	82,05%

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO do Governo Federal, do Estado do Paraná e dos Municípios pesquisados

A Tabela 33 apresenta o indicador de execução das funções 18;20 e 21 no orçamento do Governo Federal, no Estado do Paraná e nos Municípios objeto da pesquisa, a média das execuções das funções 18: 20 e 21 no orçamento dos Municípios para o período ficou em 82,05%, sendo que 6 Municípios (50%) apresentaram percentuais acima da média encontrada, os maiores percentuais foram encontrados nos Municípios de Missal 93,16%, Santa Helena 89,61% e Mercedes com 87,51%, 5 Municípios (50%) apresentaram valores abaixo da média, os menores percentuais foram registrados nos municípios de Guaira 56,28%, Marechal Cândido Rondon 77,83% e Santa Terezinha de Itaipu com 79,00%, no mesmo período o Governo Federal apresentou o percentual de execução para as funções 18; 20 e 21 de 76,59% e o Estado do Paraná 73,73% para o mesmo indicador.

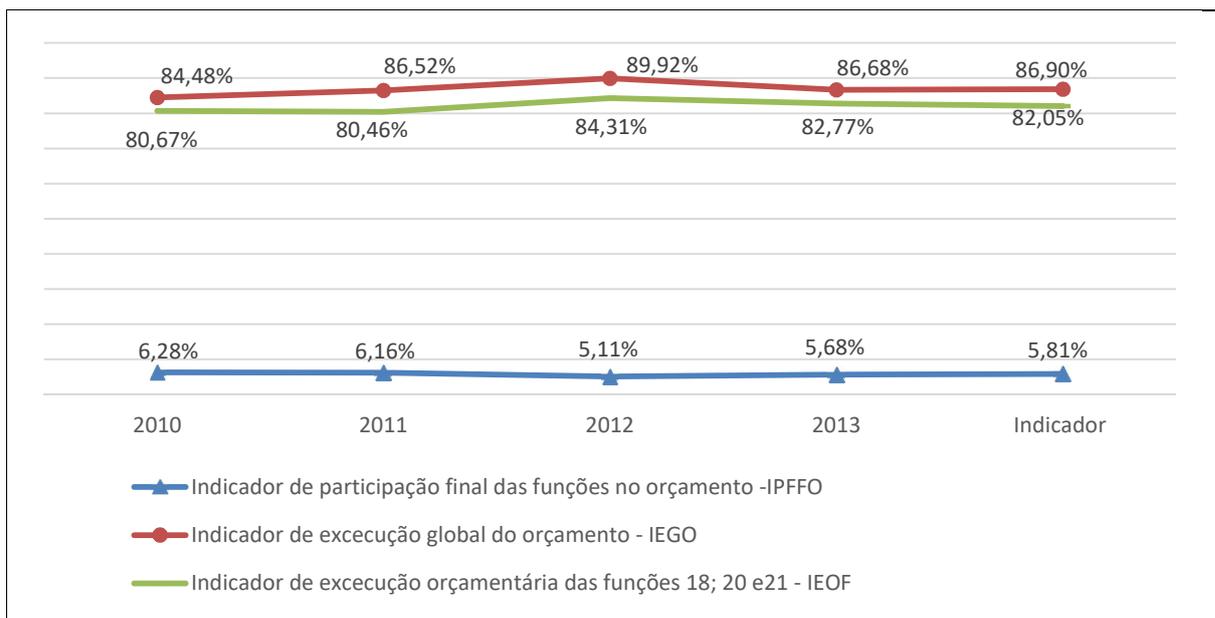


FIGURA 22 - Representação gráfica dos indicadores de participação final das funções; indicadores de execução global do orçamento e os indicadores de participação das funções 18; 20 e 21 no orçamento dos Municípios pesquisados. Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO dos Municípios pesquisados.

A Figura 22 apresenta os indicadores de participação; os indicadores de execução global do orçamento e o indicador de execução para as funções objetos deste estudo, o indicador de participação das funções no orçamento dos municípios revela que a participação das funções foi maior nos dois primeiros anos 2010 e 2011, no terceiro ano 2012 este percentual diminuiu em 1,05%, mostrando uma leve recuperação em 2013, o indicador de participação final das funções foi de 5,81%.

Os indicadores de execução global do orçamento e os indicadores de execução orçamentária para as funções anuais apresentaram desempenhos semelhantes, a exceção foi o período de 2012, onde a diferença entre os dois indicadores foi de 5,61%, os indicadores de execução do orçamento global e das funções para o período apresentaram respectivamente, 86,09% e 82,05%.

A quarta etapa apresenta graficamente o comparativo entre os indicadores do Governo Federal, do Estado do Paraná e dos Municípios pesquisados, nesta etapa são apresentados os indicadores de participação final das funções 18; 20 e 21 no orçamento; os indicadores de execução do global do orçamento e os indicadores de execução das funções.

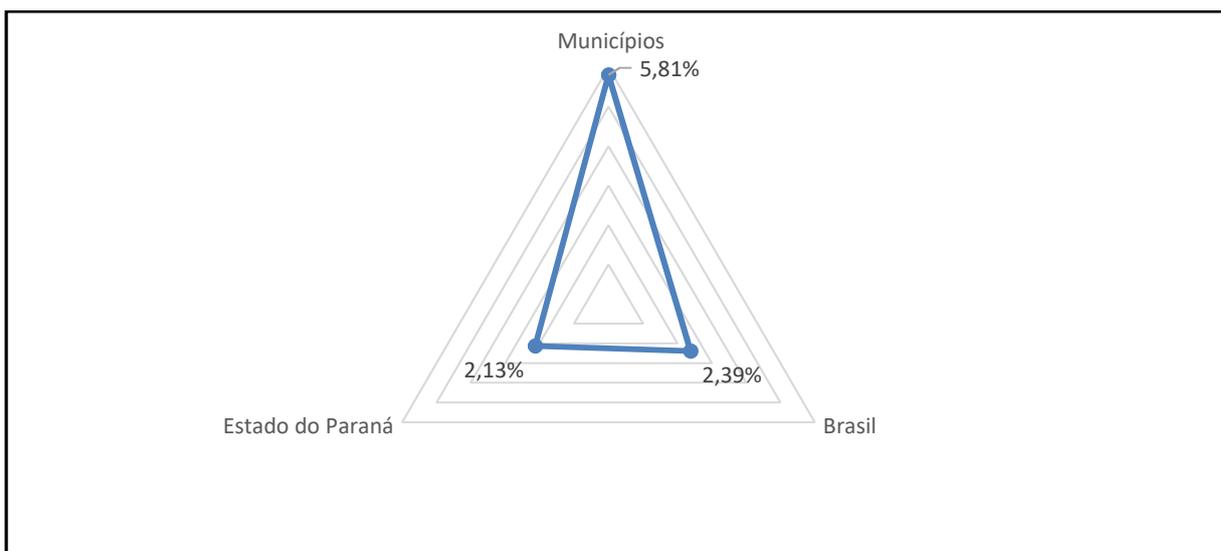


FIGURA 23 - Indicador de participação final das funções 18; 20 e 21 no orçamento
Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO do Governo Federal, Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO Estado do Paraná e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO dos Municípios pesquisados.

A Figura 23 compara os percentuais apresentados pelo Indicador de participação final das funções 18, 20 e 21 no orçamento, no período de 2010 a 2013, os Municípios Lindeiros pesquisados apresentaram uma participação de 5,81% das funções 18; 20 e 21 no orçamento, este percentual é 243,10% maior que o valor investido pelo Governo Federal de 2,39% e 272,77% maior que o investimento realizado pelo Estado do Paraná, de 2,13%.

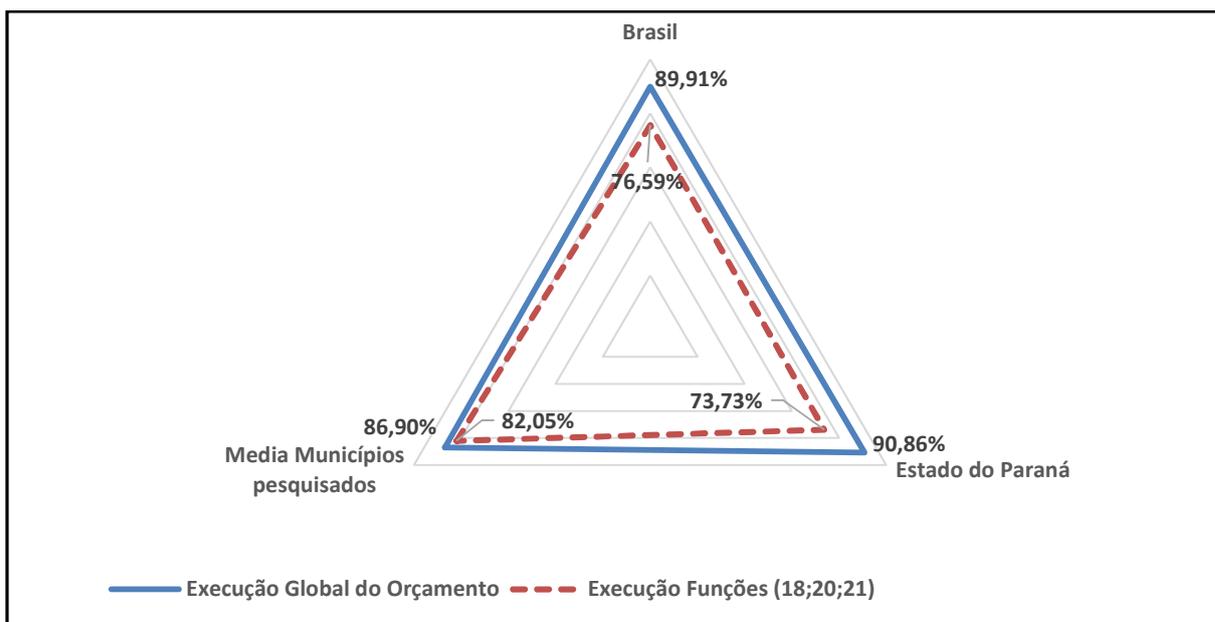


FIGURA 24 - Indicadores de execução do orçamento geral x execução das funções 18; 20 e 21.

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO do Governo Federal, Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO Estado do Paraná e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO dos Municípios pesquisados.

A Figura 24 evidencia que a melhor média de execução global do orçamento pertence ao Estado do Paraná, a média apresentada no período pelo estado do Paraná foi de 90,86%. O Governo Federal ficou com uma execução média de 89,91% e os Municípios Lindeiros com 86,90%. Porém, quando analisados os indicadores de execução orçamentária das funções surge o inverso. Os Municípios Lindeiros apresentam uma execução média para o período de 82,05%, o Governo Federal 76,59% e por último o Estado do Paraná com 73,73%. Nota-se claramente que o Estado do Paraná é o que melhor executa seu orçamento global, mas quando se trata de investir nas funções analisadas por este estudo o estado apresenta o pior desempenho.

Na sequência são apresentados na Tabela 34 os indicadores de eficácia da execução global orçamentária (IEGO) e o indicador de execução orçamentária das funções (IEOF) para cada município pesquisado. Com a obtenção destes dois indicadores foi possível criar o Índice de Eficácia da Execução Orçamentária das Funções (IEEOF), por último, mais não menos importante foi necessário encontrar o Índice de Eficácia Média da Execução Orçamentária das Funções Municipais (IEME OFM).

TABELA 34 - Índice de Eficácia da Execução Orçamentária das Funções 18; 20 e 21 e o Índice de Eficácia Média da Execução Orçamentária das Funções 18; 20 e 21 nos Municípios Lindeiros.

Municípios	Indicador (IEGO)	Indicador (IEOF)	Índice (IEEOF)
Foz do Iguaçu	94%	81%	0,87
Santa Terezinha de Itaipu	88%	79%	0,90
São Miguel do Iguaçu	89%	86%	0,97
Itaipulândia	89%	84%	0,95
Missal	93%	93%	1,00
Santa Helena	89%	89%	1,00
São José das Palmeiras	88%	87%	0,99
Entre Rios do Oeste	84%	81%	0,96
Pato Bragado	88%	81%	0,92
Marechal Cândido Rondon	80%	78%	0,97
Mercedes	90%	88%	0,98
Guaira	71%	56%	0,80
IEMEOFM	87%	82%	0,94

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO do Governo Federal, Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO Estado do Paraná e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO dos Municípios pesquisados.

De posse do indicador de execução global do orçamento (IEGO) e o indicador de execução orçamentária das funções (IEOF), foi possível encontrar o Índice de Eficácia da Execução Orçamentária das Funções (IEEOF) do Governo Federal, do Estado do Paraná e dos Municípios Lindeiros.

Quando o quociente deste índice for superior a 1, significa que a execução orçamentária das funções é superior à execução da despesa global do orçamento. Se o resultado do quociente for igual a 1, haverá equilíbrio, pois, a quantidade executada nas funções objetos deste estudo será igual às executadas no orçamento global, nas Figuras 25 e 26 este ponto de equilíbrio está representado por uma linha pontilhada. Além disso, se, finalmente, o quociente for menor que 1, significa uma execução abaixo da execução do orçamento global.

A Figura 25 apresenta graficamente o desempenho dos Municípios Lindeiros.

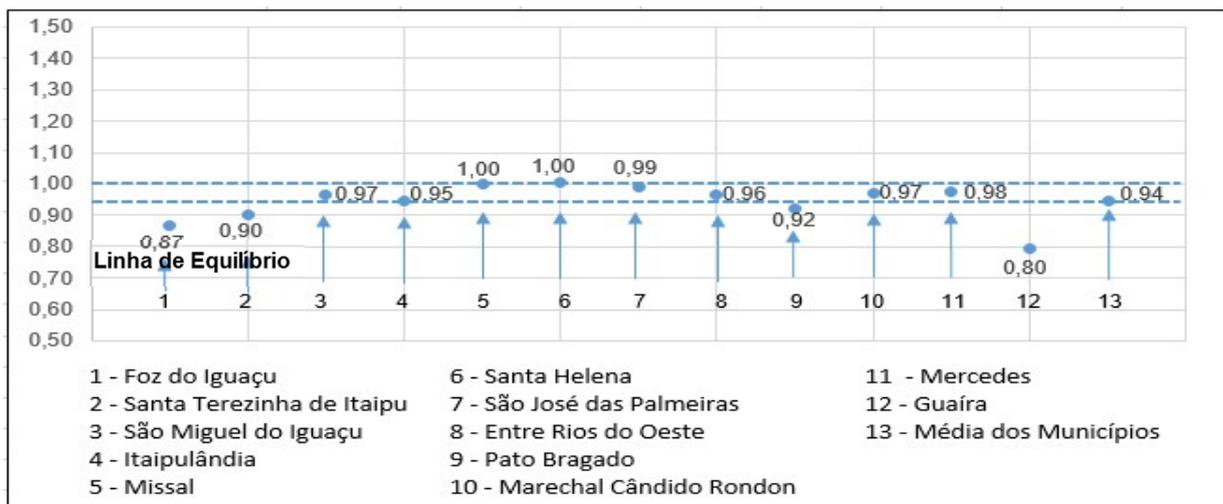


FIGURA 25 - Índice de eficácia da execução orçamentária das funções 18; 20 e 21 – IEEOF dos Municípios Lindeiros.

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO do Governo Federal, Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO Estado do Paraná e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO dos Municípios pesquisados.

A Figura 26 apresenta o Índice de cada Município Lindeiro pesquisado, e o ponto de equilíbrio está representado por uma linha pontilhada.

A segunda linha pontilhada que representa o Índice de Eficácia Média na Execução Orçamentária das Funções Municipais de 0,94, nota-se que apenas 25% dos Municípios estão em situação de equilíbrio, e que 42% dos municípios se encontram entre a linha que representa o índice 0,94 e a linha de equilíbrio e que 33% dos Municípios apresentam desempenho inferior ao Índice médio.

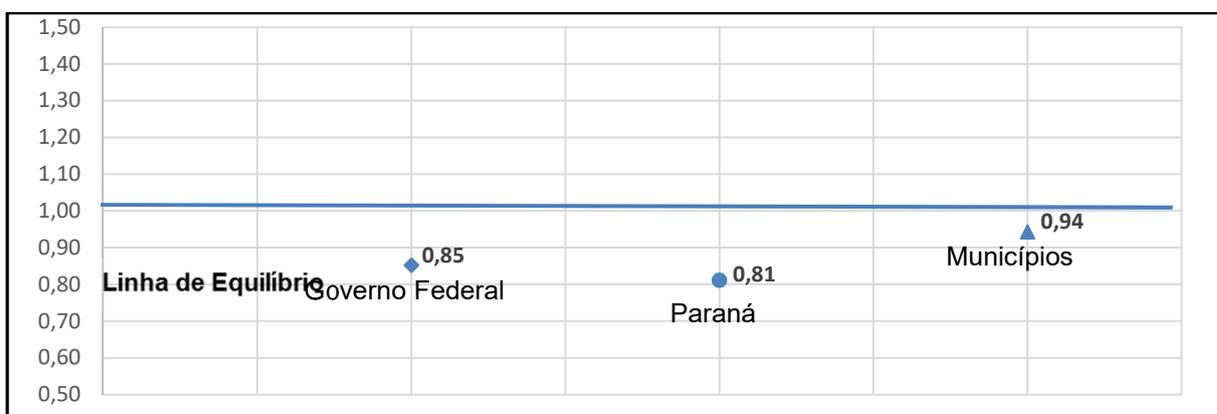


FIGURA 26 - Indicador de eficácia da execução orçamentária das funções 18; 20 e 21 – IEEOF do Governo Federal, Estado do Paraná e Municípios pesquisados.

Fonte: Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO do Governo Federal, Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO Estado do Paraná e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO dos Municípios pesquisados.

Portanto, em resposta à pergunta do estudo, no período de 2010 a 2013 o Estado do Paraná apresentou um índice de eficácia da execução orçamentária de 0,81, o Governo Federal apresentou um índice de 0,85 e os Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu apresentaram um Índice de 0,94. Isso significa que os três entes da Federação executaram seus orçamentos voltados ao Desenvolvimento Rural Sustentável de maneira pouco eficaz, pois estes deveriam ser executados, no mínimo, na mesma proporção do orçamento global.

Ao comparar o desempenho constatou-se que os Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu são mais eficazes com relação a execução do orçamento das funções ligadas ao Desenvolvimento Rural sustentável. É importante ressaltar que no período de estudo o Estado do Paraná apresentou um desempenho melhor na execução do orçamento global de 90,86%, contra os 89,91% do Governo Federal e os 86,90% dos Municípios. Porém este desempenho global não se manteve para as funções ligadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável, nestas funções o Estado do Paraná registrou apenas 73,73%, já o Governo Federal apresentou 76,59% e os Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu mostraram-se mais eficazes executando 82,05% das despesas previstas.

4.5 CONCLUSÕES

Nos últimos anos o Brasil tem exercido papel de destaque na produção mundial de alimentos, a demanda interna e externa incentivam o aumento da produção do setor, o estado por sua vez tem papel fundamental neste processo, pois a ele cabe desenvolver políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento rural e minimizem os danos ambientais, tanto o Governo Federal quanto o Estado do Paraná e os Municípios lindeiros ao Lago de Itaipu compreendem a importância do desenvolvimento rural aliado a sustentabilidade, esta visão está estruturada em seus orçamentos.

Os planos concebidos para o desenvolvimento rural pelo Governo Federal, pelo Estado do Paraná e pela maioria dos Municípios Lindeiros tem sido executados em proporção menor que os orçamentos globais, para que atinjam sua máxima eficácia na utilização dos recursos, os governos devem planejar seus orçamentos e monitorar suas execuções de forma a evitar que estes sejam relegados ao segundo plano.

Esta pesquisa abordou um tema relevante ao Desenvolvimento Rural Sustentável, ao demonstrar que os Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu investem em e executam melhor seus orçamentos voltados ao meio rural. Embora o Índice Médio dos Municípios pesquisados não tenha atingido o nível ideal de execução do orçamento para as funções ligadas ao desenvolvimento rural sustentável no período de 2010 a 2013, apresentou um Índice de eficácia da execução orçamentária melhor que o Governo Federal e o Estado do Paraná.

Para estudos futuros, sugere-se que esta pesquisa seja realizada no encerramento do ciclo do Plano Plurianual de 2014 a 2017, pois assim será possível avaliar se este cenário se modificou para este novo período do PPA.

Portanto, em um mundo com recursos cada vez mais limitados é necessário harmonizar a relação do ser humano com o ambiente ao qual está inserido. Os agentes públicos têm a importante missão de compreender este cenário e buscar alternativas que preservem o meio ambiente e melhorem a qualidade de vida dos cidadãos. Para atingir estes objetivos e sobretudo preservar a continuidade de nossa espécie em um ambiente ecologicamente equilibrado, a gestão eficaz dos orçamentos públicos é fundamental.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. **RAP**. Rio de Janeiro 39(2):401-20, Mar./Abr. 2005.

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade pública: Da Teoria à prática**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo, Editora 34. 2011.

BOFF, Leonardo. Como cuidar da terra. In: Cuadernodel segundo encuentro de formación del círculo de aprendizaje permanente II (CAP II). Proceso formativo 2008. VIEZZER, Moema; SBARDELINI, Elisabeth; Secretaria Ejecutiva (Orgs.). **Parque Tecnológico Itaipu**, Foz do Iguaçu, Paraná, 2008

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Portal do Planalto. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acessado em: 28 jul. 2016.

_____. Lei Complementar n.º101, de 04 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Portal do Planalto. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acessado em: 28 agosto de 2016.

_____. Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999. Ministério do Orçamento e Gestão. **Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; estabelece conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais e dá outras providências**. Disponível em:

<<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>> Acessado em: 18 set. 2016.

CAMARGO, Francielle de O; GUIMARÃES, Klicia Maria S. **O Princípio da Eficiência na Gestão Pública**. Revista CEPPG, nº 28, 2013.

CMMAD - COMISIÓN MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DEL DESARROLLO. **Nuestro futuro común**. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

CONTO, Angelita Adriane de; GALANTE, Celso; OENNING, Vilmar. **Mensuração da Eficácia na Gestão de Recursos Públicos**. In: 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2008, Gramado – Rs. Anais Gramado: CBC 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo; (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009

GOMES, Josir Simeone; SALAS, Joan Maria Amat. **Controle de Gestão: uma abordagem contextual e organizacional**. São Paulo: Atlas, 1997.

GREGOLIN, Marcos Roberto Pires; CORBARI, Fábio; GREGOLIN, Graciela Caroline; ZONIN, Valdecir José; ZONIN, Wilson João. A Contribuição do projeto “Gestores de Cadeias produtivas Rurais” no programa de desenvolvimento regional sustentável – DRS do Banco do Brasil: um estudo de caso no município de Catanduvas, Território Cantuquiriguaçu – PR. **Revista Conexão UEPG**, V. 10, n. 2, - jul/nov. 2014.

JUND, Sergio. **Administração, Orçamento e Contabilidade Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: Teoria e prática**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; **Gestão Pública: tributação e orçamento; lei de responsabilidade fiscal; tópicos em contabilidade pública; gestão pública no Brasil, de JK a Lula; administração financeira e orçamentária; finanças públicas nos três níveis de governo**, 1. ed. São Paulo, Saraiva, 2008.

PARANÁ. LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2011**. Disponível em <http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos%20PDF%20AAF/Demonstrativo_AFF_LOA_2011.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2015.

_____. LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2012**. Disponível em <http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos%20PDF%20AAF/Demonstrativo_AFF_LOA_2012.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2015.

_____. LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2013**. Disponível em <http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos%20PDF%20AAF/Demonstrativo_AFF_LOA_2013.pdf>. Acessado em 27 de janeiro de 2015.

PMERO - Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste – **Portal da transparência**. Disponível em <200.150.71.137/giig/portais/portaldatransparencia/defaultPortalV2.aspx> Acessado no período de janeiro a setembro de 2016.

PMFI - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu – **Portal da transparência.**

Disponível em

<www2.pmfi.pr.gov.br/giig/portais/portaldatransparencia/defaultPortalV2.aspx>

Acessado no período de janeiro a setembro de 2016.

PMG - Prefeitura Municipal de Guaíra – **Portal da transparência.** Disponível em

<<https://guaira.atende.net/?pg=transparencia#!/>> Acessado no período de janeiro a setembro de 2016.

PMI - Prefeitura Municipal de Itaipulândia – **Portal da transparência.** Disponível em

<<http://www.itaipulandia.pr.gov.br/transparencia-publica>> Acessado no período de janeiro a setembro de 2016.

PMM - Prefeitura Municipal de Mercedes – **Portal da transparência.** Disponível em

<<http://www.mercedes.pr.gov.br/transparencia.php>> Acessado no período de janeiro a setembro de 2016.

PMM - Prefeitura Municipal de Missal – **Portal da transparência.** Disponível em

<http://portaltransparencia.missal.pr.gov.br/> Acessado no período de janeiro a setembro de 2016.

PMMCR - Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon – **Portal da**

transparência. Disponível em <<http://www.mcr.pr.gov.br/contaspublicas>> Acessado no período de janeiro a setembro de 2016.

PMPB - Prefeitura Municipal de Pato Bragado – **Portal da transparência.**

Disponível em <<http://www.patobragado.pr.gov.br/portaldatransparencia>> Acessado no período de janeiro a setembro de 2016.

PMSH - Prefeitura Municipal de Santa Helena – **Portal da transparência.**

Disponível em <<https://santahelena.atende.net/?pg=transparencia#!/>> Acessado no período de janeiro a setembro de 2016.

PMSJP - Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras – **Portal da**

transparência. Disponível em <<http://www.sjpalmeiras.pr.gov.br/principal/>> Acessado no período de janeiro a setembro de 2016.

PMSMI – Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu - **Portal da transparência.**

Disponível em <<http://transparencia.saomiguel.pr.gov.br:8081/portaltransparencia/>> Acessado no período de janeiro a setembro de 2016.

PMSTI – Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu - **Portal da**

transparência. Acessado em <<http://www.stitaipu.pr.gov.br/portal-da-transparencia.html>> Acessado no período de janeiro a setembro de 2016.

QUINTANA, Alexandre Costa; et. al. **Contabilidade pública:** De acordo com as novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas no setor público e a Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo. Atlas, 2011.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SEPL - Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2010**. Disponível em <<http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Orçamento/AFF/AFF2010.pdf>>. Acessado em 29 de agosto de 2016.

SEPL - Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2011**. Disponível em <<http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Orçamento/AFF/AFF2011.pdf>>. Acessado em 29 de agosto de 2016.

SEPL - Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2012**. Disponível em <http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Orçamento/AFF/Demonstrativo_AFF_LOA_2012.pdf>. Acessado em 29 de agosto de 2016.

SEPL - Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral LOA - **Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2013**. Disponível em <http://http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/responsabilidade_fiscal/publicacoes/2013/20136B/anexo_ii_Funcao_SubFuncao.pdf>. Acessado em 29 de agosto de 2016.

SHIELDS, D.; SOLAR, S.; MARTIN, W. **The role of values and objectives in communicating indicators of sustainability**. *Ecological Indicator*, v. 2, n. 1-2, p. 149-160, nov. 2002.

SILVA, Nardel Luiz Soares; ZAMPIER, Igor Felipe; PASTORIO, Inês Terezinha; WAMMES, Leoní Terezinha; GREGOLIN, Marcos Roberto; SORNBERGER, Neimar Afonso. **Perfil dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável no território Centro-Sul do Paraná**. Colóquio - *Revista do Desenvolvimento Regional*. Taquara, v. 12, n. 2, p.177-186. Jul/dez 2015.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do setor público**. 1º. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2011.

TESOURO NACIONAL – **Relatório Resumido da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2010**. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RROdez2010.pdf/bf2d4387-f962-4691-bc52-851f23af5b14>>. Acessado em 18 de agosto de 2016.

TESOURO NACIONAL – **Relatório Resumido da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2011**. Disponível em <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RROdez2011.pdf/4acb87ed-ac73-42b8-8c30-5d64bb80c633>>. Acessado em 18 de agosto de 2016.

TESOURO NACIONAL – **Relatório Resumido da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2012**. Disponível em <

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/137713/RROdez2012.pdf>>. Acessado em 18 de agosto de 2016.

TESOURO NACIONAL – **Relatório Resumido da Execução Física e Financeira do Orçamento - Exercício 2012**. Disponível em <
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/352657/RROdez2013.pdf/0dfdfc4-70d2-4158-980a-8c763d57f9a9>>. Acessado em 18 de agosto de 2016.

TCEPR – Tribunal de contas do Estado do Paraná – **Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF Municipais**. Disponível em <
<http://servicos.tce.pr.gov.br/consultas/RelatoriosLRFsolicitarNovo.aspx>> Acessado no período de janeiro a setembro de 2016.

CONCLUSÕES GERAIS

No capítulo I evidenciou-se a forte vocação agrária da região, a pesquisa atingiu seu objetivo ao apresentar as características gerais das estruturas públicas votadas ao Desenvolvimento Rural, suas necessidades de estudo e principalmente apresentando suas necessidades para o desenvolvimento das ações das secretarias.

Um ponto interessante a ser destacado é que apenas dois dos municípios pesquisados possuem Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, são eles Marechal Cândido Rondon e Missal. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural é um mecanismo de captação de recursos financeiros para implementação de ações ligadas ao setor rural, os programas e projetos fomentados através do fundo podem contar com a participação de outras instituições.

O Município de Missal instituiu o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural há mais de 20 anos, os recursos do FMDR representam 25% dos royalties do Tratado Itaipu recebidos pelo município. Os reflexos da criação deste fundo pode ser vistos quando analisados os Índices de Eficácia Orçamentaria destes municípios, Marechal Candido Rondon apresenta 0,97 e Missal 1,00, ou seja, estes municípios apresentam excelentes resultados na execução de seus recursos orçamentários.

Em todos os municípios pesquisados foram encontradas parcerias para a realização das atividades ligadas a agricultura e meio ambiente, 70% destas parcerias são com entes públicos, neste ponto destaca-se a UNIOESTE e a Usina de Itaipu. A UNIOESTE tem se destacado na região como um importante parceiro dos municípios pesquisados, realizando uma série de estudos que tem ajudado a desenvolver ações e políticas públicas que auxiliam no desenvolvimento rural. Outro parceiro importante é a Usina Hidroelétrica de Itaipu, que por meio do programa Cultivando Água Boa tem estabelecido uma rede de proteção aos recursos naturais da Bacia Hidrográfica do Paraná 3, contando com aproximadamente 2.000 parceiros (entes públicos e privados), atualmente desenvolve 20 programas e 65 ações, estas ações vão desde a recuperação de microbacias, a proteção das matas ciliares e da biodiversidade, até a disseminação de valores e saberes que contribuem para a formação de cidadãos dentro da concepção da ética do cuidado e do respeito com o meio ambiente. É importante ressaltar que instituir o Fundo Municipal de

Desenvolvimento Rural em todos os municípios lindeiros, será ação efetiva no desenvolvimento rural.

Ficou evidenciado que segundo a visão dos agentes públicos entrevistados, as maiores necessidades se originam pela falta de recursos financeiros.

Nos capítulos II, III e IV, as tabelas comparativas entre o Governo Federal, Estado do Paraná e os Municípios lindeiros pesquisados evidenciou que as administrações municipais investem e executam melhor seus orçamentos voltados ao meio rural. Embora o Índice Médio dos Municípios pesquisados não tenha atingido o nível ideal de execução do orçamento para as funções ligadas ao desenvolvimento rural sustentável no período de 2010 a 2013, este apresentou um índice de eficácia da execução orçamentária significativamente melhor.

Este trabalho não esgotou o tema abordado. A análise sobre as condições encontradas em um determinado período, como qualquer estudo desta natureza permitiu que sejam exploradas novos períodos. Deste modo, sugere-se que seja ampliado o período de análise dos dados sobre a gestão dos recursos votados ao desenvolvimento rural sustentável e que a pesquisa seja ampliada a todos os municípios lindeiros ao Lago da Usina Hidroelétrica de Itaipu, tanto no Brasil, quanto no Paraguai, pois a sustentabilidade para garantir recursos as gerações futuras não se encontram encarceradas nas fronteiras criadas pelo homem.

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DA PESQUISA

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A. Identificação: B. Sistema Municipal de apoio a Agricultura: C. Recursos Humanos da Secretaria: D. Infraestrutura e Equipamentos: E. Orçamento e Parcerias: F. Economia e Desenvolvimento Rural
--

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	
Formulário Estruturado.	
Município: _____	Data da coleta: ____ / ____ /20 ____
Informante: _____	Cargo: _____
Telefone do contato: _____	E-mail: _____
A. Identificação:	
A1) Nome do Responsável (Secretário, chefe de departamento (a)):	
A2) Formação: () Pós Graduado () Graduação () Ensino Médio () Ensino Fundamental Área de Formação: _____	
A2) Tempo de atividade no cargo: _____	
A3) Endereço do Órgão: _____	
A4) Telefone do Órgão: _____ A5) E-mail do Órgão: _____	
B. Sistema Municipal de apoio a Agricultura:	
B1) Possui Órgão Municipal de Agricultura: () Sim () Não	
B2) Se sim, tal órgão é: () Sec. Exclusiva () Sec. Conjunta () Setor Subordinado	
Nome Órgão: _____	
B3) Em que ano foi instituída o Órgão Municipal de Agricultura: _____	
B4) Entre as funções desenvolvidas pelo órgão, estão: () Fiscalização () Educação Ambiental () Capacitação () Monitoramento dos recursos naturais () Licenciamento Ambiental () Outros: _____	
B5) Possui Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural: () Sim () Não	
B6) Com que periodicidade o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural se reuniu nos últimos 12 meses: () 1 vez por semana () 1 vez por mês () A cada 2 meses () A cada 3 meses () Outra, especificar: _____	
B7) Possui Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, instituído por lei: () Sim () Não	

B8) Em que ano foi instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural:

B20) Possui Política (ou Código) Desenvolvimento Rural: () Sim () Não

B21) Possui legislação própria disciplinando o Desenvolvimento Rural e as sanções administrativas pelo seu descumprimento: () Sim () Não

B22) Possui Plano de Desenvolvimento Rural, aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, de acordo com as características locais e regionais: () Sim () Não

B23) Possui Plano Diretor de Desenvolvimento Rural: () Sim () Não

B24) O município está elaborando o Plano Diretor? () Sim () Não

B25) Em que ano foi elaborado: _____

B26) O município está revendo o Plano Diretor? () Sim () Não

B27) Possui Lei de Diretrizes Urbanas: () Sim () Não

B28) Possui Lei de Diretrizes Rurais: () Sim () Não

B29) Qual o número de propriedades rurais existentes no município, e qual o percentual delas são atendidas pela secretaria?

B30) Qual a porcentagem de:

a) Pequena Propriedade - até 4 (quatro) módulos fiscais; _____

b) Médias propriedades – de 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais _____

c) Grandes propriedades acima de 15 (quinze) módulos fiscais. _____

B31) Quais os principais programas desenvolvidos voltados as Pequenas Propriedades Rurais?

() Apoio Técnico

() Maquinas para empréstimo

() Cursos e palestras

() Financeiro

Outros _____

C. Recursos Humanos da Secretaria:

C1) Número total de profissionais trabalhando na Secretaria: _____

Número de Diretores: _____

Número de servidores efetivos: _____

Número de servidores comissionados: _____

Números de Estagiários _____

Número de profissionais na administração: _____

Número de profissionais na área técnica: _____

Número de profissionais de serviços gerais: _____

D. Infraestrutura e Equipamentos:

D1) Possui sede: () Sim () Não

D2) Número de salas: _____

D3) A sede é: () Própria () Alugada

D4) Possui computador: () Sim () Não

D5) Quantidade: _____

D7) Possui carro: () Sim () Não

D8) Quantidade: _____

D9) Modelo(s): _____

D10) Ano(s): _____

D11) Possui moto: () Sim () Não

D12) Quantidade: _____

D15) Possui algum tipo de embarcação: () Sim () Não

D16) Quantidade: _____

D17) Tipo de embarcação: _____

D18) Ano(s): _____

D19) Possui GPS: () Sim () Não

D20) Quantidade: _____

D21) Tipo: () Geodésico () Navegação

D22) Modelo(s): _____

D26) Possui máquina fotográfica: () Sim () Não

D27) Quantidade: _____

D28) Modelo (s): _____

E. Orçamento e Parcerias:

E1) Fontes de orçamento da Secretaria:

() Própria () Prefeitura () Convênios () Projetos () Outras especificar: _____

E3) Percentual do orçamento provindo da prefeitura: _____

E4) Percentual do orçamento provindo de convênios _____

E5) Percentual do orçamento provindo de projetos: _____

E6) Possui parcerias:

() Sim () Não

E7) Número total de Parceiros: _____

E8) Sobre os tipos de parcerias:

Percentual de parcerias Pública _____

Percentual de parcerias Privada _____

Percentual de parcerias ONGs _____

E9) No que se refere ao desenvolvimento rural, que tipo de apoio o município demanda do governo estadual e/ou federal?

() Técnico () Financeiro () Infraestrutura () outros: _____

E10) Quanto ao desenvolvimento dos estudos e pesquisas, que tipo de informações/dados o município precisa para melhorar o desenvolvimento rural?

Economia e Desenvolvimento Rural

F1) Em ordem de importância, enumere cinco atividades econômicas do município ligadas a agricultura familiar. Em ordem de importância enumere 1º, 2º, 3º, 4º e 5º.

- () Bovinocultura Leiteira
- () Bovinocultura de corte
- () Suinocultura
- () Apicultura
- () Piscicultura
- () Avicultura de corte
- () Fruticultura
- () Silvicultura
- () Horticultura
- () Cultivo de Mandioca
- () Cultivo de Milho
- () Cultivo de Fumo
- () Cultivo de Soja
- (..) Agroindústrias

F2) Em seu município enumere cinco questões ligadas Desenvolvimento Rural que necessitam de mais atenção. Em ordem de importância enumere 1º, 2º, 3º, 4º e 5º.

- () Desmatamento ilegal
- () Queimada ilegal
- () Desmatamento de áreas de proteção permanente
- () Invasão
- () desflorestamento de áreas protegidas
- () reservas indígenas não demarcadas
- () Extração ilegal de produtos florestais
- () Contaminação da água
- () Contaminação do solo
- () Contaminação do ar (fumaça)
- () Descarte ilegal de resíduos líquidos
- () Descarte ilegal de lixo rural
- () Uso de agrotóxico ilegal
- () Outros:

F3) Selecione por grau de importância quais as principais necessidades enfrentadas pela Secretaria/Departamento:

- () Recursos Financeiros
- () Recursos Humanos
- () Estrutura Física (prédio/salas)
- () Máquinas e Equipamentos
- () Legislação de apoio
- () Parcerias com Governo Federal
- () Parcerias com Governo do Estado
- () Parcerias com Institutos de Pesquisa
- () Participação Popular

Outros:

APÊNDICE B - MODELO DE PEDIDO DE ACESSO A INFORMAÇÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR xxxxxxxxxx - Prefeito do Município de xxxxxxxx.

PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Welinton Camargo Ferreira, inscrito no CPF/MF sob nº 000.000.000-00, portador da cédula de identidade nº 0.00.000/PR residente e domiciliado na Alameda Francisco Valentim Trindade, nº 125, Jardim Esmeralda, CEP 85.852-370, Foz do Iguaçu/PR, vêm respeitosamente à presença de V. Exa, nos termos do artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição da República e da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), sem prejuízo de outros dispositivos legais aplicáveis, requerer as seguintes informações contábeis:

- Cópia da execução do orçamento **da Secretaria de Agricultura e do Meio Ambiente no período de 2010 a 2013**, constando o saldo inicial proposto, o valor orçamentário executado e o saldo final da execução orçamentária para o período.
- Cópia do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO Anexo II da Lei Complementar nº.101/00 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”) da Prefeitura Municipal **no período de 2010 a 2013**.

Em conformidade com a lei, o requerente informa que a prestação da resposta ao presente pedido poderá ser feita via e-mail no endereço welintonferreira@hotmail.com, ou via carta no endereço acima mencionado, ou ainda poderá ser deixado a disposição para que se possa confeccionar as cópias necessárias. Quaisquer dúvidas podem ser tiradas via e-mail ou telefone (45) 9986-5221 com Welinton Camargo Ferreira.

Termos em que
Pede deferimento.

Foz do Iguaçu, 02 de Junho de 2015.

WELINTON CAMARGO FERREIRA

**ANEXO A – QUADROS SINTETIZADOS DOS RELATORIOS RESUMIDOS DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Município de Foz do Iguaçu					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	460.850.000,00	573.606.197,74	24,47%	525.175.806,29	91,56%
Exercício de 2011	470.910.338,00	554.483.436,51	17,75%	532.640.347,19	96,06%
Exercício de 2012	529.090.000,00	618.411.159,34	16,88%	601.591.035,31	97,28%
Exercício de 2013	472.650.000,00	579.004.046,69	22,50%	521.286.359,52	90,03%
Total	1.933.500.338,00	2.325.504.840,28	20,27%	2.180.693.548,31	93,77%
Funções 18 Gestão Ambiental; 20 Agricultura e 21 Organização Agrária					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	1.127.095,00	452.150,90	-59,88%	396.827,76	87,76%
Exercício de 2011	1.837.000,00	2.099.639,04	14,30%	1.265.463,03	60,27%
Exercício de 2012	597.000,00	903.445,35	51,33%	892.625,78	98,80%
Exercício de 2013	761.000,00	1.425.805,00	87,36%	1.119.488,13	78,52%
Total	4.322.095,00	4.881.040,29	12,93%	3.674.404,70	75,28%

Município de Santa Terezinha de Itaipu					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	33.168.000,00	39.670.411,11	19,60%	33.867.219,37	85,37%
Exercício de 2011	35.500.000,00	42.466.282,86	19,62%	37.466.181,60	88,23%
Exercício de 2012	37.100.000,00	49.211.420,41	32,65%	44.928.543,63	91,30%
Exercício de 2013	40.335.618,63	56.373.068,46	39,76%	48.599.527,21	86,21%
Total	146.103.618,63	187.721.182,84	28,48%	164.861.471,81	87,82%
Funções 18 Gestão Ambiental; 20 Agricultura e 21 Organização Agrária					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	1.539.315,00	1.641.297,00	6,63%	1.434.418,10	87,40%
Exercício de 2011	1.786.008,00	2.024.268,50	13,34%	1.626.422,05	80,35%
Exercício de 2012	1.747.159,00	2.249.782,00	28,77%	1.760.495,52	78,25%
Exercício de 2013	1.892.183,00	3.421.486,17	80,82%	2.395.107,02	70,00%
Total	6.964.665,00	9.336.833,67	34,06%	7.216.442,69	77,29%

Município de São Miguel do Iguazu					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	47.000.000,00	62.698.147,34	33,40%	54.118.244,41	86,32%
Exercício de 2011	45.487.600,00	62.026.864,15	36,36%	55.462.714,58	89,42%
Exercício de 2012	47.012.815,00	68.888.414,00	46,53%	64.069.555,42	93,00%
Exercício de 2013	52.010.255,00	76.779.560,72	47,62%	68.073.011,76	88,66%
Total	191.510.670,00	270.392.986,21	41,19%	241.723.526,17	89,40%
Funções 18 Gestão Ambiental; 20 Agricultura e 21 Organização Agrária					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	1.574.000,00	2.569.997,50	63,28%	2.090.669,81	81,35%
Exercício de 2011	2.652.380,00	3.807.280,00	43,54%	3.144.803,57	82,60%
Exercício de 2012	3.017.215,00	4.484.869,48	48,64%	3.912.792,97	87,24%
Exercício de 2013	2.953.600,00	4.949.173,16	67,56%	4.657.327,54	94,10%
Total	10.197.195,00	15.811.320,14	55,06%	13.805.593,89	87,31%

Município de Itaipulândia					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	44.825.816,00	51.202.479,37	14,23%	41.341.532,87	80,74%
Exercício de 2011	43.630.000,00	48.556.161,21	11,29%	42.106.245,57	86,72%
Exercício de 2012	42.987.000,00	54.170.340,17	26,02%	51.932.182,53	95,87%
Exercício de 2013	43.910.000,00	56.553.494,72	28,79%	52.893.810,05	93,53%
Total	175.352.816,00	210.482.475,47	20,03%	188.273.771,02	89,45%
Funções 18 Gestão Ambiental; 20 Agricultura e 21 Organização Agrária					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	4.650.000,00	4.043.610,96	-13,04%	2.868.357,13	70,94%
Exercício de 2011	4.349.000,00	3.928.667,33	-9,67%	3.216.127,41	81,86%
Exercício de 2012	2.664.170,00	2.797.410,00	5,00%	2.467.694,58	88,21%
Exercício de 2013	3.271.000,00	3.274.403,62	0,10%	3.171.174,82	96,85%
Total	14.934.170,00	14.044.091,91	-5,96%	11.723.353,94	83,48%

Município de Missal					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	23.457.403,00	27.195.964,24	15,94%	24.419.234,35	89,79%
Exercício de 2011	24.317.384,00	26.792.880,74	10,18%	24.737.018,19	92,33%
Exercício de 2012	24.498.579,00	29.295.653,09	19,58%	28.500.049,37	97,28%
Exercício de 2013	29.643.116,00	32.774.500,52	10,56%	30.424.074,47	92,83%
Total	101.916.482,00	116.058.998,59	13,88%	108.080.376,38	93,13%
Funções 18 Gestão Ambiental; 20 Agricultura e 21 Organização Agrária					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	1.705.700,00	2.497.335,00	46,41%	2.175.939,79	87,13%
Exercício de 2011	1.712.500,00	1.851.350,00	8,11%	1.657.191,85	89,51%
Exercício de 2012	1.596.193,00	1.586.727,67	-0,59%	1.575.513,04	99,29%
Exercício de 2013	1.605.730,00	2.171.780,00	35,25%	2.099.858,28	96,69%
Total	6.620.123,00	8.107.192,67	22,46%	7.508.502,96	92,62%

Município de Santa Helena					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	67.743.600,00	85.593.444,52	26,35%	71.742.551,95	83,82%
Exercício de 2011	71.609.900,00	89.681.840,53	25,24%	84.703.647,06	94,45%
Exercício de 2012	76.710.000,00	83.860.688,85	9,32%	77.677.346,04	92,63%
Exercício de 2013	80.384.700,00	93.023.214,00	15,72%	80.083.627,12	86,09%
Total	296.448.200,00	352.159.187,90	18,79%	314.207.172,17	89,22%
Funções 18 Gestão Ambiental; 20 Agricultura e 21 Organização Agrária					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	5.859.990,00	7.634.310,00	30,28%	6.772.542,23	88,71%
Exercício de 2011	6.422.100,00	7.674.876,05	19,51%	7.217.087,19	94,04%
Exercício de 2012	6.164.000,00	6.291.877,42	2,07%	5.851.436,42	93,00%
Exercício de 2013	5.860.000,00	5.674.250,00	-3,17%	4.692.404,74	82,70%
Total	24.306.090,00	27.275.313,47	12,22%	24.533.470,58	89,95%

Município de São José das Palmeiras					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	7.643.893,00	9.039.252,63	18,25%	8.333.644,59	92,19%
Exercício de 2011	7.702.000,00	9.991.726,14	29,73%	9.289.421,85	92,97%
Exercício de 2012	10.494.400,00	11.909.850,76	13,49%	10.152.017,45	85,24%
Exercício de 2013	11.222.937,00	13.140.954,63	17,09%	10.545.852,61	80,25%
Total	37.063.230,00	44.081.784,16	18,94%	38.320.936,50	86,93%
Funções 18 Gestão Ambiental; 20 Agricultura e 21 Organização Agrária					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	349.400,00	874.513,83	150,29%	860.120,45	98,35%
Exercício de 2011	424.100,00	580.110,00	36,79%	562.465,58	96,96%
Exercício de 2012	675.100,00	666.450,00	-1,28%	492.643,87	73,92%
Exercício de 2013	703.100,00	941.650,00	33,93%	736.383,77	78,20%
Total	2.151.700,00	3.062.723,83	42,34%	2.651.613,67	86,58%

Município de Entre Rios do Oeste					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	14.000.000,00	18.252.328,00	30,37%	15.670.022,32	85,85%
Exercício de 2011	16.000.000,00	20.076.128,81	25,48%	15.761.284,38	78,51%
Exercício de 2012	17.500.000,00	21.500.702,33	22,86%	18.887.748,20	87,85%
Exercício de 2013	17.600.000,00	25.406.658,96	44,36%	21.474.689,86	84,52%
Total	65.100.000,00	85.235.818,10	30,93%	71.793.744,76	84,23%
Funções 18 Gestão Ambiental; 20 Agricultura e 21 Organização Agrária					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	760.000,00	869.047,40	14,35%	796.310,88	91,63%
Exercício de 2011	1.126.541,00	1.177.880,87	4,56%	749.755,27	63,65%
Exercício de 2012	939.700,00	1.111.594,47	18,29%	1.001.782,02	90,12%
Exercício de 2013	1.442.480,00	1.363.619,00	-5,47%	1.080.999,09	79,27%
Total	4.268.721,00	4.522.141,74	5,94%	3.628.847,26	80,25%

Município de Pato Bragado					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	17.660.000,00	20.811.045,33	17,84%	18.360.476,38	88,22%
Exercício de 2011	18.610.000,00	21.870.392,38	17,52%	19.423.024,34	88,81%
Exercício de 2012	19.025.000,00	24.010.655,65	26,21%	21.388.630,21	89,08%
Exercício de 2013	22.418.000,00	27.638.809,66		23.924.471,22	86,56%
Total	77.713.000,00	94.330.903,02	21,38%	83.096.602,15	88,09%
Funções 18 Gestão Ambiental; 20 Agricultura e 21 Organização Agrária					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	1.411.100,00	1.473.703,72	4,44%	1.241.319,82	84,23%
Exercício de 2011	1.447.000,00	1.855.005,41	28,20%	1.376.930,87	74,23%
Exercício de 2012	1.442.200,00	1.760.088,86	22,04%	1.512.615,74	85,94%
Exercício de 2013	1.329.500,00	1.705.500,00	28,28%	1.365.053,89	80,04%
Total	5.629.800,00	6.794.297,99	20,68%	5.495.920,32	80,89%

Município de Marechal Cândido Rondon					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	88.671.250,00	106.338.914,47	19,92%	77.306.350,35	72,70%
Exercício de 2011	95.105.000,00	118.044.690,88	24,12%	89.946.013,35	76,20%
Exercício de 2012	95.620.000,00	122.108.061,32	27,70%	103.372.897,83	84,66%
Exercício de 2013	89.485.370,00	109.812.723,58	22,72%	95.805.351,03	87,24%
Total	368.881.620,00	456.304.390,25	23,70%	366.430.612,56	80,30%
Funções 18 Gestão Ambiental; 20 Agricultura e 21 Organização Agrária					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	4.276.000,00	7.911.919,28	85,03%	4.750.007,87	60,04%
Exercício de 2011	4.314.700,00	8.339.860,92	93,29%	6.787.429,05	81,39%
Exercício de 2012	4.538.000,00	5.556.564,06	22,45%	4.802.934,11	86,44%
Exercício de 2013	5.030.000,00	5.461.000,00	8,57%	4.557.638,08	83,46%
Total	18.158.700,00	27.269.344,26	50,17%	20.898.009,11	76,64%

Município de Mercedes					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	14.321.000,00	16.482.879,07	15,10%	14.630.847,00	88,76%
Exercício de 2011	15.655.000,00	19.438.079,04	24,17%	16.182.692,67	83,25%
Exercício de 2012	15.600.000,00	19.648.124,19	25,95%	18.134.704,96	92,30%
Exercício de 2013	17.185.930,00	20.521.402,77	19,41%	19.294.903,47	94,02%
Total	62.761.930,00	76.090.485,07	21,24%	68.243.148,10	89,69%
Funções 18 Gestão Ambiental; 20 Agricultura e 21 Organização Agrária					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	1.062.000,00	1.198.603,39	12,86%	1.102.183,43	91,96%
Exercício de 2011	1.220.217,00	1.422.211,18	16,55%	1.183.408,21	83,21%
Exercício de 2012	1.172.470,00	1.162.661,79	-0,84%	925.972,64	79,64%
Exercício de 2013	1.429.680,00	1.694.207,33	18,50%	1.613.217,35	95,22%
Total	4.884.367,00	5.477.683,69	12,15%	4.824.781,63	88,08%

Município de Guaira					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	53.712.687,86	74.436.334,22	38,58%	50.982.669,82	68,49%
Exercício de 2011	57.337.245,49	71.907.946,53	25,41%	51.295.081,21	71,33%
Exercício de 2012	73.750.710,98	82.970.059,98	12,50%	60.223.499,51	72,58%
Exercício de 2013	68.510.000,00	87.762.445,90	28,10%	61.657.039,73	70,25%
Total	253.310.644,33	317.076.786,63	25,17%	224.158.290,27	70,70%
Funções 18 Gestão Ambiental; 20 Agricultura e 21 Organização Agrária					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	2.607.715,90	3.578.819,82	37,24%	1.381.401,93	38,60%
Exercício de 2011	3.350.258,89	3.292.546,47	-1,72%	2.548.681,79	77,41%
Exercício de 2012	2.711.186,50	2.901.222,98	7,01%	1.477.074,96	50,91%
Exercício de 2013	2.751.752,07	4.389.110,62	59,50%	2.555.111,48	58,21%
Total	11.420.913,36	14.161.699,89	24,00%	7.962.270,16	56,22%

Estado do Paraná					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	460.850.000,00	573.606.197,74	24,47%	525.175.806,29	91,56%
Exercício de 2011	470.910.338,00	554.483.436,51	17,75%	532.640.347,19	96,06%
Exercício de 2012	529.090.000,00	618.411.159,34	16,88%	601.591.035,31	97,28%
Exercício de 2013	472.650.000,00	579.004.046,69	22,50%	521.286.359,52	90,03%
Total	1.933.500.338,00	2.325.504.840,28	20,27%	2.180.693.548,31	93,77%
Funções 18 Gestão Ambiental; 20 Agricultura e 21 Organização Agrária					
	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Inicial x Final	Valor Executado	Percentual Executado
Exercício de 2010	1.127.095,00	452.150,90	-59,88%	396.827,76	87,76%
Exercício de 2011	1.837.000,00	2.099.639,04	14,30%	1.265.463,03	60,27%
Exercício de 2012	597.000,00	903.445,35	51,33%	892.625,78	98,80%
Exercício de 2013	761.000,00	1.425.805,00	87,36%	1.119.488,13	78,52%
Total	4.322.095,00	4.881.040,29	12,93%	3.674.404,70	75,28%